

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**DISSERTAÇÃO**

**Transexualidade, rede de apoio e suas multiplicidades: do acolhimento ao protagonismo**

**Raísa Fernandes Ferreira**

**2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**Transexualidade, rede de apoio e suas multiplicidades: do acolhimento ao protagonismo**

**RAÍSA FERNANDES FERREIRA**

*Sob a orientação do Professor*  
**Ronald Clay dos Santos Ericeira**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Psicologia**, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Seropédica, RJ  
Março de 2016

306.766

F383t

T

Ferreira, Raísa Fernandes, 1989-  
Transexualidade, rede de apoio e suas  
multiplicidades: do acolhimento ao  
protagonismo / Raísa Fernandes Ferreira. -  
2016.  
90 f.

Orientador: Ronald Clay dos Santos  
Ericeira.

Dissertação (mestrado) - Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de  
Pós-Graduação em Psicologia, 2016.

Bibliografia: f. 84-90.

1. Transexualismo - Teses. 2.  
Transexualismo - Aspectos psicológicos -  
Teses. 3. Transexuais - Redes sociais -  
Teses. 4. Identidade de gênero - Teses.  
I. Ericeira, Ronald Clay dos Santos,  
1977- II. Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação  
em Psicologia. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**RAÍSA FERNANDES FERREIRA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Psicologia**, no Curso de Pós-Graduação em Psicologia

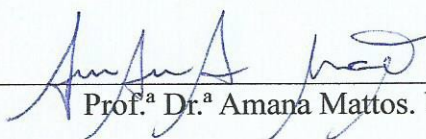
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 08/04/2016

---

Prof. Dr. Ronald Clay dos Santos Ericeira. UFRRJ  
Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Cristina Monteiro. UFRRJ



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Amana Mattos. UERJ

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Ana, exemplo de determinação e perseverança.

Ao meu avô, Wilson, perspicaz contador de histórias, pelo amor incondicional, participação integral na minha educação, e por ser uma figura amorosa que mesmo não estando entre nós, se faz presente, através das lembranças e do que eu sou hoje.

Ao Lucas, por também acreditar mais em mim do que eu. E por me fazer acreditar. Obrigada pelo carinho, longas conversas, e por continuar compartilhando comigo seus momentos felizes.

A minha tia do coração e psicóloga competente, Shalica, pela torcida, madrugadas acordadas, livros emprestados, e por também ter me escolhido como sobrinha do coração.

A Silvia Ignez, professora e grande inspiração, por ter sido meu modelo de profissional quando eu ainda era apenas aluna de graduação, insegura do meu potencial. Obrigada por suas palavras de incentivo e por ser a psicóloga e professora em que me espelho.

Ao Thiago Melicio, não só pela orientação no momento da graduação, mas por todo o encorajamento. Suas palavras foram essenciais para meu ingresso no mestrado.

A Rafa, companheira de mestrado, pelas trocas, por dividir os momentos de tensão, pelas risadas, e por esse sotaque que sempre me acalma. Que nossa parceria se fortaleça e que a vida nos reserve o que há de melhor.

A Aline e ao Marcelo, por terem, literalmente, caído do céu, em um dos momentos mais angustiantes da pesquisa. Acredito que o universo devolve o que a gente joga pra ele, e vocês chegaram na hora mais propícia. Obrigada, especialmente a Aline, pela companhia nas vindas ao Rio.

Ao Ronald, pela orientação atenciosa, presença constante e por ter sido uma ponte quando precisei.

A Amana, por, além de compor a banca da qualificação, ministrar uma disciplina incrível, e a todas as colegas com quem pude compartilhar um espaço que me possibilitou a desconstrução, produção e reinvenção de conceitos e de mim mesma. Que você continue a criar esses espaços. Obrigada pela escolha das referências, discussões e contribuições que, de algum modo, estão por todo este texto.

A Rosa Cristina, por sua participação na banca da qualificação, sugestões e contribuições tão bem vindas.

A todas e todos do Grupo TransRevolução, pela acolhida, abertura para o diálogo e por fazerem essa pesquisa possível. A todas as pessoas travestis e trans que contribuíram, direta ou indiretamente, para as reflexões que apresento aqui. Vocês são parte de algo que me orgulho em ter participado.

A todas as amigas e amigos não mencionados aqui, mas que estiveram presentes todo este tempo. Ao Vinicius, em especial, por ter me ajudado a pensar a Psicologia criticamente, mesmo antes do desejo de ser psicóloga. A vocês, meu obrigada pelas noites que me deram ânimo para enfrentar os dias.

A toda comunidade LGBT, que ousa existir.

A todas as minas do Brasil que estão produzindo zines, funks, ilustrações, grafites, vídeos, projetos fotográficos, literatura, pixos feministas nos banheiros, e todo tipo de material empoderador, plural e que afirma nossa diversidade.

A você, leitora ou leitor, por ter chegado até aqui. Que este trabalho possa minimamente lhe servir. Obrigada!

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e CAPES, por viabilizarem esta pesquisa.

## RESUMO

A presente pesquisa visa conhecer o papel da rede de apoio e seus efeitos nos processos de subjetivação e construção de si das pessoas travestis e transexuais, chamadas aqui também de pessoas que transitam entre gêneros, e legitimar modos singulares de existência. A partir da perspectiva genealógica, desconstrói os discursos científicos que engendraram a transexualidade como transtorno mental, assim como questiona os tratamentos e procedimentos médico-jurídicos forjados para lidar com expressões de gênero que divergem da suposta normalidade instituída. A cartografia, assumida como postura metodológica, auxiliou na inserção no campo, que se deu através das idas ao grupo carioca TransRevolução. Através da utilização do termo rede de apoio, já usado por algumas pessoas de modo informal, é possível compreender a dinâmica do grupo, os encontros que este possibilita, constituindo um espaço de fala, escuta, horizontalidade, produção de cuidado de si e do outro, e também local onde o ativismo se organiza.

**Palavras-chave:** Transexualidade; rede de apoio; subjetivação.

## ABSTRACT

This research aims to understand the role of support network and their effects on processes of subjectivization of transgender people, called here also people who move between genders, and legitimize singular modes of existence. From the genealogic perspective, deconstructs the scientific discourse that engendered transexuality as a mental disorder, as well as questions the treatments and medical-legal procedures forged to deal with gender expressions that differ from alleged established normality. Cartography, taken as a methodological approach, helped the insertion in the field, that occurred in Grupo TransRevolução, in Rio de Janeiro. Through the use of the term support network, already used by people informally, it is possible to understand the dynamics of group, the meetings that enables, constituting a speech space, listening, horizontality, production of care for the self and the others, and also where the activism is organized.

**Keywords:** Transexuality; support network; subjectivization.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>14</b>
<b>3. PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>15</b>
<b>4. DA CRIAÇÃO DA SEXUALIDADE A INVENÇÃO DA TRANSEXUALIDADE OCIDENTAL.....</b>	<b>21</b>
<b>5. GÊNERO: UM NOVO CONCEITO.....</b>	<b>38</b>
5.1 A construção do campo dos estudos de gênero.....	41
5.2 Psicologia, epistemologia feminista e os estudos de gênero.....	42
5.3 Teoria queer e o gênero como performatividade.....	44
5.4 A localização do gênero na trama discursiva.....	48
5.5 Cisgeneridade e os privilégios cis.....	48
5.6 As travestis e mulheres trans nos feminismos e a criação do Transfeminismo: tensões e interseccionalidades.....	52
5.7 Transmasculinidades.....	55
<b>6. A REDE DE APOIO E OS CUIDADOS DE SI.....</b>	<b>61</b>
6.1 Conceitos de rede e de apoio na área da saúde.....	61
6.2 A inserção no campo: primeiros passos.....	61
6.3 As redes de apoio: formal, informal e virtual.....	62
6.4 Contatos iniciais e a ajuda inesperada.....	66
6.5 Grupo TransRevolução: travestis e transexuais em ação.....	66
6.5.1 As reuniões transrevolucionárias e uma breve análise de implicação.....	68
6.5.2 A noção do cuidado de si e o corpo como potência.....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>84</b>

# 1. INTRODUÇÃO

Como psicóloga e pesquisadora, vejo a necessidade de investigar como a Psicologia se insere no campo dos estudos de gênero. Quais foram as suas contribuições? O que psicólogas e psicólogos produziram e produzem acerca deste tema? É importante, minimamente, localizar e conhecer o campo em que me insiro como jovem pesquisadora e recém-formada. A presente pesquisa se utiliza de conceitos pós-estruturalistas, esquizoanalíticos, de alguns autores da teoria queer e feministas, além da perspectiva genealógica adotada, para tratar da complexidade que envolve falar da transexualidade, pois, observar a transexualidade e a travestilidade, ou melhor, a diversidade com a qual as transexualidades e travestilidades podem ser expressas, permite que se possa pensar questões de gênero mais radicalmente, através das vivências de quem experimenta o trânsito entre gêneros. Transexuais e travestis contribuem para a desnaturalização dos papéis de gênero, e para a discussão do que pode ser o conceito de gênero.

Aqui, a identidade de gênero é entendida como uma construção constante, nunca acabada e fechada em si mesma, estando localizada no tempo e no espaço, produto de relações sociais e seus jogos de poder. No decorrer do texto, são apresentadas reflexões sobre a transexualidade a partir da perspectiva da Psicologia crítica, em um exercício de tentar me situar e situar os saberes que influenciam as práticas atuais. A distinção entre transexualidade e travestilidade é feita apenas em seu sentido político do uso dos termos, não sendo seguida a lógica dos manuais de transtornos mentais, que categorizam estas experiências.

Abordar a transexualidade implica em expor a cisgeneridade<sup>1</sup> como norma, do mesmo modo como, em determinado momento da história, a heterossexualidade precisou ser nomeada para expor o grupo dominante e seus privilégios. Apesar da heteronormatividade e cisnormatividade atravessarem as experiências de todos os indivíduos, outros modos de ser e estar no mundo podem e devem ser inventados. Pensar o trânsito entre gêneros é também uma forma de pensar os próprios comportamentos cisgêneros, os papéis sociais estabelecidos e tantas outras questões cotidianas que já estão naturalizadas e por vezes, nos passam despercebidas.

É importante ressaltar que esta pesquisa possui um olhar localizado e que recai sobre o ocidente. Não foram feitos esforços para tentar apreender como as noções de gênero e suas expressões são entendidas em diferentes países do oriente, pois cada cultura produz sua própria maneira de compreender estas questões e fabricar comportamentos. Dentro das possibilidades macropolíticas, os sujeitos se constroem, moldam seus corpos e subjetividades, assim como o modo de darem suporte uns aos outros, o que pode variar em cada lugar do mundo. Neste trabalho, é dada ênfase às expressões de gênero que dizem respeito as transexualidades, travestilidades e intersexualidades ocidentais, esta última em menor escala, por motivos apresentados mais adiante.

Quanto a metodologia, esta percorreu seus próprios caminhos. Tive a sensação de estar sendo conduzida, em alguns momentos, pelo campo, pelos encontros que iam se dando e também pelos incômodos que senti, tendo dialogado com a etnografia, a história de vida e também a cartografia, embora as duas primeiras não estejam tão visíveis na pesquisa. Todos estes elementos foram essenciais no processo de pesquisar e forneceram pistas importantes.

O interesse pelo assunto da rede de apoio surgiu enquanto tentava ver o trânsito entre

---

1 O conceito de cisgeneridade é criado no bojo do ativismo trans, para referir-se à pessoas que não experimentam transições entre gêneros, bem como uma estratégia para nomear e expor a norma que organiza as expressões de gênero: a cisnormatividade. Estes termos são retomados posteriormente.

gêneros, as experimentações, não como patologias e propriedades da psiquiatria, mas como formas de escapar à norma. Excluí da investigação questões sobre procedimentos cirúrgicos existentes e oferecidos, terapia hormonal e intervenções estéticas, passando rapidamente sobre estas temáticas apenas em alguns momentos do texto.

A rede de apoio surge como conceito central, auxiliando no entendimento dos grupos que acolhem travestis e pessoas trans, podendo ser virtual, formal e informal, e muitas vezes agregando estas funções em um mesmo grupo. Não tive o interesse de mapear os grupos existentes e tampouco classificar minuciosamente o que poderia ser cada um dos tipos de rede de apoio, realizando esta divisão apenas para compreensão de que formas pode ganhar e quais funções pode assumir. Este revelou-se como espaço de multiplicidade, e pude, ao longo do período da pesquisa e da escrita deste texto, construir, entender e maturar o que poderia ser uma rede de apoio. A ida à campo me auxiliou neste processo, ocorrendo em reuniões do Grupo TransRevolução, e em eventos acadêmicos e não-acadêmicos que tinham como tema as questões de gênero e transexualidade.

A escolha do tema se deu a partir de uma vontade pessoal de dar prosseguimento aos estudos que iniciei na graduação. A pesquisa bibliográfica e as minhas reflexões atuais sobre gênero e sexualidade se iniciaram ao elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob o título de *Pornografia na cultura contemporânea: estratégias do poder no mainstream*, orientado pelo Mestre Thiago Melicio. Neste período acadêmico, me deparei com textos feministas, a teoria *queer*, o histórico e as contribuições do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), fazendo com que reflexões embrionárias surgissem deste contato inicial.

Meu diálogo intelectual permanente com questões apresentadas pelas pessoas trans nem sempre tem a produção acadêmica como principal meio de pesquisa (uma parte do conteúdo – e acredito que a parte essencial, pois crítica – foi retirada de blogs de pessoas trans, que se dedicam, como ativistas, a pensar, escrever e dialogar, tanto com a academia quanto com o senso/saber comum).

A transexualidade pode ser entendida como campo de disputa, parte de um campo de forças que estão em constante movimento e modificam a realidade sem cessar. Realidade que não pertence somente à academia, às políticas públicas, mas também ao ativismo e, mais do que ninguém, às pessoas que possuem vivências transexuais. Podemos perceber este fato, por exemplo, na variedade de termos criados e utilizados pelas pessoas para se referirem as vivências trans, cada qual com seu próprio peso político, próprio histórico de disputa, significações e reiteradas ressignificações.

Por este motivo, afirmo este trabalho como vivo, pois será apenas um recorte de uma realidade que se modifica, talvez nem tanto no aspecto macro, das desejadas conquistas de direitos e políticas públicas significativas, mas nas micropolíticas. Um trabalho vivo, sobre e em movimento, que envolve o trânsito entre gêneros (e a própria produção contínua do gênero e de identidades), experimentações, embates teóricos e também políticos e a constante luta das pessoas trans pela legitimação de seus modos de ser, modos estes que não cabem em categorias diagnósticas ou identitárias.

Alguns discursos são hegemônicos na representação e definição de pessoas que transitam entre gêneros (JUNIOR, 2012). Vindos da religião à criminologia, da medicina à política, ou mesmo o discurso da monstruosidade, foram e são até hoje engendrados para legitimarem saberes acerca dos indivíduos que não se enquadram na normatividade de gênero. Os indivíduos dissidentes não fazem parte do grupo que Butler (2014) nomeia “gêneros inteligíveis”, por não estarem inscritos na exigida “coerência” entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

As políticas públicas formuladas para essa população são pautadas em uma ciência que produz e reproduz discursos normatizadores, que patologizam qualquer condição onde gênero, sexo e corpo não possuam uma desejada coerência (BENTO, 2012). Pois,

Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas (BENTO, 2012, p. 2657).

“Dessa forma, percebemos como a inteligibilidade desenvolvida por nossa ciência sexual foi forjada em cima dos binômios saúde/doença, lei/crime, muitas vezes se constituindo no campo mesmo de intersecção entre esses extremos” (JUNIOR, 2012, p. 566). Logo, pensar o conhecimento que está sendo produzido – tendo em vista que este se constitui como prática discursiva, social e histórica – é fundamental para uma análise dos saberes que a ciência forja, que se transformam em senso comum na vida cotidiana e se desdobram (ROMAGNOLI, 2009). Então, também se faz necessário pensar em novas abordagens para essa problemática, de modo a afastar-se da racionalidade científica, ainda predominante, que não considera e não enxerga nuances.

Até mesmo os movimentos sociais que lutam pela diversidade sexual, se apropriam dos discursos científicos, onde o “sair do armário”, “assumir a homossexualidade” ou seja, uma identidade sexual, se tornam estratégias políticas para a garantia de direitos na forma da lei. “Como se as experimentações sexuais agissem a partir de uma identidade sexual específica, já dada” (CASSAL, GARCIA, BICALHO, 2011, p. 467). Pode-se facilmente fazer um paralelo entre a identidade sexual e a identidade de gênero, neste caso.

Ao mesmo tempo em que se busca uma identidade homossexual, ou uma identidade de gênero específica, alcança-se a diversidade, garantia de direitos e outras conquistas – contudo, tais fenômenos retroalimentam processos de criminalização da sexualidade – “Afim, os processos de criminalização necessitam de contornos bem definidos àquilo que é criminalizado, e a política identitária nos ilude de que esses contornos são definitivos, essenciais, imutáveis” (CASSAL, GARCIA, BICALHO, 2011, p. 467).

Creio na necessidade do saber científico autorizar novas formas de ser e estar no mundo, na necessidade real do afastamento de discursos e práticas que estigmatizam e excluem certos indivíduos do convívio social, de direitos básicos, da inserção no mercado de trabalho, etc. Creio também que saberes instituídos podem dar voz às minorias atualmente marginalizadas, auxiliando na visibilidade de tais grupos e na garantia de seus direitos, sendo a ciência uma instituição entendida pela sociedade como um discurso verdadeiro.

Pensar a Psicologia também fez-se necessário. Este campo, enquanto ciência e profissão, responde pela subjetividade humana e os psicólogos são convocados a responder esta demanda, porém, deve haver atenção para que tipo de discursos os profissionais se utilizam e quais os efeitos de tais discursos. Precisamos pensar em como construir práticas éticas e comprometidas com modos singulares de existência, enxergando a diferença não como desvio, mas sim como potência de questionar as normas de regulação dos modos de existir (CASSAL, GARCIA, BICALHO, 2011).

O psicólogo deve estar atento a que forças potencializa, quais políticas de subjetivação

movimenta, pois as práticas profissionais não são neutras e “produzem efeitos, que podem ser tanto de reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, quanto o de trabalhar no sentido de fortalecer tais produções” (CASSAL, GARCIA, BICALHO, 2011).

A prática profissional, o fazer,

[...] é produto de forças em luta permanente, configurando determinadas condições sociohistórico-políticas. [...] Cada prática tem como correlatos certos objetos (certas formas de objetivação) e certos sujeitos (certos modos de subjetivação). As práticas e seus correlatos são, assim, construídos, datados (BARROS, 2007, p. 194).

Para conhecer estes fenômenos, não devemos partir de uma das extremidades da díade sujeito-objeto, mas sim tomá-la pelo meio, pois, o que conta em uma linha do dispositivo nunca é seu início ou seu final, mas o meio, o entre. Logo, o que nos interessa é o processo, em sua transformação, mutação que nos permite conhecê-lo (DELEUZE; PARNET, 1980 apud BARROS, 2007).

Entendo que meu papel como psicóloga e pesquisadora é de fazer emergir discursos, fazer ver conflitos e linhas de forças que os compõem, e assim, criar estratégias que propiciem a visibilização das vivências de pessoas que transitam entre gêneros. Pessoas trans sempre tiveram suas experiências, experimentações e discursos colonizados, patologizados, categorizados, fazendo parte de um grupo estigmatizado, e isto reflete não somente na subjetividade e produção de identidades destes indivíduos, como também na vida prática, cotidiana, onde se faz possível (ou não) o engendramento de outras possibilidades de (r)existir.

Compreendo que a produção da subjetividade ocorre no cotidiano, onde as relações se dão, e não é minha intenção dicotomizar subjetivação e a vida prática, pois são intrínsecas, porém, pontuo que as pessoas trans, em suas vidas, também fazem parte do mundo do trabalho, possuem famílias, amigos, relacionamentos e que lidam a maior parte do tempo com pessoas que não têm ligações com movimentos sociais, não se interessam por compreender questões de gênero, ou sequer a respeitam. Logo, justifico este trabalho como uma tentativa de afetar este contexto social, ou, pelo menos, afetar a academia com esta pesquisa.

Creio ser válida a intenção de procurar outras óticas para entender o tema e, por este motivo, proponho uma pesquisa que foge do ditame já traçado por outros pesquisadores. Além disso, a pesquisa pode atuar como um dispositivo: fazendo falar, através dos discursos até então colonizados das pessoas trans e fazendo ver, a partir das vivências destas pessoas. O texto está organizado em capítulos, englobando o percurso metodológico e objetivos da pesquisa, inserção no campo, onde articulam-se o debate teórico, prática profissional e a reflexão sobre o campo. Aqui, proponho responder as seguintes questões: existem instituições de acolhimento para pessoas travestis e trans na cidade do Rio de Janeiro? Estas instituições têm papel significativo nas vivências destas pessoas? Quais seriam suas funções nos processos de subjetivação dos participantes?

Cara leitora ou leitor, uma observação: antes que você avance na leitura, gostaria de apontar para algo que talvez já tenha percebido. Na ficha catalográfica, elemento pré-textual, produzido pela Biblioteca Central da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o primeiro assunto é *1. Transexualismo*. Como apresentado posteriormente, o termo

*transexualismo* cai em desuso após ser retirado do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), em 1994. Entretanto, este termo continua como *assunto* na Biblioteca Nacional e na *Library of Congress*, duas instituições que a biblioteca da UFRRJ utiliza como referência para a escolha dos termos que serão inseridos nas fichas catalográficas dos trabalhos produzidos por seus discentes, considerando o que é abordado em cada pesquisa.

Não consegui a troca do termo, nem sua exclusão. Faço este parágrafo com o intuito de exemplificar, dar forma de acontecimento, ao engessamento de certas instituições, como a Biblioteca Nacional e a própria Biblioteca Central da UFRRJ, que se sujeita às suas normas – pois *transexualidade* não se encontra como assunto possível de catalogação. Estamos em 2016. Demonstro aqui meu incômodo, bem como a necessidade de realização de uma ampla discussão sobre o que produzimos, como produzimos, e por que produzimos certos saberes e modos de fazer, em detrimento de outros. A quem interessa a manutenção de estruturas de poder que nem se quer cogitam a possibilidade de questionamento – de uma instituição à outra, ou da aluna às instituições? Nem se quer cogitam a possibilidade de flexibilização, utilizando argumentos, que na verdade, não são argumentos, e sim afirmações de que “fazemos assim, pois assim deve ser feito”.

Para basear estas críticas, observei também as fichas catalográficas dos trabalhos de colegas que estudam relações de gênero em outras instituições, como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), bem como produções de outros estados, e em nenhum o termo *transexualismo* é apresentado.

## 2. OBJETIVOS

Alguns objetivos gerais e específicos nortearam o meu processo de pesquisar. São eles:

- Geral: Investigar os modos de subjetivação das pessoas que transitam entre gêneros e legitimar formas singulares de ser e estar no mundo;
- Específicos:
  - A) A partir da perspectiva genealógica, analisar e demonstrar como a transexualidade foi engendrada pelos saberes científicos ao longo dos séculos;
  - B) Investigar e pensar o papel da rede de apoio nas vivências e construção de si de travestis e pessoas trans.

### 3. PERCURSO METODOLÓGICO

Com os objetivos de conhecer os processos de subjetivação de pessoas que transitam entre gêneros e investigar os possíveis papéis da rede de apoio nestas vivências, a cartografia surge como uma aposta metodológica, na tentativa de me inserir em um campo até então desconhecido. Entendendo que iria me inserir em um processo já em curso, na dinâmica de uma rede de apoio específica, o Grupo TransRevolução<sup>2</sup>, percebi a afinidade com a metodologia escolhida, já que ela entende o pesquisar como uma inserção em um processo, no meio de uma dinâmica, não no seu início ou final (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2010).

Algumas preocupações e ansios surgiram, já que me apresentar como psicóloga e pesquisadora, e também como mulher cis e branca, diz muito sobre quem eu sou para aquelas pessoas e quais seriam minhas intenções naquele espaço, não estaria fazendo simplesmente uma observação participante. A partir do momento em que me inserisse no grupo, meu corpo, minha expressão de gênero e tudo que eu falasse – com o peso do discurso ou da posição de especialista – teria um efeito, e isto me preocupou. Obviamente, queria ser aceita e queria que esta aceitação beneficiasse a pesquisa.

Não haveria sequer a possibilidade de me pretender neutra em algum momento, como exigem as metodologias tradicionais. As pistas oferecidas pela cartografia destacam a importância da prática, de ir à campo, habitar territórios, afinar a atenção, deslocar pontos de vista e praticar a escrita, levando em consideração a produção coletiva do conhecimento, o que me interessa, já que tratar do trânsito entre gêneros é tratar de vivências que não possui (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2010).

As metodologias tradicionais definem-se por regras previamente estabelecidas e que devem ser respeitadas para que o pesquisador chegue à seu resultado final. O sentido da palavra metodologia está inserido em sua própria etimologia: *metá-hódos*, onde a pesquisa é definida como um caminho (hódos) a ser seguido pelas metas dadas no seu início. A cartografia pretende uma reversão, onde o *metá-hódos* se transforme em *hódos-metá*, apostando na experimentação do pensamento: uma metodologia não para ser aplicada, mas para ser experimentada como atitude. Desta forma, no pesquisar, a precisão não tem a ver com exatidão – tão cara ao método quantitativo e à alguns pesquisadores do comportamento humano – , mas com compromisso e interesse, implicação na realidade e intervenção (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2010).

Meu interesse nunca foi quantificar comportamentos observáveis, para posterior análise e categorização dos mesmos, mas sim entender processos de subjetivação. Atualmente, as pesquisas quantitativas beneficiam-se de testes e questionários padronizados, além da estatística e *softwares*, onde a tecnologia e os números dão a este tipo de investigação a sensação de exatidão. Das pesquisas qualitativas, algumas investigam processos de subjetivação – esta pesquisa é um exemplo – e não participam deste aparente progresso científico, e nem poderiam, pois seu objeto de investigação demanda um outro tipo de entendimento (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2010).

Cada vez mais, a ciência volta-se para a área tecnológica, onde até os subsídios e verbas favorecem estas pesquisas. Com isso, há a exigência para que as ciências humanas adequem-se a este modelo. A ciência moderna recomenda metodologias de representação dos objetos, como se estes fossem preexistentes, e, desde a definição do meu problema, senti que estava na contra-mão deste modo de fazer hegemônico (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA,

---

2 A inserção no campo e o histórico do Grupo TransRevolução encontram-se detalhados no subcapítulo *Grupo TransRevolução: travestis e transexuais em ação*.



2010). O campo, ou, os campos de estudos relativos as relações de gênero e transexualidades estão em constante produção e em embates com saberes instituídos, como a psiquiatria – que utiliza métodos investigativos específicos e que pretendem supostamente compreender condições universais e estabelecidas, como as psicopatologias.

O *ethos* da cartografia, ou seja, sua atitude metodológica, entende a própria pesquisa não como uma representação de uma realidade já dada, mas como parte da construção desta realidade. E esta realidade deve ser compreendida como um recorte no tempo, considerando o contexto cultural, social e histórico onde pesquisador e os sujeitos da investigação estão inseridos. Assim, a realidade é entendida como plano de composição de elementos heterogêneos, onde o pesquisador é chamado mais a acompanhar seu engendramento do que representá-la. Assim, o sujeito não existe enquanto essência, mas se constitui em processos, na sua relação com o mundo e com o outro. O processo de criação dos territórios singulares é o que irá diferenciar cada sujeito, ainda que estes habitem o mesmo contexto social (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2010).

Quando fui admitida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI, a ideia inicial era já a de trabalhar com as pistas cartográficas. Ao longo das orientações, fui apresentada à etnografia e, logo após, à história de vida, como propostas metodológicas<sup>3</sup>. Enquanto ia tentando me adaptar metodologicamente, fui também tentando modificar o problema da pesquisa, para que fosse possível seguir os passos que cada metodologia propõe. Na etnografia iria acompanhar reuniões de travestis e pessoas trans, na histórias de vida, entrevistar dois homens e duas mulheres trans ou travestis, preferencialmente de idades distintas, para que o recorte geracional fosse considerado. Foi fácil realizar os contatos e conseguir pessoas interessadas em participar, que prontamente se dispuseram. Mas o que aconteceu a seguir tornou-se uma grande evidência de um movimento que eu já vinha observando.

Depois de tudo acertado com os participantes, faltava apenas marcar os encontros e onde as entrevistas aconteceriam (iriam ocorrer em diferentes locais, já que três, das quatro pessoas, moravam em municípios vizinhos ao Rio de Janeiro). Avisei com antecedência de que todas as entrevistas seriam gravadas, para posterior transcrição das falas e também que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) seria entregue no primeiro encontro, contendo mais detalhes sobre os objetivos da pesquisa e minhas obrigações como pesquisadora. Todos concordaram e mostraram-se animados.

Nas tentativas de marcar data, local e horário, comecei a perceber a barreira que se erguia. Uma das mulheres trans não respondeu mais meus contatos (nos falávamos pelo *Facebook*, assim como mantinha contato com os outros participantes pela internet). Outra mulher trans combinou de me encontrar em um município próximo ao Rio, mas quando cheguei, disse que já tinha outro compromisso. Finalmente, um dos transhomens me perguntou sobre qual seria o posicionamento adotado por mim para abordar a transexualidade, se eu utilizaria as definições dos manuais e sugeriu que nos encontrássemos em um bar. O lembrei de que estaria com um gravador, e talvez não fosse o melhor lugar para me contar sua

---

3 A etnografia é uma das muitas abordagens existentes no campo da pesquisa social. O termo etnografia remete ao século XIX, quando surge no bojo da Antropologia ocidental. Considerado o centro do trabalho antropológico, era realizado por viajantes e missionários, que passavam longos períodos inseridos em determinadas comunidades, estudando suas culturas não-ocidentais. Através do tempo, o sentido do termo foi modificando-se, assim como a prática da etnografia, que voltou-se para o estudo das sociedades no próprio ocidente. A observação participante e a coleta de dados sistemática ocorrem no contexto em que os indivíduos vivem. Já na história de vida, o foco de investigação pode ser em um indivíduo ou mais, prevalecendo o interesse de articular a história pessoal com um dado momento histórico e social. Em ambas as metodologias, há a intenção de descrever e compreender os significados culturais dos indivíduos pesquisados (HAMMERSLEY, ATKINSON, 2007, tradução nossa).

história de vida, devido ao barulho e grande circulação de pessoas (este evento foi primordial para minhas reflexões seguintes).

Escrevo aqui, de forma resumida e pouco detalhada, o que ocorreu em um período de tempo grande e que certamente foi bem angustiante pra mim. Alguns sentimentos foram acumulando-se e em dado momento comecei a sentir raiva, quando cogitei que os sujeitos da pesquisa, que poderiam ser beneficiados por esta, estavam – deliberadamente – me atrapalhando. Esta sensação, além de incômoda e paralisante, poderia inviabilizar a pesquisa se eu concluísse que os participantes estavam agindo com desinteresse. Comecei a lembrar de certas falas, do engajamento dessas pessoas, que já eram minhas conhecidas quando as convidei para as entrevistas e, fui elaborando, tanto minhas emoções, quanto o que aquela situação apontava.

Já havíamos passado da metade do ano de 2014, quando redigi e enviei um *e-mail* ao orientador da pesquisa, Ronald, lhe contando sobre a tal recusa dos participantes, sobre como me sentira, minha elaboração do acontecido e meu pedido para retornar à cartografia. Escolhi alguns trechos da mensagem para ilustrar o momento:

[...] Como já tínhamos conversado, esse fato me gerou um estresse inicial e depois um próprio incômodo/raiva com as pessoas que eu iria entrevistar. Me senti sendo prejudicada pelas pessoas que se dispuseram quando eu apresentei a pesquisa a elas [...] Cheguei na seguinte questão: dos sujeitos que decidiram participar tão prontamente da pesquisa, de boa vontade, dois criaram algum tipo de vínculo comigo. [...]

Tive que digerir essa situação de todos aceitarem, mas ser tão difícil marcar os encontros de fato. Acabei conversando com a Rafaela (sua orientanda) também e as primeiras pistas surgiram. Me remeti à pesquisa dela pra pensar a minha própria. Os idosos talvez tenham uma necessidade de falar, por falta de espaço ou atenção, ou achem interessante reviver suas vidas recontando suas histórias. No caso da minha pesquisa, acho que depois de aceitarem a participação, os participantes se viram numa situação de ter que recontar a vida toda, e relembrar/reviver (inclusive no corpo), os sofrimentos, transfobia, situações de violência e etc. Além desse fator, existe uma realidade concreta, em que essas pessoas que escolhi, estudam sobre sua condição, se politizam, se engajam em movimentos sociais e muitas questionam o saber biomédico e psicologizante ativamente. Já ouvi muitas vezes a fala “não quero ser um rato de laboratório”. Depois de pensar essas questões, elas me parecem mais indicadores de uma realidade, indicadores que de fato desvelam relações de saber-poder. Um saber que agora também é apropriado pelas pessoas trans, que questionam tanto a produção de saber sobre o tema, quanto profissionais da saúde e serviços de saúde e justiça. Talvez, depois de aceitarem meu convite, elas puderam pensar no que ele significava e nos custos emocionais intrínsecos as entrevistas.

Mas obviamente, eu não quero abandonar o projeto de uma pesquisa que pode ter elementos muito ricos, não quero abandonar as falas dessas pessoas. Quero continuar com o propósito de escrever um texto polifônico [...]. Dessa forma, pude problematizar o fato e também complexificar, porque só a culpa de não conseguir as entrevistas não me bastava, além de achar uma explicação rasa. Penso que, talvez a metodologia da história de vida não abarque toda essa complexidade de questões, que vão além dos objetivos da pesquisa, e que atravessam as histórias individuais e até mesmo o fato inicial de não marcarmos as entrevistas de fato (2014).

Decidi não insistir nas entrevistas, estava claro que não se tratava de falta de tempo ou qualquer outra casualidade. Houve uma recusa real destas pessoas de serem vistas como objetos da ciência. A alteração metodológica foi minha opção, já que não cogitava “tentar encaixar a todo custo” o problema nas metodologias que me foram sugeridas. Já a cartografia se mostrou flexível o suficiente para o campo em questão, que foi apresentando-se e delimitando-se, ditando o meu pesquisar.

Sobre as condições e possibilidades que o campo oferece, é importante que o cartógrafo esteja “atento às estratégias do desejo em qualquer fenômeno da existência humana que se propõe perscrutar: desde movimentos sociais, formalizados ou não, às mutações da sensibilidade coletiva [...]” (ROLNIK, 1989, p. 66). Ver-me como mais um ator, sem total controle, não por demanda metodológica da cartografia, mas como uma certa imposição que ia se dando, nem sempre foi fácil. Na maior parte do tempo estava em lugares novos, trabalhando com imprevisibilidades e dependendo de desconhecidos para serem meus informantes ou para fazerem “pontes”. As relações de poder, instáveis, também me impuseram limites, mesmo que, como pesquisadora, estivesse na posição do saber, que, na maior parte do tempo, se sustenta no poder e se exerce através dele (DELEUZE, 2005). Neste sentido, o poder é:

[...] menos uma propriedade que estratégia, e seus efeitos não são atribuíveis a uma apropriação, “mas a disposições, a manobras, táticas, técnicas, funcionamentos”; “ele se exerce mais do que se possui, não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas” [...] “inúmeros pontos de enfrentamento, focos de instabilidade, cada um comportando seus riscos de conflitos, de lutas e de inversão pelo menos transitória das relações de força” (DELEUZE, 2005, p. 35, grifo do autor).

Creio que o ocorrido foi a exemplificação na prática do *hódos-metá*, do caminho que vai se abrindo ao pesquisador, oferecendo elementos, onde pude então lançar mão das técnicas de pesquisa. Em todo este tempo mantive cadernos e blocos de anotação, mas procurei não escrever minhas observações de campo durante as reuniões em que estive presente. Também decidi não gravar as reuniões. De fato, minhas trocas, conversas, e momentos que mais me impactaram não aconteceram nas reuniões em si, mas sim nos tempos de espera e na rua. Estes cenários são territórios, e o cartógrafo aproxima-se como um estrangeiro, visitante em um lugar que não habita (BARROS, KASTRUP, 2010).

A cartografia é um procedimento a ser construído caso a caso e, inspirada na teoria de Deleuze e Guattari, ela não é uma abordagem histórica ou longitudinal, mas geográfica e transversal (KASTRUP, BARROS, 2010), como poderá ser visto no capítulo sobre a rede de apoio. As pistas cartográficas e suas aplicações “[...] têm em vista descrever, discutir e, sobretudo, coletivizar a experiência do cartógrafo” (KASTRUP, 2010, p. 32).

De início, a cartografia nada mais é do que uma aposta, e o cartógrafo embarca em uma viagem, sem saber onde vai chegar. No percurso, constrói instrumentos, produz dados, faz análises, desenha mapas e escreve registros. A construção da pesquisa se dá em diferentes momentos. “Trata-se, em certa medida, de obedecer às exigências da matéria e de se deixar atentamente guiar, acatando o ritmo e acompanhando a dinâmica do processo em questão” (KASTRUP, 2010, p. 49). A partir daí, será possível retomar o percurso e descrever a metodologia, utilizada e forjada *na* pesquisa. A minha viagem, entretanto, foi literal. Parte do

período da pesquisa passei entre idas e vindas à Seropédica, cidade onde a UFRRJ fica situada. Lá fiz alguns contatos, mediados, porém espontâneos. Além disto, percorri outros espaços, dentro do Rio, e o deslocamento territorial não foi somente físico, mas também existencial. Meu mundo foi ficando cada vez maior.

A cartografia registra as transformações no território, a partir do acompanhamento dos percursos, rejeitando a ideia de que conhecer é representar, afirmando que conhecer é transformar. Trata-se de uma metodologia processual, assim como o que pretende investigar. Neste sentido, a cartografia não oferece um modelo de investigação e esta se faz através de pistas, estratégias e procedimentos concretos. E estes procedimentos estão sempre encarnados em dispositivos (KASTRUP, BARROS, 2010). Logo, a produção de dados ocorre desde a etapa inicial da pesquisa de campo, que perde então o caráter de uma simples coleta de dados (KASTRUP, 2010).

Neste sentido, a própria pesquisa atua como um dispositivo, fazendo ver e falar discursos marginais, ainda colonizados e subalternos. Assim como a sexualidade, em um determinado momento, uma ciência, um estado de direito ou um movimento social definem-se precisamente pelos regimes de enunciações, características do dispositivo, sendo este uma espécie de novelo, um conjunto multilinear. Os dispositivos também possuem uma dimensão do poder, dizendo respeito as linhas de forças que operam idas e vindas entre o ver e o dizer e agem como setas que penetram as coisas e as palavras sem cessar. Os dispositivos são compostos por linhas de diferentes naturezas, que formam processos sempre em desequilíbrio. São considerados máquinas de fazer ver e fazer falar, pois possuem regimes de visibilidade e enunciação, particulares de cada dispositivo específico (DELEUZE, 1990).

Quando a linha de forças, ao invés de entrar em relação com outra linha de forças, volta-se para si mesma, transforma-se em uma linha de subjetivação. A linha de subjetivação é um processo e refere-se à produção de subjetividade em um dispositivo. Porém, esta produção só ocorre se o dispositivo permitir ou faça possível de algum modo, constituindo-se como linha de fuga. O “si mesmo” referente à linha de subjetivação, não é nem um saber nem um poder, mas um processo de individuação que diz respeito a pessoas ou grupos e que escapa às forças estabelecidas e aos saberes instituídos, porém esse processo é singular em cada dispositivo (DELEUZE, 1990).

Desta forma, pensadores como Friedrich Nietzsche e Michel Foucault defendem que os modos de existência devem ser pensados a partir de critérios imanentes, segundo aquilo que detêm em possibilidades, liberdade e criatividade, afastando-se do apelo aos valores transcendentais. Em todo dispositivo, é necessário distinguir o que somos (e não seremos mais) e aquilo que somos em devir (DELEUZE, 1990).

Sobre o tipo de observação utilizada em campo, pode-se dizer que esta se aproxima da observação participante, contudo, cartógrafos não se utilizam deste conceito, e apontam para a própria metodologia como a dissolução do ponto de vista do observador. Isto porque o cartógrafo se lança na experiência e não está imune a ela, assim, acompanha a emergência de si e do mundo na experiência. Para que isto ocorra, ela ou ele não pode estar localizado na posição de observador distante, como também não pode localizar o objeto da pesquisa como coisa idêntica a si mesmo (PASSOS, EIRADO, 2010). Logo, a discussão sobre a atenção do pesquisador ganha importância.

A cartografia trata da atenção do pesquisador durante o trabalho de campo, mas não o faz a partir de uma teoria geral da atenção. Desta forma, pode-se analisar a etapa inicial da pesquisa, tradicionalmente chamada de coleta de dados (KASTRUP, 2010). Nesta metodologia, a função da atenção não é a de mera seleção de informação, “A detecção e apreensão de material, em princípio desconexo e fragmentado, de cenas e discursos, requerem

uma concentração sem focalização [...]” (KASTRUP, 2010, p. 33).

A atenção possui um processo complexo, e assume diferentes características e funcionamentos a cada momento, como: seletivo ou flutuante, focado ou desfocado, concentrado ou disperso, voluntário ou involuntário. E em várias combinações como: seleção voluntária, flutuação involuntária, concentração desfocada, etc. Embora estas variedades atencionais coexistam, elas ganham organizações e proporções distintas na configuração de diferentes políticas cognitivas (KASTRUP, 2010).

Chama-se política cognitiva um tipo de atitude ou de relação, que não é consciente, e é estabelecida com o mundo, com o conhecimento e consigo mesmo. A atenção cartográfica é, simultaneamente, flutuante, concentrada e aberta. Este tipo de política cognitiva é denominado construtivista, pois entende a realidade como invenção, o mundo como construção e o agente do conhecimento também como engendrado, sempre situado em determinado contexto, que fará com que ele entenda de um certo modo, e defina a realidade em que vive (KASTRUP, 2010).

Pode-se fazer um paralelo entre a análise e o momento de ida à campo, utilizando a atenção flutuante como articulação entre ambos. A atenção flutuante é um conceito de Sigmund Freud, que orienta a escuta clínica e serve de horizonte técnico. Durante a sessão, o analista deve suspender suas emoções e julgamentos, ainda que estes continuem emergindo, ele deve colocá-los de lado. Formulações teóricas que eventualmente ocorrem, evocadas pelo material que o analisando traz, também podem interromper a atenção flutuante, onde o analista deve realizar o movimento de retomar a suspensão do pensamento. Deste modo, a escuta clínica é situada em um duplo contexto, o microcontexto, que diz respeito a cada sessão, e o macrocontexto do contexto analítico como um todo. No contexto da pesquisa cartográfica, pode-se situar o macrocontexto como a dinâmica de transformação do problema geral da pesquisa e os microcontextos como a autodefinição de microproblemas, que vão se dando ao longo das idas à campo (KASTRUP, 2010).

Na pesquisa, as experiências, muitas vezes, vão ocorrendo de modo fragmentado e sem sentido imediato. Há pontas de presente, movimentos emergentes, signos que indicam que algo acontece, que há uma processualidade em curso. Algumas destas experiências concorrem para modular o próprio problema, tornando-o mais concreto e bem colocado. Assim, surge um encaminhamento de solução ou resposta ao problema, enquanto outras experiências desdobram-se em microproblemas, que exigirão tratamento separado. Os signos vão sendo acolhidos em uma atitude atencional de ativa receptividade e tornam-se mais interessantes quando expõem o problema e forçam a pensar. Portanto, a atenção se desdobra na qualidade de encontro, acolhimento (KASTRUP, 2010).

Este posicionamento metodológico-teórico-político dialoga com a noção de desejo da Esquizoanálise. Para Gilles Deleuze e Félix Guattari, seus fundadores, o desejo deve ser entendido como parte da produção (em seu sentido amplo) e a produção, como desejante, onde as subjetivações estão essencialmente envolvidas nos processos produtivos. Os dois autores criam então uma noção de desejo como sendo: “não apenas a força que anima o psiquismo, mas uma força essencialmente produtiva e criativa buscadora de encontros que, além de tudo, é imanente a outras forças animadoras do social, do histórico, do natural” (BAREMBLITT, 2002, p. 58). Se o desejo pode ser alcançado, realizado – diferindo-se da noção de desejo como falta, advindo da Psicanálise – para isto ocorrer, é necessário produzir condições históricas favoráveis, e “Isso inclui engendrar modos de subjetivação que co-protagonizem este processo” (BAREMBLITT, 2002, p. 50).

## 4. DA CRIAÇÃO DA SEXUALIDADE A INVENÇÃO DA TRANSEXUALIDADE OCIDENTAL

Compartilhando a reflexão foucaultiana de que os objetos de estudo das diversas ciências não surgem ao acaso, apresento os seguintes questionamentos: quando a transexualidade e as pessoas trans passaram a ser objeto de interesse e de estudo das ciências humanas, sociais e médicas? Como este tema foi e é tratado atualmente? Para responder estas perguntas e refletir criticamente sobre, faz-se necessário um olhar perscrutador sobre o assunto, onde torna-se essencial rever os fatos históricos, sociais e políticos que engendraram o conceito de transexualidade até os dias de hoje. Sendo assim, realizo uma pesquisa bibliográfica através da perspectiva genealógica. Tal perspectiva só se faz possível com a condição de eliminar a hierarquia dos discursos, na tentativa de expor e destituir seus privilégios. Na teoria foucaultiana, a genealogia possibilita o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, permitindo a constituição de um saber histórico das lutas (FOUCAULT, 2014b).

Trata-se então de ativar os saberes locais, descontínuos e desqualificados, contra a instância teórica que pretende hierarquizá-los e ordená-los, em nome de algum conhecimento supostamente verdadeiro, como os saberes médicos, por exemplo. Assim, a genealogia pode ser entendida como uma anti-ciência, no sentido de que não propõe uma ciência mais atenta ou exata, e sim uma insurreição dos saberes contra os efeitos de poder centralizadores, relacionados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado. Pode-se afirmar então que a genealogia tem a intenção de libertar da sujeição os saberes históricos, torná-los capazes de oposição e de luta, contra a coerção de um discurso unitário, formal e científico. Ou seja, ela pretende uma reativação dos saberes locais, menores (FOUCAULT, 2014b).

A pesquisa bibliográfica a partir da perspectiva genealógica também faz-se necessária para compreender como a própria transexualidade foi e é tratada atualmente pelos saberes científicos, assim como pelas práticas cotidianas. Indo além, analisar o conceito de transexualidade e suas modificações históricas, permite-nos conhecer as modificações históricas da própria ciência (CASTEL, 2001), entendendo o saber científico como aquele que autoriza e legitima certos modos de ser e estar no mundo. Assim, pode-se então desnaturalizar tanto a transexualidade, como os saberes que a forjaram através do tempo. Para tal, será traçado o percurso dos estudos da sexualidade, fazendo uma análise de como esta foi sendo engendrada por mecanismos de poderes diversos.

Vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica realizada abarcou não somente autores catedráticos nos temas da sexualidade e gênero – como Foucault e Thomas Laqueur, que são amplamente referenciados –, mas também ativistas trans que publicam conteúdo na internet, produzido a partir de suas vivências, e produções feministas de mulheres acadêmicas, cis e trans (estas em sua minoria). Além destas referências, algumas produções cinematográficas que tratam da questão do gênero serão analisadas. Deste modo, articulam-se os saberes produzidos no interior da academia, da militância e, de como estes, articulados, podem refletir nas representações do cinema. Assim, a pesquisa valoriza tanto os saberes localizados, quanto os já amplamente utilizados por pesquisadores que estudam estes temas, ao redor do mundo.

É essencial salientar o motivo de traçar primeiramente o percurso da sexualidade, mais especificamente a sexualidade ocidental, a partir do século XVIII. A noção de gênero e questões relacionadas à ela são relativamente novas na ciência. Se a sexualidade como se conhece hoje só começa a ser construída no século XVIII, o gênero como conceito surge

apenas na segunda metade do século XX. Logo, pessoas trans não eram diferenciadas dos homossexuais, e estes eram entendidos como homens menos perfeitos, assim como as mulheres, não havendo distinção entre orientação sexual e identidade de gênero, como atualmente ocorre. As questões de gênero eram tratadas no âmbito da sexualidade humana e ainda hoje estas questões se esbarram. Um exemplo disto é a sigla LGBT, que comporta três orientações sexuais e as identidades de gênero, que correspondem as pessoas travestis e transexuais.

Após este processo, a produção da transexualidade poderá ser observada na contemporaneidade e também o modo através do qual algumas áreas, como a jurídica, por exemplo, atualmente se utilizam da classificação contida nos manuais diagnósticos, para produzir saberes e lidar com questões práticas, reproduzindo e reafirmando o discurso patologizante das ciências médicas.

Para alcançar tais objetivos, foi utilizada a obra de Foucault intitulada *História da sexualidade I: a vontade de saber*, referência nos estudos sobre sexualidade humana, mais especificamente sobre a construção da sexualidade ocidental. O livro foi publicado pela primeira vez em 1976, e nele o autor apresenta a hipótese repressiva – que ao longo da obra, tenta refutar.

Tal hipótese repressiva refere-se à teoria, amplamente difundida, de que o sexo e a sexualidade foram, ao longo dos séculos, reprimidos. Deste modo, a única forma de liberar a sexualidade seria através de uma “[...] transgressão das leis, uma suspensão das interdições [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 11). Entretanto, o autor contra-argumenta esta teoria, afirmando que o discurso sobre a repressão moderna do sexo só se sustenta por ser fácil de ser dominado.

Para Foucault, há uma grave caução política e histórica que protege a hipótese repressiva, colocando o início da repressão no século XVII, como se antes disto, vigorasse um arejamento e expressão livre do sexo e da sexualidade. Com a chegada do século XVII e com o nascimento da burguesia, conseqüentemente, o desenvolvimento do capitalismo, fez-se crer que seria esse o início da repressão sexual, uma forma de economia da energia dos indivíduos, que deveria ser canalizada apenas para o trabalho. E este argumento bem construído sobre a repressão, torna-se alvo da desconstrução e reflexão crítica do autor. Foucault, ao longo de sua obra, procura construir uma nova noção da sexualidade ocidental moderna.

Ele propõe, então, fazer uma análise histórica que pontue:

O fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global, a “colocação do sexo em discurso” (FOUCAULT, 1999, p. 16).

Ao negar a hipótese repressiva, o autor propõe a perspectiva de que a partir do fim do século XVI, ocorre uma “colocação do sexo em discurso”, para a construção de uma ciência da sexualidade (FOUCAULT, 1999, p. 17). Logo, ao invés de sofrer restrições, houve um mecanismo de crescente incitação ao discurso, para que se falasse do sexo. Segundo o autor:

[...] as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa mas, ao contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfos e que a vontade de saber não se

detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou – sem dúvida através de muitos erros – em constituir uma ciência da sexualidade (FOUCAULT, 1999, p. 17-18).

Da Idade Média ao final do século XVI, a pastoral cristã se utilizou da confissão religiosa para colocar o sexo em discurso. Esta técnica talvez ficasse “ligada ao destino da espiritualidade cristã ou à economia dos prazeres individuais, se não tivesse sido apoiada e relançada por outros mecanismos” (FOUCAULT, 1999, p. 26). Mas uma fermentação discursiva ocorre a partir do século XVIII, e há uma incitação política, econômica e técnica para que se falasse do sexo, o que deu origem ao discurso científico sobre o assunto. Desde este momento há um “regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana” (FOUCAULT, 1999, p. 16), nomeado de *dispositivo da sexualidade*. A partir de então, discursos sobre o sexo começaram a proliferar-se no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar de sexo.

A incitação não era tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação de comportamentos, ocorrendo sob a forma de pesquisas quantitativas ou causais. Formulou-se então um discurso sobre o sexo, que deixou de pertencer somente à moral e passou a ser também um discurso da racionalidade (FOUCAULT, 1999).

O sexo então foi colocado em discurso, não para simplesmente tolerá-lo ou condená-lo, mas para geri-lo, inseri-lo em sistemas de utilidade e assim regulá-lo. No século XVIII, o sexo tornou-se caso de “polícia” (FOUCAULT, 1999, p. 27, grifo do autor). O autor coloca a palavra polícia entre aspas e explica que o sentido desta não era de repressão da desordem, mas sim o sentido pleno e forte que se atribuía a ela, o de majoração ordenada das forças coletivas e individuais (FOUCAULT, 1999). A polícia do sexo tinha como necessidade regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos, e não pelo rigor de uma proibição.

Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o surgimento da “população” como um problema econômico e político. A população podia ser entendida como: população-riqueza, mão de obra ou capacidade de trabalho e população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispunha nas cidades. Os governos se deram conta de que tinham que lidar com fenômenos como: natalidade, morbidade, incidência de doenças, habitat, entre outros. O futuro desta sociedade e seu êxito estavam relacionados estritamente ao seu sexo, ou melhor, a sexualidade dos indivíduos que a compunham (FOUCAULT, 1999).

Assim, surge uma nova teia de observações sobre o sexo: a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. O sexo, que anteriormente era compartilhado apenas nas confissões religiosas, acabou tornando-se objeto de disputa entre Estado e indivíduo, uma disputa pública, onde uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções investiu sobre ele. Sendo assim:

A Idade Média tinha organizado, sobre o tema da carne e da prática da confissão, um discurso estreitamente unitário. No decorrer dos séculos recentes, essa relativa unidade foi decomposta, dispersada, reduzida a uma explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política (FOUCAULT, 1999, p. 35).



Logo, com a construção de outros discursos que legitimavam ou não certas práticas, como os saberes científicos, a incitação ao discurso passa a ser uma estratégia polimorfa do poder. Tal estratégia de colocação do sexo em discurso não pretendia afastar da realidade as formas de sexualidade insubmissas à economia estrita da reprodução. O que ocorreu foi que, através de tais discursos, multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores e anexou-se a irregularidade sexual à doença mental. Da infância à velhice, definiu-se uma forma de desenvolvimento sexual supostamente normal e foram cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis (FOUCAULT, 1999).

Até o final do século XVIII, alguns modos distintos de regulação explícita do sexo ainda atuaram, além das regularidades devidas aos costumes e das pressões de opinião que existiam e regiam as práticas sexuais. Foram três grandes códigos explícitos: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Tais códigos atuavam, cada um a sua maneira, para a divisão e fixação do lícito e do ilícito (FOUCAULT, 1999).

Havia então um contexto, em que os tribunais podiam condenar tanto a homossexualidade quanto a infidelidade de um indivíduo, porém, o que era considerado contra a natureza era marcado por uma abominação particular. Prova disto era a forma como os hermafroditas eram considerados criminosos, ou filhos do crime, já que: “sua disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção.” (FOUCAULT, 1999, p. 39).

É importante apontar que é somente no início do século XIX, que o termo *sexualidade* surge, assim como a noção de sexualidade que se conhece hoje. O uso desta palavra foi estabelecido em relação à outros fenômenos, como o desenvolvimento de diferentes campos de conhecimento, que se apropriavam tanto dos mecanismos biológicos da reprodução, quanto das variantes individuais e sociais do comportamento. O outro fenômeno foi a instauração de regras e normas (em parte tradicionais e em parte novas), que se apoiavam em instituições religiosas, judiciais, pedagógicas e médicas, como também o modo pelo qual os indivíduos foram levados a dar sentido e valor as suas condutas, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos (FOUCAULT, 1999). Deste modo, surgiu também a noção de corpo que prevalece até os dias atuais.

Se os diversos saberes emergentes no século XVIII pretendiam estabelecer um desenvolvimento normal da sexualidade dos indivíduos, obviamente a divisão dos sexos masculino e feminino também foi uma preocupação. Da antiguidade até o final do século XVII, vigorou uma noção de corpo que entendia as mulheres como versões menos evoluídas e desenvolvidas em relação aos homens. Neste modelo de visão do sexo, denominado modelo de sexo único, mulheres e homens eram classificados conforme seu grau de perfeição metafísica e nível de calor vital. As mulheres teriam órgãos reprodutores internos, por supostamente possuírem menor calor vital, o que impossibilitaria seu desenvolvimento completo, por exemplo: os ovários eram compreendidos como testículos, só que internos e menos desenvolvidos. Em um padrão de análise e comparação que tinha sempre o homem como referência, a mulher foi considerada inferior e invertida por dois milênios (LAQUEUR, 2001).

Pode-se dizer que no modelo de sexo único, a diferença entre os sexos era determinada por uma metafísica da hierarquia. Os antigos não tentavam achar na anatomia explicações totalmente coerentes para a diferença entre os sexos. O que pretendiam era somente defender sua retórica, baseada em uma visão de mundo que compreendia formas complexas, onde as semelhanças entre os corpos, entre os corpos e o cosmo, confirmavam a ordem de um mundo hierárquico (LAQUEUR, 2001).

A mudança significativa no modo de compreender o sexo ocorre gradualmente a partir

do século XVIII, onde houve uma tentativa da ciência de negar o paradigma anterior, e para isto, enfatizou a ruptura entre o saber científico e a religião, razão e credulidade, fato e ficção, numa busca pela verdade. Havia coisas que o corpo podia ou não fazer, e as histórias que os antigos contavam passaram a ser consideradas matéria de fanatismo e superstição. Assim, corpo e espírito, mito e verdade, conformaram dicotomias (LAQUEUR, 2001). A ciência do século XVIII rompeu não só com antigos valores como enfatizou seu rigor próprio e sua importância para as novas descobertas.

Para a mudança de crença ocorrer, a linguagem também precisou mudar. Os órgãos que anteriormente eram relacionados, como ovários e testículos, passaram a ser distinguidos, anatomicamente e em termos linguísticos. O que não era nomeado, passou a ser, como a vagina. Estruturas comuns à mulher e ao homem, como o esqueleto e o sistema nervoso, foram diferenciadas, de modo que comesçassem a se referir à mulher e ao homem culturais. O corpo natural tornou-se padrão no discurso social (LAQUEUR, 2001).

O saber científico passa a tentar provar que os antigos estavam errados ao afirmar que mulheres eram homens menos perfeitos, por terem órgãos supostamente invertidos. Houve não só um repúdio a este isomorfismo, como também a rejeição da ideia de que as diferenças mais sutis entre os órgãos, fluidos e processos fisiológicos refletiam uma ordem transcendental de perfeição (LAQUEUR, 2001). Assim, a ciência também rompeu com uma antiga noção de mundo.

Pode-se pensar que tais mudanças no modo de entender o sexo e o corpo decorreram do puro desenvolvimento científico, da evolução do conhecimento, porém este argumento deve ser revisto criticamente. A mudança do modelo de sexo único (da antiguidade ao século XVII) para o modelo de dois sexos (XVIII) ocorre como consequência de interesses epistemológicos e sobretudo políticos. Um exemplo disto é que a ciência já possuía pistas de que o clitóris não era uma versão menos evoluída do pênis, mas que ambos tinham origens comuns na vida fetal.

A ciência já havia acumulado conhecimento suficiente sobre o tema anteriormente, mas a mudança de um modelo para outro só se deu quando houve interesse político para tal, sendo somente no século XVIII que inventa-se o sexo como se conhece atualmente. Falar em interesse político é falar de disputas de poder, e falar sobre sexo é fazer referência à uma ordem social específica, onde as disputas acontecem. Neste sentido, a ciência passa a servir aos interesses políticos de um momento histórico específico, fazendo com que a biologia tentasse abarcar não só o corpo natural como também os papéis sociais desempenhados por mulheres e homens (LAQUEUR, 2001).

Esta definição social dos órgãos sexuais não pode ser considerada um simples registro de propriedades naturais, mas sim produto de uma construção, baseada em escolhas que acentuam certas diferenças ou ocultam semelhanças. Assim, as diferenças entre os órgãos sexuais são construções sociais que encontram seu princípio em uma razão androcêntrica, a mesma razão que estabelece estatutos sociais atribuídos aos homens e às mulheres. Logo, nem as práticas e nem as representações sexuais são simétricas (BOURDIEU, 1999). A mulher continua sendo vista como inferior e tendo um papel social menor.

Por este motivo, Laqueur (2001) afirma que qualquer explicação advinda da biologia que possua um resultado comportamental de gênero é altamente suspeita. Um outro ponto para manter a atenção é o fato de que a diferença e a igualdade entre os sexos estão por toda parte, mas quais delas importam, ou fazem importar? As escolhas que decidem quais diferenças ou igualdades serão ocultadas ou ressaltadas, são realizadas fora do ambiente empírico, são escolhas políticas. Sendo assim, pode-se perceber que muito do que foi produzido até então, possui um caráter misógino. Então, o sexo não pode ser pensado fora do

fato discursivo, assim como os indivíduos, e isto deve ser sempre evidenciado por quem pesquisa e por quem lê um texto produzido a partir de uma pesquisa sobre os sexos, sexualidade e gênero.

Ironicamente, foi no modelo de sexo único que mais se falou sobre a biologia dos dois sexos que, da antiguidade ao final do século XVII, era mais relacionada com os papéis sociais desempenhados por mulheres e homens, do que com o órgão sexual que cada um possuía. Então, até o século XVII, os órgãos reprodutivos eram apenas um sinal entre muitos, do lugar que o corpo se encontrava em uma ordem cósmica e cultural, que transcendia a natureza (LAQUEUR, 2001). Após este período, as normas começaram a ditar que homens e mulheres deveriam restringir-se ao seu papel social, de acordo com a identidade biológica de macho e fêmea. Conseqüentemente, a escolha afetiva e sexual deveria voltar-se para o sexo oposto. O que desviava à norma era punido e reprimido. Se a possibilidade de feminilização era mal vista para homens, a masculinização também o era para as mulheres (FOUCAULT, 1999).

O ideal de masculinidade da época acaba forjando seu oposto, a sexualidade anormal. Assim, surge uma outra categoria de invertido sexual, o homossexual. Este era tido como doente, logo, passível de cura pela medicina oitocentista. Entre os dois extremos, as variações do que seriam comportamentos mais e menos aceitáveis socialmente, tendo este modelo influenciado o entendimento sobre sexualidade até os dias atuais (FOUCAULT, 1999).

No século XIX, com o surgimento da burguesia vitoriana, a sexualidade é confiscada pela família conjugal, que absorve a necessidade da função de reproduzir: “o casal, legítimo e procriador, dita a lei” (FOUCAULT, 1999, p. 10). Ou seja, a família, mais exatamente o casal reprodutor, impõe-se como modelo, se faz norma e detém a “verdade” de um modo de ser. Foucault exemplifica: “se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções” (op. cit.).

Foucault, em uma tentativa de elucidar sua teoria, diz que:

É necessário deixar bem claro: não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que foi antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna. Todos esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações – que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso (FOUCAULT, 1999, p. 17).

Foucault (1999) dispõe-se então a evidenciar a produção discursiva, a produção de poder (que algumas vezes tem como função interditar, mas não sempre) e as produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos). Como pode-se observar, tais produções discursivas também organizam os silêncios, o não-dito sobre a sexualidade.

Foi neste contexto que se organizaram controles pedagógicos e tratamentos médicos, em torno das mínimas fantasias. Criou-se todo um vocabulário que desse conta de tais anormalidades – surgiram as sexualidades periféricas – que podem ser observadas até hoje, em catalogações de patologias, como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos

Mentais (DSM). Como uma forma de absorver os “prazeres sem fruto”, ou seja, que não tinham a reprodução como objetivo (FOUCAULT, 1999, p. 37), as sexualidades periféricas fomentaram um modelo de sexualidade centrado na genitalidade.

Os séculos XIX e XX constituíram-se como a época da multiplicação, pois houve uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas e uma implantação múltipla das perversões, produzindo um contexto de heterogeneidades sexuais. Ora, se há uma sexualidade normal, deve haver também as anormais, as perversões, que balizam a normalidade dos modos de ser, comparativamente, tornando qualquer comportamento que fuja à norma, periférico (FOUCAULT, 1999). Entretanto, no século XIX, a severidade dos códigos prescritivos da sexualidade se atenua consideravelmente, em relação aos delitos sexuais.

A justiça passou a ceder à medicina e surge uma armadilha suplementar da severidade: as instâncias de controle e mecanismos de vigilância instalados pela pedagogia ou pela terapêutica. Algumas classificações eram dadas aos indivíduos que se encontravam no espectro das sexualidades periféricas, carregando estigmas como: loucura moral, degenerescência, desequilíbrio psíquico, neurose genital, aberração do sentido genésico, entre outras designações criadas com este propósito (FOUCAULT, 1999).

Quando se nomeia todo o tipo de sexualidades, não é para excluí-las do real e sim para, cada vez mais, aumentar o controle sobre elas. Essa caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e uma nova especificação dos indivíduos. Foi assim que o homossexual do século XIX tornou-se um personagem, nada do que ele era escapava à sua sexualidade: seu passado, sua história, seu caráter, sua infância. Assim, a homossexualidade tornava-se parte do todo do indivíduo, sendo considerada princípio insidioso, que se inscrevia em sua face e em seu corpo, subjacente a todas as suas condutas (FOUCAULT, 1999).

Constituiu-se então uma categoria psicológica, médica e psiquiátrica da homossexualidade. Esta era mais uma qualidade de sensibilidade sexual, uma capacidade de interverter, alterar em si mesmo o masculino e o feminino. Segundo o autor:

A homossexualidade apareceu como umas das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. Como são espécies todos esses pequenos perversos que os psiquiatras do século XIX entomologizam atribuindo-lhes estranhos nomes de batismo: há os exibicionistas de Lasègue, os fetichistas de Binet, os zoófilos e zoerastas de Krafft-Ebing [...] e as mulheres disparênicas (FOUCAULT, 1999, p. 44).

Assim, fica clara a intenção do poder de instituir a suposta anomalia nos corpos, nas condutas, fazendo-se princípio de classificação e inteligibilidade. As sexualidades aberrantes não foram excluídas, mas sim especificadas, onde o objetivo das estratégias do poder era – através de sua disseminação – semeá-las no real e incorporá-las aos indivíduos, cada vez mais (FOUCAULT, 1999).

Pode-se dizer que, no século XIX, instalou-se um poder que não tinha forma da lei nem os efeitos da interdição, ao contrário, através da colocação do sexo em discurso, pôde especificar, catalogar, marginalizar e patologizar determinadas sexualidades. Contudo,

A implantação das perversões é um efeito-instrumento, pois é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas, que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. E nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática (FOUCAULT, 1999, p. 48).

Até este momento, questões de gênero eram tratadas no âmbito da sexualidade, não havendo diferenciação entre orientação sexual e identidade de gênero. É necessário salientar que, da mesma forma que se fez o recorte da produção da sexualidade ocidental, o que será tratado a seguir é a invenção da transexualidade no ocidente. Esta contextualização é essencial, pois não se pode pensar essa experiência fora deste contexto histórico e cultural (BENTO, 2006).

Ao tratar do trânsito entre gêneros em outras culturas e momentos históricos, referindo-se a esse movimento como transexualidade, apagam-se as estratégias de poder que, no ocidente, se articularam para determinar que a verdade última dos indivíduos está em seu sexo. Logo, não pode-se afirmar como transexualidade as experiências de rompimentos de fronteiras entre o masculino e o feminino em outras culturas, sociedades e momentos históricos. Até porque, a noção da transexualidade está estritamente relacionada ao modelo de dois sexos (homem e mulher com anatomias e nomeações diferentes e não hierarquizadas), que se estabeleceu após o século XVIII. Apesar do fato de que em toda a história existiram pessoas que não se conformaram com as normas de gênero vigentes, isto não autoriza a nomeação dessas experiências como transexualidade, porém muitos pesquisadores assim o fizeram, principalmente os antropólogos (BENTO, 2006).

Os discursos que criam a transexualidade têm uma história, que precede e condiciona seus usos contemporâneos, daí a importância de se conhecer a história da construção destes discursos, para então conhecer seus efeitos (BENTO, 2006). Dito isto, serão apresentados os primeiros discursos científicos sobre a transexualidade ocidental, onde estes se pretendem universais e a-históricos, até os dias atuais.

Até então, não havia distinção entre homossexuais, transexuais e travestis. As tentativas de categorizar cada uma dessas vivências ocorreram ao longo do século XX. A primeira aparição referente à transexualidade ocorre em 1910, na publicação *Die Transvestiten*, de Magnus Hirschfeld, onde o médico alemão conceitua o então “transexual psíquico”. Em 1949, o médico Cauldwell escreve um artigo sobre uma “mulher biológica” que queria se masculinizar e o intitula de *Pshycopathia transexualis*, se inspirando na obra de Krafft-Ebing chamada *Pshycopathia sexualis* (JUNIOR, 2008). Em 1953, o também médico Harry Benjamin publica um artigo intitulado *Transvestism and transsexualism* (transsexual, ainda na grafia com duas letras “s”, denotando uma condição supostamente patológica), onde ataca todo e qualquer tratamento psicoterapêutico, sobretudo psicanalítico, da transexualidade e da travestilidade.

Em 1966, na publicação de *The Transsexual Phenomenon*, Benjamin procura estabelecer uma diferença entre *transexualismo* e *travestismo*, fornecendo bases do que seriam os fundamentos para diagnosticar um “transexual verdadeiro” (CASTEL, 2001; ARÁN, 2006). Somente os indivíduos que fossem diagnosticados como transexuais verdadeiros estariam aptos a cirurgia, única alternativa terapêutica possível para Benjamin, em contraste com os psicanalistas da época, que acreditavam que a cirurgia era uma mutilação (BENTO, 2006). Esta obra se tornou uma das mais influentes no tema.

A partir destas diferenciações, Benjamin passa a teorizar e descrever o “fenômeno transsexual”, como nomeou. Para isto, criou uma escala de orientação sexual – Escala Harry Benjamin de orientação sexual, desorientação e indecisão de sexo e gênero (homens) – inspirada nas classificações realizadas por Krafft-Ebing, Hirschfeld e Ellis, ainda no século XIX (ARÁN, 2006). É importante ressaltar que a escala de Benjamin também previa a orientação sexual do indivíduo e suas atividades sexuais, correlacionadas ao grau de *travestismo* ou *transexualismo* em que se encontrava.

Percebe-se que os estudos iniciais sobre as questões relacionadas ao gênero eram fundamentados nos saberes médicos, e continuaram atuando em uma lógica patologizante, não considerando os comportamentos como produtos sociais. Todas as práticas e o que foi produzido após este período, tanto no âmbito da psiquiatria, da biologia, como no da psicanálise, seguiu a lógica patologizante e as terapêuticas visavam “adequar” os que “sofriam em corpos errados”<sup>4</sup>, cada um a seu modo. Posteriormente, já na segunda metade do século XX, a transexualidade foi inserida em manuais de diagnóstico.

Durante as décadas de 60 e 70, houve uma articulação entre os discursos teóricos e as práticas reguladoras, que ganharam visibilidade com o surgimento de associações internacionais, que se organizaram para produzir um conhecimento voltado para a transexualidade e para discutir mecanismos de construção de diagnóstico diferenciado também para gays, lésbicas e travestis. Ao mesmo tempo em que se produziu um saber específico, foram propostos modelos apropriados para um suposto tratamento (BENTO, 2006). Desta forma, a transexualidade deve ser vista como um dos mais recentes desdobramentos do dispositivo da sexualidade, onde este passa a se constituir como um dispositivo específico – o dispositivo da transexualidade – que se encontra em pleno período de operacionalização. Há um conjunto de saberes organizados, que se materializam fisicamente em comissões ou projetos vinculados aos hospitais, visando “tratar” os “disfóricos de gênero” (BENTO, 2006).

A seguir, algumas classificações da transexualidade serão apresentadas, todas elas publicadas em um manual que cataloga transtornos mentais, com critérios para diagnósticos, sendo utilizado por profissionais da saúde, principalmente psiquiatras e psicólogos. Também é utilizado por pesquisadores, com objetivo de investigar transtornos, onde estes podem até mesmo utilizar pessoas que se enquadram nos diagnósticos como informantes de suas pesquisas. Estas classificações também são consideradas na produção e implementação de políticas públicas, embora o manual seja amplamente criticado por alguns profissionais, pesquisadores e ativistas.

A publicação em questão é o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), publicado pela American Psychological Association (APA), instituição norte-americana fundada em 1892, que se expandiu rápido após a segunda guerra mundial. Em seu endereço eletrônico, a APA afirma que seus objetivos são: atuar para que a psicologia seja reconhecida como ciência e expandir o papel da psicologia na promoção da saúde. A APA é bastante criticada, e além de críticas sobre a medicalização da vida e a patologização de comportamentos que fogem à norma, a organização também sofre acusações políticas<sup>5</sup>.

---

4 Para uma leitura aprofundada sobre o indivíduo transsexual na teoria de Benjamin e na psicanálise: BENTO, Berenice. Da transexualidade oficial às transexualidades. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Org.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond. 2004. p. 143-172.

5 Acusações políticas como por exemplo a de ter membros psicólogos em contato com psicólogos do exército americano. A acusação foi realizada por um grupo de profissionais da saúde e ativistas dos direitos humanos, que afirmou que a APA embasou justificativas legais e éticas para a tortura de prisioneiros após os atentados sofridos em 2001, ainda no governo de Bush. Pode-se então questionar a neutralidade desta instituição e do

O objetivo de apresentar as classificações do DSM não é o de ratificá-las, e sim de entender como o discurso médico acaba sendo apropriado por outros saberes e pelas próprias pessoas que vivenciam as transexualidades, e apontar para a necessidade de se construir e afirmar uma outra lógica. Nesta parte do texto, não será realizada a distinção entre pessoas travestis e transexuais, entendendo que ambas podem ser representadas pelo termo “pessoas trans”, e que a presença ou não dos genitais, a vontade ou não da cirurgia de redesignação sexual não é um fator que possa encaixar os indivíduos em uma ou outra categoria. Existem pessoas que se identificam como transexuais ou trans, apesar de não terem realizado a cirurgia e nem possuírem desejo para tal. Logo, não pretende-se uma concordância com o discurso médico e com as classificações vigentes.

O discurso médico não considera as vivências das transexualidades como algum tipo de experimentação dos indivíduos, então analisa e distingue comportamentos para depois colocá-los em categorias diagnósticas. Nos manuais, a vivência travesti é descrita como “transvestic disorder” (DSM-V) ou “travestismo fetichista” (DSM-IV-TR), no sentido de que o homem se excita em se vestir como o “gênero oposto”, mas não se identifica com ele.

Deve-se atentar para o fato de que o termo travesti, no Brasil, se constituiu de uma forma singular, possuindo outro sentido no recorte nacional. Sendo utilizado desde os anos 60 para se referir à homens que se vestiam de mulher no carnaval, foi somente em meados dos anos 70 que o termo começa a ser utilizado como identidade de gênero. Apropriado por pessoas que trabalhavam com prostituição e estavam de alguma forma relacionadas à criminalidade, ganhou uma conotação marginal que perdura até hoje (GREEN, 2000). Por este motivo, não será realizada a diferenciação dos indivíduos, entendendo tais vivências como trânsito entre gêneros.

O diagnóstico de transexualismo – como inicialmente denominado – foi introduzido na terceira edição do DSM-III, em 1980 (ARÁN, 2006). Vale dizer, porém, que na edição do DSM-IV, em 1994, o fenômeno passa a ser apresentado como Transtorno da Identidade de Gênero. Na versão brasileira do DSM-IV-TR, os Transtornos da Identidade de Gênero caracterizam-se por:

[...] uma forte identificação sexual com o gênero oposto, acompanhada por desconforto persistente com o próprio sexo atribuído. O termo *identidade de gênero* se refere à percepção que um indivíduo tem de si mesmo como homem ou mulher. O termo *disforia* quanto ao gênero denota sentimentos fortes e persistentes de desconforto com o próprio sexo atribuído, o desejo de possuir o corpo do outro sexo e o desejo de ser considerado pelos outros como um membro do sexo oposto (APA, 2003, p. 546, grifo do autor).

Esta edição do manual também alerta para o fato de que o transtorno de identidade de gênero deve ser diferenciado da orientação sexual, pois esta se refere à atração erótica por homens, mulheres ou ambos. Os critérios diagnósticos do transtorno de gênero são: uma forte e persistente identificação com o gênero oposto; desconforto persistente com seu sexo ou sentimento de inadequação no papel de gênero deste sexo; a perturbação não é concomitante a uma condição intersexual física e por último, a perturbação causa sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional, ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo. Os critérios diagnósticos possuem os sintomas

---

conteúdo que produz. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/associacao-americana-de-psicologia-acusada-de-embasar-tortura-na-cia-16032430>> Acesso em: 15/07/2015.

diferenciados para crianças, adolescentes e indivíduos adultos. Para os adolescentes e adultos, indivíduos considerados sexualmente maduros, ainda há uma especificação sobre a orientação sexual.

Em 2013, há uma mudança de classificação do fenômeno, pois, o que antes era diagnosticado como Transexualismo e Transtorno de Identidade de Gênero, respectivamente nos DSM-III e DSM-IV, passa a ser nomeado Disforia de Gênero, com a publicação do DSM-V. A APA justifica a alteração: *Disforia de gênero* faz referência à angústia que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado/expressado e o gênero designado (APA, 2013, p. 451, grifo do autor, tradução nossa). Contudo, segundo o manual, nem todos os indivíduos irão vivenciar a angústia como o resultado de tal incongruência, muitos sentem a angústia se as intervenções físicas desejadas, através de hormônios e/ou cirurgia não estão disponíveis. Segundo a APA, o termo atual é mais descritivo do que o anterior, focando na disforia como uma questão clínica e não na identidade em si.

O DSM-V também diferencia o que seria um indivíduo transgênero do indivíduo transexual. Transgênero refere-se ao amplo espectro de indivíduos que, transitoriamente ou de forma persistente se identificam com o gênero diferente do gênero designado a ele no momento de seu nascimento. Já o termo transexual faz referência ao indivíduo que procura ou já se submeteu à transição social do masculino para o feminino ou o inverso e, em um número considerável de casos, envolve uma transição somática através de tratamento hormonal e cirurgia genital para “mudança de sexo” (APA, 2013, tradução nossa, grifo nosso).

O DSM-V (na versão americana) tem o cuidado de diferenciar os termos sexo e sexualidade (pois ambos podem ser expressados pela palavra “sex” em inglês), porém, não há o mesmo esforço para dirimir as dúvidas e questões que possam surgir a respeito dos conceitos sexo e gênero. Muitas vezes faz-se referência ao sexo (feminino e masculino), mas utilizando o conceito de gênero para fazer referência à genitália. O exemplo pode ser encontrado na própria definição de transexualidade, onde o gênero do indivíduo supostamente não está em conformidade com “gênero natal”, o que foi designado no nascimento, ou seja, seu sexo (APA, 2013, tradução nossa).

No DSM-V, gênero é definido como: termo que denota o público (e geralmente legalmente reconhecido) vivido como menino/menina ou homem/mulher, onde, em contraste com outras teorias – as construtivistas sociais – os fatores biológicos são vistos como contribuintes para o desenvolvimento do gênero, interagindo também com os fatores sociais e psicológicos (APA, 2013, tradução nossa). Apesar da visão do conceito de gênero se aproximar e até se confundir com a do sexo biológico, o DSM-V aponta que o gênero experienciado pode incluir identidades de gênero alternativas, que estão para além dos estereótipos binários.

Observa-se nestas definições do DSM, o que Laqueur (2001) e Foucault (1999) apresentam sobre a construção moderna dos sexos. Em nenhum momento, o manual aponta o sexo como uma construção social, determinado pelo fato discursivo onde se insere. Além do mais, ainda enfatiza o fato de que o gênero, na perspectiva psiquiátrica/psicológica utilizada na produção dos diagnósticos, é construído, porém influenciado por fatores biológicos. Quais seriam estes fatores? O sexo, então, parece carregar consigo uma carga que por si só definiria o papel social de mulheres e homens na sociedade, não sendo considerado também uma produção da ciência. O manual, além disso, padroniza as vivências de pessoas trans, homogeneizando experiências que na verdade são vividas de maneira única por cada um.

Há um contínuo debate sobre a validade das categorias diagnósticas e critérios utilizados no DSM. Pode-se argumentar que muitas das categorias diagnósticas presentes no manual, são na verdade comportamentos resultantes das relações sociais e não doenças, sendo



as relações sociais cada vez mais padronizadas ao redor do mundo, como consequência da globalização. Assim, a medicalização dos indivíduos se torna alvo de críticas e começa a ser problematizada. Indústrias farmacêuticas lucram cada vez mais com uma sociedade que possui um tipo de transtorno para cada comportamento que desvia da norma. O que pode ser definido como normal ou anormal? E o mais importante: quem está apto a realizar esta definição?

A construção do diagnóstico da transexualidade é realizado a partir de uma avaliação exaustiva, que inclui o histórico completo do caso, sessões de psicoterapia e testes psicológicos. Dois documentos baseiam o tratamento da transexualidade, adotados por comissões de gênero e programas de transgenitalização, são eles: normas de tratamento do The Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIIGDA) e os critérios do DSM. O processo transexualizador é composto por exigências determinadas pelo próprio HBIIGDA. Os protocolos irão concretizar as obrigatoriedades quanto ao tempo de psicoterapia, terapia hormonal, testes de personalidade, exames de rotina e o teste da vida real, que consiste no fato de que o candidato deve usar roupas do gênero a que está disposto a assumir (BENTO, 2006).

Para além dos protocolos oficiais, pode-se observar o “protocolo invisível”. Este está presente nos olhares, nos comentários e nas censuras dos membros da equipe e de outros funcionários do hospital. São estes protocolos invisíveis que provocam nos demandantes, os “candidatos”, uma necessidade de criar estratégias para conseguirem se movimentar naquele ambiente (BENTO, 2006). Alguns comentários e olhares carregados de julgamento e o fato de anunciar uma consulta de uma pessoa trans, chamando-a pelo nome de registro em um corredor cheio de outros pacientes, por exemplo, são pistas claras da transfobia presente neste cotidiano.

Apesar deste panorama que indica um total domínio do discurso médico, as estratégias de negociação assumidas pelas pessoas trans que estão no hospital como candidatas do processo transexualizador, permitem uma maior mobilidade e capacidade de enfrentamento. Nesta relação de poder, percebida pelas pessoas trans, as estratégias mais utilizadas, segundo Bento (2006), são: silenciar, se posicionarem como vítimas e essencializarem a própria experiência da transexualidade. Também há a presença da “mentira”, ou uma estratégia discursiva que visa dar à equipe respostas que ela quer ouvir, para fechar o diagnóstico. Se o discurso médico exige a conformidade entre sexo e gênero, os candidatos muitas vezes dizem que “sempre se sentiram assim”, ou que não gostam de seu órgão genital e não obtêm prazer com ele, por exemplo.

Conhecendo a trajetória dos saberes científicos e de como estes forjaram seus conteúdos, categorias de análise, transtornos, perversões, diagnósticos, é possível compreender porque há um grande movimento pela despatologização das identidades trans, assim como houve quando a homossexualidade ainda era uma categoria diagnóstica presente no manual. Este é um movimento de ativistas trans, crescente na academia, entre os pesquisadores que se dedicam a estudar gênero e sexualidade.

Neste contexto atual pode-se apontar a Rede Internacional pela Despatologização das Identidades Trans, criadora da campanha internacional *Stop Trans Pathologization* (STP), que denuncia as graves consequências do chamado transtorno de identidade de gênero, agora disforia, na vida das pessoas trans. Também pretendem denunciar a violência que sofrem as pessoas intersexuais, que são submetidas a procedimentos médicos logo depois de nascer, para definição de um único sexo (muitas vezes, sem o conhecimento da própria família). Os ativistas pretendem mostrar que nos manuais, “confunde-se” os efeitos da transfobia com os supostos sintomas da transexualidade. Invisibiliza-se a violência social que se exerce sobre

quem não se adequa às normas de gênero, fazendo parecer que o sofrimento desses indivíduos é consequente de um transtorno de identidade. Em 2009, a STP, que começou com um movimento local na Espanha, conseguiu realizar uma divulgação internacional, em diferentes continentes, promovendo ações ao redor do mundo.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), também iniciou uma campanha, em 2014, em apoio à luta pela despatologização das identidades trans e travestis, numa ação em que profissionais da Psicologia, pesquisadoras e pesquisadores, ativistas, pessoas trans e travestis foram convidadas para debater o fazer psicológico no processo de transexualização. Logo após, em 2015, o CFP lançou um site voltado para o tema da despatologização, sendo este um projeto integrante de campanha da autarquia contra a patologização das transexualidades. O site conta com material enviado por profissionais que trabalham com esta população, além de links para legislação nacional e internacional e blogs de pessoas trans que contam na internet suas vivências, entre outros materiais disponíveis. É válido ressaltar que o CFP é responsável por orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de psicólogas e psicólogos no Brasil.

Atualmente, outra questão necessária é desvincular totalmente a questão da orientação sexual do gênero, pois uma pessoa trans pode ter qualquer orientação sexual, independente de como ela se identifique em relação à sua identidade de gênero. Uma mulher trans, ou uma travesti, pode ser lésbica, ou seja, se relacionar com outra mulher, seja sua parceira trans ou cis. Este é só um exemplo das muitas configurações que o gênero, orientação sexual e desejo podem assumir. O conceito de gênero, bem como a primeira edição do DSM, surgiu na década de 1950, porém, o conceito de gênero saiu do âmbito da biologia e foi problematizado nas ciências sociais.

Outros discursos sobre sexualidade e gênero permeiam as vivências, sejam eles distintos do discurso científico ou mera reprodução deste. O cinema, com sua linguagem própria, sendo considerado arte ou entretenimento, certamente pode oferecer perspectivas para a construção de novos olhares. Os filmes estão sempre inseridos em uma dada cultura, e quando abordam determinado tema, retratam uma realidade. Além de retratá-la, o cinema também a constrói, a medida em que pode questionar valores e comportamentos já estabelecidos.

Os indivíduos possuem uma certa competência para ver, resultante da experiência das pessoas com o cinema, ou seja, uma certa disposição para analisar, compreender e apreciar histórias contadas através da linguagem cinematográfica. Entretanto, esta competência para ver não é adquirida apenas assistindo filmes, ela é produto da atmosfera cultural em que os indivíduos estão inseridos (BOURDIEU, 1979 apud DUARTE, 2009). Daí a importância de estudar as produções do cinema e como este dialoga com outros aspectos sociais e com os próprios indivíduos, considerando seu papel na produção de subjetividades.

É nesta inter-relação entre indivíduo e cultura, denominada socialização, que o indivíduo modifica o mundo social, ao mesmo tempo em que é afetado por ele. Neste sentido, tanto a educação formal, quanto os valores adquiridos através das relações familiares e o contato com o cinema e outras formas de expressão, constroem permanentemente os sujeitos. Sendo assim, ver filmes é uma prática social tão importante quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas, pois todas elas colaboram para a formação cultural e educacional dos indivíduos (DUARTE, 2009).

A influência mútua que sociedade e cinema exercem entre si, e que o cinema expressa em sua linguagem, é denominada convenção cinematográfica. As convenções cinematográficas refletem valores e modos de ver e pensar determinadas situações, sociedades e culturas, mas também acabam por cristalizar esses modos de ver, quando

utilizados repetidas vezes, logo, representam padrões amplamente aceitos por uma determinada cultura e podem dificultar o surgimento de novas formas de pensar. Um exemplo disto são as convenções de gênero, que são frequentemente conservadoras.

As representações do feminino pelo cinema são alvo de estudos feministas desde a década de 80. Pioneira nos estudos sobre a mulher no cinema e produção cinematográfica feminista, Ann Kaplan, afirma que a imagem da mulher no cinema é construída pelo e para o olhar masculino. Ela afirma que as mulheres “existem para serem olhadas” e esta objetificação orienta não só a maneira como elas se posicionam em cena como também o lugar simbólico que ocupam nas narrativas. Exemplo disto é que a maior parte dos filmes ainda representa as mulheres como coadjuvantes, que dependem da figura masculina para tomar decisões, fazerem escolhas e serem “salvas”.

O protagonismo das mulheres, na maior parte das produções, é marcado por definições misóginas do lugar ocupado por estas nas sociedades ocidentais. Não é incomum de observar que as personagens femininas que são retratadas como fortes, independentes, e que fogem das convenções de gênero, são entendidas na trama como egoístas, assexuadas, insensíveis e traiçoeiras (KAPLAN, 1995 apud DUARTE, 2009). As representações da orientação sexual de gays e lésbicas também caem em estereótipos, muitas vezes assentados em preconceitos e desconhecimento destas vivências.

Os filmes tratados adiante propõem a reflexão da temática do gênero e da sexualidade, de forma a afastarem-se do lugar comum em que geralmente são representadas no cinema e em outras áreas que fazem parte do cotidiano sociocultural, como a televisão. *Transamerica* e *Tomboy* são produções atuais, ambas apresentam personagens principais que vivenciam o trânsito entre gêneros, de forma honesta e delicada.

*Tomboy*<sup>6</sup> é uma produção francesa, lançada em 2011 e a trama trata do trânsito entre gêneros na infância. *Transamerica*<sup>7</sup> é uma produção americana, lançada em 2005. Os dois filmes têm em comum o fato de mostrarem o papel e a influência da família no processo de descoberta e construção dos indivíduos. Além disto, os dois estão fora do grande circuito de produção e exibição e questionam, cada um a seu modo, as intervenções e discursos das ciências médicas.

O que difere as duas histórias é o fato de que em *Tomboy* a personagem principal – Mickaël – é uma criança, designada como menina ao nascer, e em *Transamerica*, a personagem principal – Bree – é uma mulher de meia-idade, que está em meio a um processo transexualizador, designada como sendo do sexo masculino ao nascer.

Mickaël, experimenta – com uma mudança de casa e novos amigos – a possibilidade de se apresentar com o nome que escolheu e a identidade masculina, sem que sua família desconfie. Em *Tomboy*, desde o início, a linguagem visual evidencia a divisão social de gênero, já naturalizada ao olhar do espectador. Atividades que são determinadas como “de menina” ou “de menino”, roupas “femininas” ou “masculinas”, “cor de menina” ou “de menino”, todos esses marcadores sociais de gênero estão sempre sendo evidenciados, nas falas dos personagens mas principalmente em seus silêncios, como na cena em que todos os meninos, novos amigos de Mickaël jogam bola sem blusa, correm, cospem no chão, apresentam todos aqueles comportamentos masculinos aparentemente naturais e Mickaël se sente autorizado a tirar a blusa e *entrar no jogo*.

Como afirma Paul B. Preciado (2002), ainda na gravidez, quando o médico diz “é uma menina!” ou “é um menino!”, aí mesmo já se produz uma invocação performativa e neste momento surgem as expectativas e suposições acerca do corpo do bebê e de toda sua vida

---

6 IMDb. Disponível em: <[http://www.imdb.com/title/tt1847731/?ref\\_=nv\\_sr\\_1](http://www.imdb.com/title/tt1847731/?ref_=nv_sr_1)> Acesso em: 17/07/2015.

7 IMDb. Disponível em: <[http://www.imdb.com/title/tt0407265/?ref\\_=nv\\_sr\\_1](http://www.imdb.com/title/tt0407265/?ref_=nv_sr_1)> Acesso em: 17/07/2015.

posterior. As suposições antecipam o que seria “mais natural” para aquele corpo: nome, roupas, brinquedos, um projeto de vida. A ecografia seria então uma tecnologia prescritiva, e não descritiva. A partir daí, cria-se uma realidade, antes mesmo do corpo estar no mundo, criando o corpo em si. Este fenômeno pode ser observado claramente em *Tomboy*.

Em *Transamerica*, Bree se encontra em meio a um processo transexualizador, tomando hormônios femininos e fazendo psicoterapia, parte dos requisitos para a cirurgia de transgenitalização. Os dois filmes mostram a vivência e construção da identidade de gênero de duas pessoas em épocas distintas da vida: uma personagem ainda não experienciou as mudanças hormonais da adolescência no corpo, assim, tem mais facilidade de se identificar como menino sem que os desconhecidos percebam, enquanto a outra passou a maior parte da vida se identificando socialmente como homem, teve um filho, ou seja, viveu “como um homem”. Ambas têm em comum o conflito familiar, a difícil aceitação dos pais (o que não é necessariamente uma regra na vida das pessoas trans) e a tentativa de assumir uma vontade maior do que as regras e preconceitos.

Acompanhando o processo de Bree, pode-se perceber uma agência da personagem, quando a mesma questiona a constante patologização da sua vivência e a necessidade de certos procedimentos. No começo do filme ela aparece arrumando-se, penteando o cabelo, cuidando das longas unhas, passando maquiagem e logo em seguida surge no consultório médico. O profissional, branco e jovem, faz uma série de perguntas: “Houve tentativa de suicídio?”, “Já teve alguma sensação de estar sendo seguida?”, “Algum histórico de doença mental na família?”. Todas as respostas são negativas. O médico então pergunta se Bree se considera uma pessoa feliz, e sem hesitar ela responde que sim, mas depois de uma pausa, diz que não sabe e que será feliz futuramente. O profissional comenta que não há uma resposta certa para aquela pergunta e questiona Bree sobre como poderá ajudá-la se ela não for honesta nas respostas.

O médico então diz que a APA considera o transtorno de identidade de gênero um transtorno grave e Bree prontamente pergunta se ele realmente acredita que um transtorno mental pode ser curado com uma cirurgia plástica. Ele não responde e faz duas perguntas finais: como Bree se sente em relação ao seu pênis e se ela tem amigos ou família para dar apoio. Bree finaliza respondendo que é bem próxima à sua terapeuta e que sua família está morta (na verdade ela tem mãe, pai e uma irmã que não dão suporte emocional). A terapeuta que faz seu acompanhamento não autoriza a cirurgia, depois que Bree conta que seu filho a procurou (o adolescente na verdade procura por Stanley, seu pai biológico que não conheceu).

Na cena do consultório médico, pode-se observar um comportamento comum a muitas pessoas que procuram o processo transexualizador, onde Bree dá ao médico as respostas que ele precisa ouvir, mesmo que em determinado momento ele diga que “não há respostas certas”, ambos sabem algumas respostas podem inviabilizar o processo. É este tipo de estratégia, assumida por Bree e muitas pessoas trans da vida real, que faz transparecer o jogo de poder entre paciente-equipe.

Além da decisão pela mudança corporal poder ser autorizada ou não por terceiros, causando ao indivíduo um momento de espera, sem saber o que será decidido, a todo tempo é reiterado que este está *doente* (fato que pode ser observado quando o médico cita a classificação da APA). Logo, deve haver o fechamento do diagnóstico para que possam ocorrer as cirurgias. Assim, todas as pessoas trans, todas as múltiplas e singulares vivências trans invariavelmente devem se encaixar em uma classificação limitadora.

Muitas pessoas trans estão cientes deste contexto e cada uma, de sua forma, age para contestar, educar e produzir conteúdos a partir de seus pontos de vista. É neste sentido que atua o site Transfeminismo, escrito por Bia Pagliarini Bagagli e Hailey Kaas. Na plataforma

são disponibilizados textos acadêmicos e referências, mas não só isto, a maior parte do conteúdo é autoral, crítico e visa expor privilégios de pessoas que não possuem vivências trans. Além disso, atuam para dar visibilidade à pessoas que estão segregadas socialmente, seja no âmbito do mercado de trabalho, da educação ou lazer.

São estas pessoas que apontam para o que precisa ser olhado nos estudos de gênero, fazendo com que acadêmicos possam estar mais sensíveis a determinadas questões de suas vivências, e não somente isto, pois apontam para a real necessidade de pessoas trans chegarem à academia, serem vistas e poderem falar com a mesma propriedade de pessoas que não possuem tal vivência. E é devido ao fato de haver poucos pesquisadores e pesquisadoras trans, que a maior parte da produção sobre transexualidade ainda é produzida por pessoas que não são trans. Sendo assim, a produção acadêmica de pessoas trans não é tão extensa e não possui tanta visibilidade.

Apesar deste fato, as pessoas que estão comprometidas com a escrita acerca da transexualidade, gênero e assuntos afins, optam por uma abordagem mais crítica e posicionadas politicamente (apesar de que nem todas as pessoas trans são politizadas e têm olhar crítico sobre suas vivências). Há também as pessoas que se consideram ativistas, escrevem e publicam em seus próprios sites e blogs, e este tipo de ferramenta não somente tem um alcance maior, como chega a influenciar diretamente a produção acadêmica.

Sendo a produção acadêmica realizada majoritariamente por pessoas que não possuem vivências trans, e apesar do discurso médico ainda ser o mais influente – inclusive na prática profissional de diferentes áreas – as ciências sociais trazem a este panorama um olhar crítico sobre a temática e o próprio desenvolvimento do campo científico.

Um dos pontos interessantes de se observar na produção de ativistas trans é que, mesmo sabendo que o conteúdo que produzem não tem o mesmo “peso” de produções acadêmicas, elas estão totalmente conscientes de que o conteúdo que produzem deve ser valorizado da mesma forma. Nesta busca por visibilidade e legitimação de seus discursos, se fazem visíveis já no fato de existirem e estarem afirmando esta existência, mesmo que constantemente marginalizada e invisibilizada.

Neste contexto, podemos apontar Emi Koyama (2002)<sup>8</sup>, que se apresenta em seu site como: ativista de múltiplas questões da justiça social, escritora e intelectual “desonesta”. Koyama escreve e fala publicamente sobre assuntos como: feminismo, violência sexual e doméstica, prostituição, comércio sexual e tráfico, liberação trans e queer, questões sobre intersexualidade, entre outros assuntos. É reconhecida por ter escrito o *The transfeminist manifesto* (2003). Aliás, Koyama se identifica como intersexual, queer e genderqueer, e não como mulher trans. Embora não se identifique com nenhum gênero, em sua escrita ela se coloca utilizando o pronome *she* para falar de si mesma.

Koyama (2002) tem uma visão interessante sobre a identidade de gênero. Por não se identificar “nem com um gênero nem com outro”, como diz, se utilizava do termo genderqueer para tratar de uma não-identidade, até ele ser apropriado por um grupo de pessoas que pede para que este termo possa designar uma identidade específica. Para Koyama, ter uma identidade, especificamente a de gênero, em suas palavras “*is kind of weird*”, é um pouco estranho, porque o modo como ela se vê depende das relações humanas que possui e interações que efetua, ao invés da identidade surgir de algum centro intrínseco de noção de si. Posteriormente, a questão da identidade de gênero será aprofundada, como serão também apresentados alguns conceitos criados por pessoas trans.

<sup>8</sup> Aqui, as datas referentes ao conteúdo retirado da internet dizem respeito ao ano da postagem que tive acesso, não sendo necessariamente o ano da postagem original. Os *posts* são constantemente editados e repostados quando a autora ou autor altera seu conteúdo ou muda de endereço eletrônico. As datas de acesso a este material, entretanto, constam nas *Referências*.

Além de Koyama, outras pessoas se dedicam a escrever e disponibilizar suas contribuições de graça na internet, e algumas acabam ganhando tanta visibilidade que acabam sendo publicadas em livro. Foi o caso de Julia Serano e o livro *Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity* (2007), produzido em constante diálogo com as pessoas que deixavam alguma reflexão ou até mesmo dúvidas em seu site.

É importante realizar este contraponto, pois muito está sendo produzido, pensado, refletido, embora o discurso médico ainda seja o hegemônico. O ativismo atual aponta para o fato de que a ciência oficial está ocupada em normatizar modos de ser, criar cada vez mais classificações para diagnosticar ou se referir as pessoas trans, com pouca ou nenhuma preocupação em pensar seu movimento de analisar, categorizar, classificar, patologizar e “tratar”. Ou seja, pouco mudou de sua prática do século XIX.

## 5. GÊNERO: UM NOVO CONCEITO

Para falar do gênero, como conceito e depois como campo de estudos, primeiramente deve-se entender o contexto em que este foi criado e quem participou de seu engendramento. O objetivo da pesquisa não é abarcar todas as discussões e teorias inseridas nos estudos de gênero, até porque, isto seria inviável, considerando o recorte proposto no mestrado. Sendo assim, é dado enfoque no contexto geral e mais amplo de construção do campo, que permitirá conhecer as críticas e a visão de gênero que esta pesquisa adota.

Harry Benjamin, o endocrinologista alemão radicado nos Estados Unidos, já citado anteriormente por ser o criador da Escala Harry Benjamin de orientação sexual, desorientação e indecisão de sexo e gênero (homens) e do livro *The Transsexual Phenomenon*, também foi o médico de Christine Jorgensen, mulher transexual e o primeiro caso a ser amplamente noticiado pela mídia. Christine nasceu George William Jorgensen Junior, em 1926, nos Estados Unidos. Ainda George, em 1945 ingressa nas Forças Armadas, porém é dispensado seis meses depois, em decorrência de uma pneumonia (JUNIOR, 2008).

Jorgensen, que sempre se identificou como “uma mulher presa num corpo de homem”, expressão comum na época, toma conhecimento através da literatura científica que seria possível “mudar de sexo” através de procedimentos cirúrgicos (JUNIOR, 2008, p. 136). Entra em contato com o médico dinamarquês Christian Hamburguer, que já administrava hormônios femininos em pacientes. Em 1951, Jorgensen viaja para a Dinamarca em busca deste tratamento. Neste mesmo ano, o médico realiza a sua primeira cirurgia para “mudança de sexo”, retirando os testículos de Jorgensen e no ano seguinte removendo seu pênis, criando no lugar os lábios vaginais. Entretanto, curiosamente, os médicos não criaram o canal vaginal, alegando que Jorgensen não estaria interessada em ter intercursos sexuais, somente em se parecer uma mulher (JUNIOR, 2008).

Quando retorna para seu país, Jorgensen tem sua história divulgada intensamente, tanto por veículos sensacionalistas quanto pelos sérios. Christine – que escolheu este nome em homenagem a seu médico – logo passa de um ex-militar a mulher transexual e torna-se uma celebridade. Foi a partir deste momento que as pessoas souberam que este tipo de procedimento médico existia. Em 1954, surge um outro caso, também de um ex-militar, o aviador britânico Robert Cowell, que assume a identidade feminina de Roberta Cowell. Religiosos, educadores e o público em geral sentiram-se compelidos a se posicionar sobre tais experiências, de um modo que denunciava o quanto este tema perturbava o imaginário sobre os sexos e gêneros (JUNIOR, 2008). Surgiram discussões sobre a crise da masculinidade, o fim dos papéis sexuais e a dissolução da ética na sociedade, em consequência de um avanço da ciência considerado inconsequente.

É com a publicação do artigo *Transvestism and transsexualism*, em 1953, que Benjamin literalmente funda o sujeito transexual e o transexualismo. Mas o médico não acreditava em uma total “mudança de sexo” e enfatizava que o sexo era definido no momento da concepção, portanto, nunca poderia ser mudado. A cirurgia serviria apenas para adequar o corpo físico a imagem desejada pelo sujeito, onde o sexo do indivíduo permaneceria sempre o mesmo (JUNIOR, 2008). Por este motivo, durante muito tempo, o discurso médico tratou de mulheres transexuais como homens transexuais, ressaltando que mesmo com aparência feminina, aquela pessoa era e sempre seria biologicamente um homem. Ou seja, a ideia de um suposto sexo verdadeiro era o que norteava as teorias e práticas.

Assim, o *travestismo* foi sendo diferenciado do *transexualismo*, no sentido de que o transexual era o indivíduo que queria viver como o sexo oposto, enquanto o indivíduo

considerado travesti estava cada vez mais relacionado as perversões e fetichismos. Benjamin então continua a pesquisar as supostas características que definiriam um indivíduo como “transexual verdadeiro”. Paralelamente aos trabalhos de Benjamin, John Money, psicólogo, realizava suas próprias pesquisas. Money, nascido na Nova Zelândia, vai aos Estados Unidos com a finalidade de estudar casos de intersexuais, especialmente crianças, no Johns Hopkins Hospital, então referência no tema. A teoria de Money posteriormente acaba se tornando a organizadora dos debates sobre o que é ser mulher ou o que é ser homem (JUNIOR, 2008).

Conhecidos anteriormente como hermafroditas, pessoas intersexuais tiveram papel fundamental nos debates sobre as definições relacionadas às diferenças sexuais para a medicina do século XIX e do início do século XX, e até mesmo nos estudos sobre a transexualidade. Estes casos “permitiram” (de forma não consentida) a observação de alguns aspectos da “natureza” e da “cultura”, através do estudo de seus corpos. É neste contexto que ocorre a descoberta dos hormônios sexuais, e o surgimento de uma suposta promessa de entendimento, desvendamento da diferença sexual (MACHADO, 2014).

Em 1955, Money esboça suas primeiras teses sobre gênero, apoiado na Teoria dos Papéis Sociais do sociólogo Talcott Parsons. Money conclui que gênero e identidade sexual seriam modificáveis até os dezoito meses de idade, pois segundo ele, a maioria das crianças intersexuais com quem trabalhou identificava-se com o sexo de criação. Suas teses, no entanto, não eram sobre a determinação do social sobre o natural, mas sobre como o social, mediante o uso das ciências e instituições, assegurava a diferença dos sexos (BENTO, 2006).

Money, em seus estudos sobre intersexualidade, previu uma suposta heterossexualidade natural, relacionada não só à intersexualidade como à transexualidade. Conjuntamente com essa matriz heterossexual, veio também o controle sobre a sexualidade e comportamentos que as crianças intersexuais apresentavam, em uma tentativa de fazer com que a cirurgia para a definição de apenas um sexo aparentasse ser bem sucedida. Logo, não poderia haver contradições entre o desejo sexual da pessoa intersexual já operada, seus comportamentos e seu sexo biológico já definido. Este fato acabou sendo denunciado por militantes de movimentos de pessoas intersexuais, principalmente porque muitos hospitais realizavam (e ainda realizam) cirurgias para definir um sexo no recém-nascido, muitas vezes sem comunicar a família sobre o fato ou dar oportunidade de escolha (BENTO, 2006).

Desde o século XIX, a intersexualidade tem aparecido na literatura e prática médica, por meio de um duplo registro: como lugar de experimento, intervenções e teorizações sobre a diferença sexual; e como risco encarnado da instabilidade da diferença sexual como norma e como verdade. E estes dois fatores interagem: a cada ameaça de desestabilização da norma, práticas de normatização são acionadas, e os modos de compreensão tentam recompor a noção binária dos sexos como um imperativo da natureza (MACHADO, 2014).

Atualmente, há a definição hegemônica sobre o que é a intersexualidade, dada pela medicina e uma definição adotada pelas próprias pessoas intersex que atuam como ativistas.

De acordo com a literatura médica, os “estados intersexuais” podem ser divididos, bem simplificada e sucintamente, em quatro grandes grupos: pseudo-hermafroditismo feminino (presença de ovário, sexo cromossômico 46XX8, genitália interna considerada “feminina”, mas genitália externa “ambígua”); pseudohermafroditismo masculino (presença de testículos, cariótipo 46XY, genitália externa considerada “feminina” ou “ambígua”); disgenesia gonadal mista (presença de gônadas disgenéticas, ou seja, “com alterações”); hermafroditismo verdadeiro (presença de tecido ovariano e testicular) (FREITAS, PASSOS, CUNHA FILHO, 2002 apud MACHADO,



2006, p. 19, grifo do autor).

Para falar da definição de intersexualidade adotada pelo ativismo, Machado (2006) utiliza a concepção do filósofo e ativista intersexual argentino Mauro Cabral, que acredita que a palavra-chave para o entendimento da intersexualidade é a *variação*. Isto porque nomeia-se intersexualidade as situações em que o corpo sexuado de um indivíduo varia e não condiz com a norma vigente do que é o masculino e o feminino. E essas variações abarcam uma infinidade de diferentes constituições da genitália e órgãos reprodutores, ou seja, um conjunto amplo de corporalidades possíveis. Vale ressaltar que, as variações em relação à feminilidade e masculinidade corporalmente típicas são ditadas por um modo cultural e biomedicamente específico de olhar os corpos humanos.

Em 1964, Robert Stoller, psicanalista norte-americano cria o conceito de identidade de gênero, sendo esta a mescla de feminilidade e masculinidade presentes em todos os indivíduos, porém em formas e graus diferentes. Para Stoller, a identidade de gênero não tinha a ver com o sexo biológico, ou seja, a qualidade de *ser* mulher ou homem, relacionada à biologia. Assim, Stoller também auxilia na separação da sexualidade e do gênero como objetos distintos (JUNIOR, 2008).

Até 1966, o conceito de gênero era aplicado a questão intersexual, por Money, através de expressões como *papel de gênero* e *identidade de gênero*, inspirado por Stoller (JUNIOR, 2008). Neste mesmo ano, o conceito de gênero começa a ser intrinsecamente relacionado a transexualidade, quando o Hospital Johns Hopkins anunciou a formação da Clínica de Identidade de Gênero e realizou sua primeira cirurgia de “mudança de sexo”. A década de 60 é o momento em que a prática clínica voltada para a transexualidade aumenta, principalmente com os Centros de Identidade de Gênero, nos Estados Unidos, voltados exclusivamente para o atendimento a pessoas transexuais (BENTO, 2006).

No ano de 1969, em Londres, foi realizado o primeiro congresso da Harry Benjamin Association, que futuramente passa a ser chamada de Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HIBGDA), em 1977. A transexualidade passa a ser considerada uma disforia de gênero. A HIBGDA legitimou-se como a responsável pelo “tratamento” de pessoas transexuais ao redor do mundo, utilizando como fundamentação teórica os estudos de Benjamin e diagnosticando os “transexuais verdadeiros” (BENTO, 2006). As contribuições de Benjamin e Stoller acabaram não somente servindo ao discurso oficial da medicina, mas também influenciando outras áreas, como a justiça.

O gênero torna-se um termo recorrente em trabalhos na área da psicologia e da biomedicina, que estavam empenhadas em estudar pessoas intersexuais e transexuais. É neste momento que Stoller, provavelmente preocupado com uma possível interpretação de que o gênero poderia facilmente ser mudado, cria o conceito de *identidade de gênero nuclear*. Este conceito pode ser considerado uma tentativa de reforçar a existência de um gênero nuclear, que uma vez desenvolvido e estabelecido, seria imutável. A preocupação com o “verdadeiro sexo” de Benjamin se torna a preocupação de Stoller com o “verdadeiro gênero” (JUNIOR, 2008).

Em 1973, Money, juntamente com Norman Fisk e Donald Laub criam o termo *disforia de gênero* para falar de um mal-estar em relação ao próprio gênero, que supostamente todas as pessoas transexuais experienciavam. Disforia seria o oposto de euforia, mas apesar da criação do termo, oficialmente, o *transexualismo* continuou a ser utilizado (JUNIOR, 2008).

No livro *A experiência transexual*, publicado em 1975, Stoller aponta como parte da sexualidade anormal a homossexualidade, bissexualidade, transexualidade, identificando-os através de comportamentos de crianças que gostavam de brincar ou realizar atividades ditas

do outro gênero. Stoller também identificou a suposta mãe típica do transexual, que seria a origem da transexualidade (BENTO, 2006).

O fato é que, apesar de suas contribuições, Benjamin e Stoller criaram a noção de um “transexual verdadeiro”, um utilizando como base a biologia e o outro um referencial psicanalítico, e ambos definiram critérios para o diagnóstico do “transexual verdadeiro”. Tanto o transexual benjaminiano e quanto o transexual stolleriano, poderiam, cada um a sua maneira, serem tratados. E em geral, endocrinologistas esperavam descobrir a causa biológica da transexualidade, enquanto psicanalistas estavam interessados em impedir qualquer cirurgia, tida por eles como mutilações, através da mudança de perspectiva do paciente durante a análise (BENTO, 2006).

## 5.1 A construção do campo dos estudos de gênero

Em 1949, Simone de Beauvoir publica *O segundo sexo*, obra que se torna referência nos estudos sobre gênero. Neste livro, a autora afirma que não se nasce mulher, torna-se, e consegue, de certa forma, desnaturalizar a identidade feminina. Mas desnaturalizar não significa dessencializar. A essencialização dos gêneros e a universalização da subordinação feminina estavam presentes nesta obra, influenciando as produções posteriores, que mantiveram esta noção por muitas décadas. Além disto, os gêneros eram entendidos como binários, seguindo o que se entendia por sexo, e a própria diferença entre os sexos não foi problematizada (BENTO, 2006).

Por produções posteriores entende-se o que foi realizado na década de 70, época conhecida como segunda onda do feminismo, onde o gênero passou a ser incorporado às reflexões e discursos de ativistas, intelectuais e acadêmicas. O gênero, pouco a pouco deixa de ser um conceito que designa comportamentos relacionados aos papéis sociais, para se tornar um campo de estudos específico. O movimento feminista foi institucionalizando-se e tendo que se adaptar a novas demandas, como a questão das mulheres negras, as mulheres não ocidentais e atualmente as mulheres trans. Mas esta foi uma caminhada marcada por embates e entendê-los é fundamental.

O conceito de gênero foi aos poucos sendo incorporado por afiliações teóricas nas ciências humanas e sociais, e até mesmo fora delas. Algumas dessas teorias o abordam como um conceito útil e até iluminador de questões, mas não tendo como um elemento central de suas considerações – tais afiliações teóricas estariam operando com “teorias e gênero” –, e outras, o absorvem substantivamente, fazendo-o ocupar sempre uma posição de pivô e de destaque – estas seriam o que definimos aqui por “teorias de gênero” com um viés feminista (MATOS, 2008).

Vale ressaltar que o pensamento feminista não se constitui em um *corpus* unificado de conhecimento, e sabe-se igualmente que o construto gênero foi apropriado das formas mais distintas pelas inúmeras áreas disciplinares e suas teorias, mas é fundamental salientar que, sendo essa aproximação mais superficial ou mais substantiva, muitos partiram de um ponto comum que seria o da subordinação da mulher ao homem, para entender e explicitar, relacionalmente, como tais relações de dominação e opressão são elaboradas socialmente. O conceito também abriu espaço analítico para se questionar as próprias categorias de homem e de masculino, bem como de mulher e de feminino, que passaram a ser fruto de intenso processo de desconstrução (MATOS, 2008).

Na primeira onda do feminismo, não se falava em diferença, pois as feministas do

final do século XIX até metade do século XX estavam empenhadas em, justamente, acabar com a diferença entre os sexos e lutavam para conseguir direitos, postos e oportunidades iguais aos dos homens. Por quase um século, a reivindicação do feminismo de primeira onda foi a igualdade entre sexos, em termos legais, civis, políticos, sociais e comportamentais (PIERUCCI, 1999).

O discurso da diferença só começa a surgir nos anos 70, com o objetivo reverter o valor negativo da afirmação de que as mulheres eram diferentes dos homens. No entanto, esta diferença não foi problematizada, ou seja, as implicações deste discurso ainda não eram uma questão para as feministas da segunda onda. Questionamentos como “a que se deve esta diferença, à natureza ou à cultura?” e “se mulheres e homens são diferentes, por que as leis e outros âmbitos não os tratam como diferentes?” ainda não eram realizados (PIERUCCI, 1999).

Mas foi nesta época que houve um renascimento teórico para o feminismo. Começa-se a falar em *diferença de gênero*, onde o sexo também passa a diferenciar-se do conceito de gênero, o que já vinha sendo germinado desde a década de 50 nas ciências da saúde. Esta distinção teve implicações revolucionárias, não só para os projetos e demandas do movimento de mulheres, como também para as ciências sociais e o pensamento filosófico praticados fora dos circuitos intelectuais feministas (PIERUCCI, 1999).

## 5.2 Psicologia, epistemologia feminista e os estudos de gênero

Sabe-se que a Psicologia, para ganhar o status de ciência, nasce e desenvolve-se no bojo do Positivismo. Atualmente, seu caráter inerentemente positivista é criticado, porém ainda hegemônico. A Psicologia está profundamente implicada no controle sobre as mulheres, justificando e perpetuando práticas opressivas ao longo de sua existência como área de saber científico (KITZINGER, 1990; 1991 apud NOGUEIRA, 2001).

Quando pesquisadoras e pesquisadores começaram a investigar questões relacionadas às questões de gênero, a *American Psychological Society* criou a divisão de *estudos das mulheres*. Com isso, evitou-se que o termo feminismo fosse utilizado (WILKINSON, 1997 apud NOGUEIRA, 2001). Logo, os *estudos das mulheres* sugeriu a não-politização da investigação, integrando-se à perspectiva tradicional e dominante da Psicologia, “[...] à luz dos princípios positivistas da objetividade, neutralidade e impessoalidade.” (NOGUEIRA, 2001, p. 138).

O conceito de gênero passa a integrar os discursos das ciências sociais e humanas, depois de ser divulgado e discutido nos feminismos. A emergência do conceito

[...] inscrevia-se num novo projeto teórico que pretendia demonstrar a produção social das crenças e saberes sobre os sexos, colocando a questão na agenda científica da investigação social e retirando-a definitivamente da zona de influências da biologia (Amâncio, 1999, p. 3 apud NOGUEIRA, 2001, p. 139).

Conceição Nogueira (2001) segue a perspectiva da filósofa feminista Sandra Harding e descreve duas perspectivas principais nos estudos de gênero em Psicologia: a empiricista e a pós-moderna. A perspectiva empiricista se divide em dois momentos: o primeiro momento diz

respeito a primeira metade do século XX e a abordagem essencialista; o segundo momento diz respeito aos anos 60 e 70 e a abordagem de socialização. Embora as duas abordagens sejam distintas, ambas fazem parte da perspectiva empiricista, pois produziram uma série de trabalhos essencialmente direcionados, sobretudo para as diferenças sexuais.

Nas duas abordagens pertencentes à perspectiva empiricista, gênero não era visto como sendo uma construção, forjado a partir das relações sociais e, tampouco o sexo (e a diferença entre os sexos). A reafirmação de qualidades essenciais acaba por negligenciar a produção do sexo e do gênero. Pode-se dizer então, que a Psicologia empiricista feminista não promoveu um pensamento reflexivo auto-crítico, pois não desafiou crenças, dicotomias, os fundamentos do método científico e a generalização do que se produz (NOGUEIRA, 2001).

Já a perspectiva pós-moderna, que surge em meados dos anos 80, recusa discursos universalizantes acerca das mulheres. Também não pretende buscar uma verdade universal, tendo fornecido algumas propostas para a concepção de alternativas à essa pretensa verdade, assim como à produção de conhecimento. Além disso, reconhece a identidade como fragmentada, plural e em conflito, onde há o reconhecimento de que os modelos de verdade e conhecimento dependem das relações sociais que são estabelecidas em um determinado contexto histórico e cultural (NOGUEIRA, 2001).

Na Psicologia, este modo de pensar e ver o mundo se encontra nas perspectivas da análise do discurso, do construcionismo social e da psicologia crítica. Todas estas perspectivas possuem premissas semelhantes e estão inseridas no mesmo posicionamento epistemológico. A Psicologia, dentro desta perspectiva construcionista, torna-se o estudo do ser socialmente construído, sendo produto de discursos localizados histórica e culturalmente, que trazem consigo uma rede complexa de relações de poder (NOGUEIRA, 2001).

Sendo assim, a Psicologia e a Psicologia Social não pretendem descobrir a “verdade” sobre a natureza das pessoas e da vida social, porque seus apontamentos e explicações estão limitados no tempo e na cultura, logo, devem chamar atenção para o estudo histórico da emergência das formas correntes da vida social, assim como das práticas sociais que as produzem. Partindo destes pressupostos, a noção de essência é deixada de lado (NOGUEIRA, 2001), porém, apenas uma parcela das psicólogas e psicólogos adotam este posicionamento epistemológico, sendo esta uma área ainda em expansão.

É válido ressaltar a dificuldade de encontrar referências a respeito da história da Psicologia, bem como suas práticas e articulação com o campo dos estudos de gênero e a epistemologia feminista. Esta é uma lacuna que não se preenche totalmente neste texto, assim como na formação de psicólogas e psicólogos. Isto causa uma preocupação, que advém do fato de que o profissional psicólogo é convocado a responder demandas da medicina e do direito/justiça, quando requerido para produção de laudos e pareceres psicológicos.

A Resolução CFP N.º 007/2003 foi produzida justamente para instituir o *Manual de Elaboração de Documentos Escritos*, emitidos pelos psicólogos, decorrentes de avaliação psicológica, pois estes, em seu exercício profissional, são solicitados a apresentar informações documentais, com objetivos diversos. O manual é então uma referência para a produção destes documentos, auxiliando em sua produção qualificada. Esta necessidade de orientação aos profissionais surgiu da frequência com que representações éticas são desencadeadas, a partir das queixas que colocam em questão a qualidade dos documentos escritos.

A produção dos documentos deve estar em consonância com os princípios éticos fundamentais que norteiam a atividade profissional, como também com os dispositivos sobre avaliação psicológica contidos no *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Tal produção de documentos tem implicações sociais, decorrentes de seus usos posteriores. A avaliação

psicológica, processo teórico-científico que dá origem aos documentos, refere-se a coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito de fenômenos psicológicos.

O manual enfatiza que estes fenômenos são decorrentes da relação do indivíduo com a sociedade, onde os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para não somente atuar sobre o indivíduo, como também modificar os condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica.

O profissional deve identificar os riscos e o compromisso em relação à utilização das informações contidas nos documentos que produz, em sua dimensão de relações de poder que aí se dão. A Resolução é enfática:

Torna-se imperativo a recusa, sob toda e qualquer condição, do uso dos instrumentos, técnicas psicológicas e da experiência profissional da Psicologia na sustentação de modelos institucionais e ideológicos de perpetuação da segregação aos diferentes modos de subjetivação. Sempre que o trabalho exigir, sugere-se uma intervenção sobre a própria demanda e a construção de um projeto de trabalho que aponte para a reformulação dos condicionantes que provoquem o sofrimento psíquico, a violação dos direitos humanos e a manutenção das estruturas de poder que sustentam condições de dominação e segregação (Resolução CFP N.º 007/2003).

Pode-se afirmar que, mesmo com a escassez de material referente à história da Psicologia e suas interfaces com a epistemologia feminista e os estudos de gênero, a Resolução CFP N.º 007/2003 converge com a epistemologia feminista, quando entende a complexidade dos processos sociais, históricos, econômicos e políticos, e sua influência direta nos indivíduos. Mas apesar da Resolução chamar atenção para as relações de poder presentes, ela não faz o recorte de gênero, não trata da questão de que a produção de conhecimento das ciências e as práticas profissionais ainda balizam-se no modelo androcêntrico, que remete todas as experiências do homem branco-cis-heterossexual-civilizado.

No que tange a produção de documentos relacionados a avaliação psicológica de pessoas que transitam entre gêneros, deve-se estar atento a que tipo de modos de ser estamos patologizando, e quais permitimos e validamos. É comum que esta prática reforce discursos transfóbicos, refletindo a cisnorma.

### **5.3 Teoria queer e o gênero como performatividade**

A afirmação “ninguém nasce mulher: torna-se” só começa a ganhar sentido a partir do momento em que, cerca de vinte anos depois, é definido que o sexo era um dado biológico e o gênero um fato cultural. O sexo seria então a base biológica sobre qual o gênero seria construído, através de uma imposição cultural e social (PIERUCCI, 1999).

Joan Scott, historiadora feminista, resumiria, no final dos anos 80, que gênero é: “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1988, p. 32 apud PIERUCCI, 1999, p. 125). Scott pertence ao movimento de *história das mulheres*, um ramo da história

que se preocupa em dirigir o foco da pesquisa e da análise histórica para a especificidade feminina e a experiência feminina de gênero, como esta sendo uma mesma experiência compartilhada de sujeição e opressão, baseada na diferenciação sexual binária (PIERUCCI, 1999).

Se os estudos sobre gênero, de modo geral, elaboraram construtos para explicar a subordinação da mulher com base em uma perspectiva binária e de caráter universal, de qual mulher se estaria falando? É na década de 80 que esta questão começa a ganhar contorno. Com a publicação de *História da sexualidade I: a vontade de saber*, em 1976, as produções posteriores começam a ser influenciadas pelas contribuições foucaultianas, inclusive as produções feministas (BENTO, 2006).

A partir desta nova noção de sexualidade proposta por Foucault, novas reflexões surgem e simultaneamente começa a ser realizada uma crítica direta à universalização da categoria “mulher”, às supostas experiências compartilhadas que todas as mulheres possuem e também à opressão sofrida. Neste momento percebe-se a necessidade de separar os estudos sobre sexualidade dos estudos de gênero. Era necessário então analisar separadamente sexualidade do gênero, gênero do corpo-sexuado, corpo-sexuado da subjetividade e sexualidade do corpo-sexuado (BENTO, 2006).

A ideia do múltiplo, da desnaturalização, da legitimação das sexualidades divergentes e as tecnologias de produção dos “sexos verdadeiros” adquirem um status teórico que, embora vinculados aos estudos de gênero, começam a fazer parte de um campo posteriormente denominado como Teoria queer. Judith Butler define queer como um termo que opera como uma prática linguística, que adquire todo seu poder precariamente, através da evocação reiterada, que o relaciona com acusações, patologias e insultos. Queer pode se referir aos gays e lésbicas, sendo um termo para tratar destes indivíduos de forma depreciativa mas com sua afirmação e utilização, pode-se reverter este sentido histórico. Assim, a Teoria queer está interessada em estudar não só as homossexualidades, como também a heterossexualidade e como esta forja sexualidades “anormais” (BENTO, 2006).

Estes estudos organizaram-se a partir de pressupostos como: a sexualidade como um dispositivo, o caráter performático das identidades de gênero, o alcance subversivo das performances e das sexualidades que se encontram fora das normas de gênero e o corpo como uma produção de tecnologias precisas. Apesar de haver uma pluralidade de visões dentro da Teoria queer, os estudos tendem a estabelecer consensos (BENTO, 2006). Os estudos queer surgem nos anos 80, nos Estados Unidos, e compõem um campo de pesquisa variado, que perpassa áreas como antropologia, sociologia, psicologia, sexualidade, educação, filosofia, artes, entre outras, com forte influência foucaultiana (CULT, 2014).

É no campo dos estudos queer que a proposta teórica de que o corpo-sexuado, o gênero e a sexualidade são produtos históricos, apresentados sempre como naturais, assume uma radicalidade de desnaturalização, fato que trouxe mudanças no entendimento do que seria a identidade de gênero e também uma preocupação com o modo de organização das identidades coletivas, como a de lésbicas e gays (BENTO, 2006).

A visão tradicional que definiu gênero, entendia este como algo criado pelas sociedades para significar os corpos e as diferenças entre eles. Esta perspectiva se baseava na dicotomia sexo (natureza) e gênero (cultura). Na obra de Donna Haraway, intitulada *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature* (publicada em 1991), considerada um marco, a autora afirma que as tecnologias do corpo – que produzem o sujeito moderno – assentadas nos dualismos (mente x corpo, natureza x cultura, humano x animal) estão sendo dissolvidas, dando significados novos e sofisticados para a relação entre sexo e gênero (BENTO, 2006).

Haraway estava certa (apud BENTO, 2006). A Teoria queer conseguiu modificar a



noção de gênero e sexo. Os autores queer afirmam a sexualidade como política, e suas produções e estudos consideram a necessidade de problematizar a heterossexualidade, apontando um novo olhar, não apenas para o que foge à norma, mas para a norma em si. Além de atravessar diversas áreas do conhecimento, a Teoria queer possui relevância política, quando afirma o corpo como objeto de regulações e campo em disputa.

Até então, boa parte dos estudos sobre homossexualidades tinham apenas reiterado a visão hegemônica de que a heterossexualidade ditaria uma suposta ordem natural. A Teoria queer contesta esta perspectiva, colocando a heterossexualidade em foco e desvelando os mecanismos de seu engendramento como norma. Deste modo, trouxe consigo um vocabulário específico, termos como: epistemologia do armário, matriz heterossexual, heteronormatividade e heterossexismo, que possibilitaram o alongamento da compreensão sobre gênero, sexo, corpo e suas articulações (CULT, 2014). A Teoria queer chega no Brasil apenas nos anos 2000, influenciando as primeiras produções acadêmicas sob esta perspectiva. Pode-se afirmar que a Teoria queer promoveu uma verdadeira revolução epistemológica, ao mudar a forma de se pensar temas em diversas áreas do conhecimento (CULT, 2014).

Butler, expoente nos estudos queer e bastante reconhecida em outras áreas, contribuiu imensamente para as discussões sobre gênero, ao publicar, em 1999, a obra intitulada *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Neste livro, entre outras coisas, a autora interroga o regime epistemológico que, através da heterossexualidade compulsória, mantém a hierarquia das categorias de gênero e a própria noção do que seria o gênero (BUTLER, 2014).

Quando Butler propõe explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo, como efeitos de uma formação específica de poder, isto supõe uma investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de genealogia. Esta crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade genuína que a repressão impede de ver. Em vez disto, a genealogia investiga as apostas políticas, as categorias que são efeitos de instituições, práticas e discursos, cujos pontos de origem são múltiplos e difusos (BUTLER, 2014).

Para a autora, nem sempre o gênero se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes períodos históricos. O gênero, como entendido atualmente, também estabelece interseções com modalidades raciais, de classe, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas. Logo, é impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que ela é produzida e mantida (BUTLER, 2014).

Os debates feministas em torno do sujeito do feminismo, assim como as discussões sobre a suposta opressão universal sofrida pelas mulheres, como se houvesse uma estrutura universal da dominação masculina, auxiliaram também nas reflexões sobre gênero. Durante décadas, os feminismos se basearam nestas premissas para elaborar seus pressupostos e demandas políticas. Por anos, as produções feministas olharam para diferentes culturas, na tentativa de confirmar a teoria da opressão universal, e para isto, procurando exemplos ou ilustrações que corroborassem esta argumentação (BUTLER, 2014).

Esta forma de teorização começa a ser criticada, por seus esforços de tentar colonizar e se apropriar de culturas não ocidentais, comumente instrumentalizadas para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão. A crítica também se voltou para a tentativa de tentar construir um “terceiro mundo” e até mesmo um “oriental”. Todas as noções da “categoria mulher” tinham sido construídas e erguidas sobre estes pilares e agora, a partir da década de 80, o trabalho era de desconstruir estas teorias e modos de pensar gênero e o sujeito do feminismo. Já não se podia falar mais por todas as mulheres do mundo, e o binarismo homem/mulher também passa a ser alvo de reflexão de Butler, que o utiliza, de forma

elaborada, para discutir e definir o que é gênero (BUTLER, 2014).

Para chegar à sua definição, Butler primeiramente questiona o que se conceitua como gênero até então. A ideia de que o sexo seria um dado natural e o gênero cultural, na opinião da autora, faz com que se crie uma noção de continuidade entre corpos sexuados e gênero culturalmente construídos. Além disto, mesmo que os sexos pareçam binários em sua constituição, por que os gêneros seguiriam seus moldes, se um é produzido pela natureza e o outro pela cultura? Nesta perspectiva, apesar de terem origens totalmente distintas, o gênero refletiria o sexo ou seria por este limitado. Daí surge a afirmação: “Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo.” (BUTLER, 2014, p. 25).

Partindo da premissa de que a diferença entre os sexos foi construída e é constantemente reiterada, os sexos não seriam produtos da natureza e o gênero, que se explicaria como uma inscrição da cultura na natureza, deve ser repensado. Embora os cientistas sociais se refiram ao gênero como um “fator” ou uma “dimensão” da análise, ele também diz respeito a pessoas reais como uma “marca” de diferença biológica. Butler apresenta a expressão *gêneros inteligíveis* para se referir ao que, em certo sentido, institui e mantém laços de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2014).

O gênero, nesta perspectiva, é uma paródia, repetição de comportamentos aprendidos socialmente. Assim, pode-se questionar em que medida a identidade de gênero é apenas um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência do indivíduo. A “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição da pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Sendo a “identidade” mantida por estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de pessoa se vê questionada pela emergência daqueles cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2014).

Pode-se dizer que os gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, criam também a descontinuidade e a incoerência, pois estes só podem ser concebidos em relação às normas vigentes de continuidade e coerência. As leis que regulam a inteligibilidade buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2014).

A regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que pode romper as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica. Se o gênero é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero, a identidade de gênero é então performativamente constituída pelas próprias expressões de gênero, tidas comumente como seus resultados, ou seja, a identidade de gênero não é uma essência do indivíduo, algo a ser descoberto, mas uma produção (BUTLER, 2014).

A teoria de Butler permite pensar as transexualidades de outra forma, onde as pessoas que transitam entre gêneros não estão copiando, fabricando falsamente modos de ser femininos ou masculinos. Estas pessoas estão fazendo gênero, ou melhor, gêneros, no plural, pois a binariedade se dilui, e as expressões se tornam fluidas. Os comportamentos ditos de homem, ou de mulher, podem ser assumidos, deixados de lado, reiventados, numa produção de si que é constante. Neste caso, todas as pessoas estão sob o mesmo código e parodiam comportamentos que não são naturais.



## 5.4 A localização do gênero na trama discursiva

Demonstrando a ideia de Butler (2014), de que é impossível separar a noção de gênero das instituições políticas e culturais em que ela é produzida e mantida, e de que gênero nem sempre se constitui da mesma maneira em diferentes épocas e culturas, sendo também atravessado por outras dimensões sociais, é apresentado aqui um breve exemplo disto. Haraway (2004), feminista norte-americana, conta como em 1983, o coletivo feminista autônomo do jornal alemão, marxista e independente *Das Argument* pediu para que ela escrevesse os verbetes sexo/gênero, para uma publicação que incluiria vários outros termos recentemente criados. O objetivo inicial era traduzir para o alemão vários volumes do *Dictionnaire Critique du Marxisme* e também preparar um suplemento alemão<sup>9</sup>, à parte, que tratasse de novos movimentos sociais, não tratados na edição francesa.

A autora expõe então a dificuldade do desafio, pois conta que é anglofona e não domina bem o alemão, assim como o francês e o espanhol, outros idiomas que, entre outros, também estariam na publicação alemã. O inglês, por exemplo, possui os termos *sexo* e *gênero*, o alemão possui apenas um termo, que não se refere diretamente a nenhum dos dois, é o *Geschlecht*. Como ela mesma aponta: “Este conhecimento lingüístico distorcido reflete minha alocação política num mundo social distorcido pelos projetos hegemônicos dos Estados Unidos e a ignorância culposa dos cidadãos, particularmente os brancos, norte-americanos” (HARAWAY, 2004, p. 204), apontando para sua própria localização geográfica, cultural e na trama discursiva (localização também de geração, raça, classe, educação e etc...)

Neste contexto, entra uma questão fundamental, o sentido político de cada termo, as lutas e disputas que cada termo possui e carrega consigo. As histórias específicas do movimento de mulheres em diferentes partes do mundo iam definindo a história de cada termo. “Os velhos gramáticos, antes hegemônicos – incluídos aí os sexologistas – tinham perdido o controle sobre gênero e seus irmãos – que proliferavam.” (HARAWAY, 2004, p. 204).

Aponta a autora, sobre como os primeiros homens a se utilizarem destes termos, foram cada vez mais, perdendo o controle sobre eles, pois as mulheres se apropriaram, com um objetivo bem definido. Logo, cada palavra do dicionário herdaria então os embates e histórias que o marxismo e o imperialismo entrelaçaram. Assim, pode-se ter a noção da importância de considerar a cultura, o idioma e o momento histórico de um local, um povo, para assim poder entender suas próprias noções de gênero, sexualidade, não generalizando nossos saberes e interpretações, evitando colonizar os discursos e modos de ser do outro.

## 5.5 Cisgeneridade e os privilégios cis

Aqui é retomada a questão da presença de pessoas trans no meio acadêmico, ativismo e em meios diversificados da sociedade, como importante indicador de visibilidade e de oportunidades oferecidas ou não a elas. A maior parte dos espaços ainda são ocupados

---

<sup>9</sup> Nota: o alemão possui além dos artigos definidos feminino e masculino, o artigo neutro. E não necessariamente palavras que são femininas em português, serão femininas em alemão, pois podem ser de gênero neutro ou masculino (e não há uma regra para definir o gênero de cada substantivo). Esta diferença linguística pode nos fazer pensar em como cada povo entende a questão do gênero, em um âmbito muito mais primário, o da própria língua.

predominantemente por pessoas que não vivenciam questões de trânsito de gêneros.

Apesar de ainda haver dificuldade em achar vasto material, acadêmico ou não, produzido por estas pessoas, as que conseguem se estabelecer no campo da ciência e do ativismo compartilham suas reflexões e propostas sem egoísmo. Seja em eventos realizados dentro de universidades, na internet (em grupos, sites pessoais ou de algum movimento), ou em organizações que acolhem estas pessoas, o debate é constante<sup>10</sup>. Pode-se dizer que isto ocorre em vários países e foi a partir deste ato de compartilhar ideias, que surgiu uma das contribuições mais importantes para a reflexão das questões de gênero, a noção da cisgeneridade. A sua utilização, ou não-utilização, pode dizer muito sobre quem está falando da transexualidade.

O termo cisgênero surge no contexto do ativismo trans, para fazer um apontamento, nomear quem comumente nomeia, falar de quem ocupa um lugar privilegiado, e por isto possui um discurso legitimado e assim produz saberes acerca de vivências trans: as ditas pessoas “normais”. Sua criação é atribuída à Carl Buijs, um transhomem europeu, que teria utilizado o termo em 1995. O prefixo cis tem origem latina, significa *deste lado* ou *do mesmo lado* e foi pegado emprestado para criação de um conceito que tem como função “descentralizar o grupo dominante, expondo-o como meramente uma alternativa possível ao invés da norma contra a qual as pessoas trans são definidas” (KOYAMA, 2002, apud VERGUEIRO, tradução da autora)<sup>11</sup>.

Obviamente, o sentido estrito e inicial do termo *cis* foi superado, sendo atualmente utilizado como um marcador para pessoas que não transitam entre gêneros; assim como o termo *heterossexual*, criado anteriormente para designar pessoas que não se identificam como lésbicas, bissexuais, gays, entre outras orientações sexuais.

O termo *cisgênero* (em paralelo com o termo *transgênero*), ou *cissexual* (em paralelo com o termo *transsexual*), como também é utilizado, se popularizou após o lançamento do livro de Julia Serano, *Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity*, em 2007, onde a autora se apropria do termo cissexual para discutir privilégios de pessoas cis em relação às pessoas trans. O termo cisgênero não se encontra dicionarizado (tanto inglês quanto no português), logo, também não se pode afirmar que ele seja um termo acadêmico, pois surgiu e é utilizado com frequência no ativismo trans<sup>12</sup>.

É raro encontrar este termo em trabalhos acadêmicos, assim como pouco se fala dele na academia, de um modo geral (aqui falo especificamente da minha experiência e percurso acadêmico, fazendo referência à minha formação em Psicologia, experiência atravessada por um momento sócio-histórico e político específicos, como também as instituições de ensino que frequentei).

Serano (2011) conta como incorporou em seu livro o termo *cissexual*: durante a escrita de um capítulo, que dizia respeito, em suas palavras, ao “dois pesos, duas medidas” que são utilizados para lidar com pessoas trans e não-trans, leu o termo “cissexual” em uma postagem chamada “descentralizando o grupo dominante” (tradução nossa), no site de Emi Koyama (2002). Um adendo: esta publicação leva à uma outra fonte, o site de Donna Lynn Matthews

10 Aqui, as datas referentes ao conteúdo retirado da internet dizem respeito ao ano da postagem que tive acesso, não sendo necessariamente o ano da postagem original. Os *posts* são constantemente editados e repostados quando a autora ou autor altera seu conteúdo ou muda de endereço eletrônico. As datas de acesso a este material, entretanto, constam nas *Referências*.

11 O texto de Vergueiro não é datado, assim, justifica-se a ausência do ano de publicação, quando citada ao longo deste texto.

12 Todas as informações sobre cisgeneridade, contidas nesta parte do texto, foram retiradas de uma tradução do FAQ (*Frequently Asked Questions*) que Serano produziu, a partir das dúvidas que surgiram das leitoras e leitores do *Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity*. A tradução do texto original, realizada por Alice Gabriel, se encontra no blog Parler Femme.

(1999), que explicita a origem e utilização do termo *cisgender* (em inglês), entre outros. Então, Serano diz que achou o termo que expressava o que ela tentava dizer com “dois pesos, duas medidas”, pois ele aponta uma suposta noção de naturalidade ou normalidade das pessoas cis e mostra que pessoas trans são entendidas como não-legítimas, ou menos legítimas.

Serano (2011), que se identifica como mulher transexual, admite que há uma dificuldade de aceitação de novos termos por parte das pessoas e para atravessar tal barreira, faz uma analogia. Nesta analogia, conta que, há cinquenta anos, quando fazia-se referência aos homossexuais, não havia referência à heterossexualidade e aos indivíduos heterossexuais. Logo, todas as pessoas que não se relacionavam sexual/afetivamente com pessoas do mesmo sexo, eram consideradas apenas “normais”, em oposição aos homossexuais, que fugiam à norma (e possuíam até uma categoria própria no âmbito da linguagem).

Segundo a autora:

Se você fosse lésbica, gay ou bissexual (LGB) nessa época, não havia jeito de convencer o resto da sociedade que você era marginalizada injustamente. Aos olhos da sociedade, ninguém estava te oprimindo, era simplesmente sua culpa ou problema seu que você fosse uma “anormal”. De fato, era bastante comum que as próprias pessoas LGB comprassem essa pressuposição de anormalidade, já que não havia outro caminho óbvio para encarar sua situação (SERANO, 2011).

A partir daí, ativistas dos direitos das pessoas gays, lésbicas e bissexuais, começaram a nomear a suposta normalidade de heterossexualidade. Com o surgimento da noção de heterossexualidade, pôde-se confrontar uma série de crenças a respeito de outras formas de ser e estar no mundo que não tivessem em conformidade com a norma. O privilégio heterossexual – assim como o cis – é invisível pra aqueles que o experimentam. Poder andar na rua e expressar afeto por alguém sem o medo de ser atacado, casar legalmente, ter suas relações aprovadas por outras pessoas e até mesmo comemoradas, são alguns exemplos de privilégios cis que Serano apresenta.

Esta crença de que a heterossexualidade é mais natural, mais legítima do que a homossexualidade, é correlata a crença de que indivíduos cis são naturais, portanto, legítimos, em relação aos indivíduos trans. Tanto a biologia, quanto o modo de ser cis seriam legítimos, logo, as pessoas trans apenas fariam uma paródia destes, em uma tentativa de se adequar à normalidade, um “à priori”, um status pré-discursivo. Atualmente, esta perspectiva é questionada, problematizada e negada por muitas autoras e autores que contribuem para os estudos de gênero.

Questionar privilégios é fundamental, quando trata-se de desnaturalizar instituições, fenômenos e desvelar relações de poder que constroem um determinado contexto, um recorte da realidade. Serano (2011) aponta, em uma parte de seu texto, que mesmo que pessoas cis tenham privilégios e usufruam deles (e ela não, por ser uma mulher trans), em um dado momento, ela também usufrui de outros privilégios, como por exemplo, o de ser branca, ou o de não ter nenhuma deficiência física que a impossibilite ou dificulte a realização de certas atividades diárias.

A partir deste ponto, podemos ter noção da importância do uso e da disseminação do termo *cisgênero* e da existência dos privilégios cis. Serano (2011) atenta para o fato de que todas e todos nós somos privilegiados de algumas formas e marginalizados de outras.

Atualmente, esta é uma discussão cara aos feminismos, já que coloca em pauta a questão da construção do gênero e dos sexos.

Se os feminismos tiveram de lidar com novas noções de gênero, que surgiram com as teorias queer, agora têm de lidar também com a questão dos privilégios cis e por que não, dos demais privilégios (cor, classe social, localização geográfica, entre outros) e marginalizações de certos grupos. O Transfeminismo, por exemplo, já se utiliza dos termos que demarcam a suposta condição natural das pessoas não-trans, considerando a cisgeneridade como um privilégio real.

Aliás, foi em uma publicação do site Transfeminismo – que publica materiais referentes às questões do Feminismo Interseccional relacionados às questões trans – que tive acesso ao conteúdo referente aos termos cisgênero, cissexual e à tradução do texto de Serano (2011). Esta pode ser considerada uma pista importante, de que muito do que se produz atualmente, referente a esta temática, está fora do espaço acadêmico, que se mostra alheia e desinteressada a estas discussões, debates, conceitos e até mesmo na própria produção de conhecimento a respeito.

Arrisco afirmar que esses saberes não-acadêmicos, ou que foram produzidos muito mais na interseção do ativismo com as produções acadêmicas, estão entrando, de forma insidiosa, no espaço da academia. No meu percurso acadêmico, por exemplo, só ouvi tais termos e tive discussões a respeito em uma disciplina bem específica, chamada *Gênero e subjetivação: um enfoque feminista*<sup>13</sup>.

Como aponta Koyama (2002), a primeira vez que ela teve contato com palavras como: cissexual, cissexismo e cisgênero, foi através de ativistas trans, que quiseram virar o jogo e definir as palavras que descrevem pessoas não-transexuais ou não-transgêneros, ao invés de serem sempre definidos e descritos por elas. Koyama (2002) acredita que utilizando termos como cisgênero, pessoas trans podem descentralizar o grupo dominante, expondo-o como uma opção e não como a norma, que baliza os modos de ser das pessoas trans.

Por fim, Serano (2011), afirma que apontar privilégios e descentralizar determinados grupos deve servir para ensinarmos e aprendermos como vemos e experimentamos o mundo de maneira distinta, logo, discutir privilégios deve servir como uma ferramenta, e não como uma arma. A discussão, então, passa a ser sobre os privilégios que possuem as pessoas cis, além da cisgeneridade como uma norma, a afirmação das transexualidades como estratégia política e como apenas um outro modo de ser, apontando para o fato de que nem mesmo as pessoas cis conseguem atingir completamente os padrões que a cisnormatividade exige.

Vale ressaltar que termos como cisgeneridade, cisnormatividade, cisgênero (e suas variações) nem sempre são bem aceitos e utilizados. Além do fato da difícil aderência que as pessoas têm a novas terminologias e conceitos, a noção de cisgeneridade enfrenta também dificuldade de utilização e aceitação pois refere-se à características e valores há muito estabelecidos. Muitas pessoas declaram-se contra o uso destes termos, inclusive pessoas inseridas na sigla LGBT, e que acham que a “dissolução” dos gêneros implicaria em uma dissolução de suas próprias identidades (geralmente gays e lésbicas). Para alguns, a Teoria queer e a noção de cisgeneridade propõem tal dissolução dos gêneros, ao apontarem para produção cultural das expressões de gênero e a norma como reguladora de identidades. Muitas destas argumentações podem ser facilmente encontradas nas redes sociais, em uma busca rápida sobre os termos, já que esta discussão se popularizou.

Pensar as identidades de gênero implica que se pense as próprias inconformidades de

---

13 Disciplina ministrada pela profª D.ra Amana Mattos, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no segundo semestre de 2014.

gênero, tudo aquilo que desvia: são as travestis, as e os trans, pessoas não-binárias, *drag queens e kings*, e todos aqueles que escapam da inteligibilidade. Mas a realidade ainda não é essa. O foco das pesquisas ainda está na conformidade, no que se pretende norma e baliza os comportamentos, marginalizando o que não se enquadra nela. Mas isto é feito de modo enviesado, já que pesquisadoras e pesquisadores, geralmente cis, escolhem como tema a transexualidade (como uma categoria, transtorno) e não suas próprias condições cisgêneras. É deste fenômeno que surge o questionamento: “Por que parece que as mulheres e homens têm gênero e as pessoas transexuais têm identidade de gênero?” (CABRAL, 2010 apud VERGUEIRO). Essa questão aponta, acima de tudo, para a existência de uma enorme assimetria no entendimento de gêneros, ou de identidades de gênero.

Em uma sociedade que necessita, a todo tempo, reafirmar uma das suas premissas identificatórias mais primitivas, a diferenciação binária entre mulher e homem, não há um movimento ou interesse proporcional em questionar a cisgeneridade, tanto quanto se faz com o trânsito entre gêneros. Um sintoma disto é a divisão que muitos fazem entre “pessoas naturais, biológicas” e pessoas trans – os que possuem gênero e os que possuem identidade de gênero (VERGUEIRO).

O conceito de cisgeneridade possibilita questionar a fundação ficcional de gênero, faz possível problematizar a constituição do que se entende por humano, e assim, a noção de que existem mulheres e homens “de verdade”, que supostamente possuem qualidades naturais, as quais travestis e pessoas trans apreenderiam para emular o gênero, para barganhar uma identidade de gênero (e neste caso, espera-se que estas se conformem com o modelo binário de gênero – é a condição de troca da barganha, pois se o indivíduo vai “assumir” uma identidade de gênero, que pelo menos seja dentro da norma vigente. E ainda assim serão vistos como abjetos.). A cisgeneridade torna-se um conceito analítico, onde sua utilização desautoriza discursos e práticas que naturalizem a norma cisgênera (VERGUEIRO).

## **5.6 As travestis e mulheres trans nos feminismos e a criação do Transfeminismo: tensões e interseccionalidades**

O feminismo, ou melhor, os feminismos – por ser um movimento teórico e político plural e com variadas visões (às vezes até divergentes) sobre muitas questões –, têm sua história contada e refeita falando-se em ondas. A primeira onda demandou igualdade entre mulheres e homens, a segunda onda, já impactada pela noção de gênero, teve uma efervescente produção teórica, em um contexto de grande mudança no estilo de vida dos indivíduos, onde a mulher inseriu-se no mercado de trabalho, pôde se divorciar, controlar a gravidez, e isto não significou somente uma grande mudança nos hábitos sexuais, mas uma mudança de paradigma em si.

Ao longo de todas estas décadas, grupos distintos de mulheres exigiram visibilidade dentro dos feminismos. Mas toda vez que um grupo de mulheres, até então silenciado começa a falar, a tentar se impor e se fazer visível, as feministas primeiramente as acusam de estarem fragmentando o feminismo. Assim, são desafiadas a repensar suas ideias, sobre quem representam e quais suas demandas (KOYAMA, 2003). Até mesmo por isto, comumente fala-se em *feminismo*, no singular, como se houvesse uma categoria de mulher a ser representada e um único modo de reflexão/ação feminista. E por isso, pretendo falar da inserção das travestis e mulheres trans nos feminismos, mesmo que a palavra no plural cause estranhamento.

Obviamente, depois de toda a discussão em torno do que seria gênero, da construção e

desconstrução do conceito, da oferta crescente de procedimentos médicos e estéticos para pessoas trans, da revolução teórica promovida pelos estudos queer, pessoas trans começaram a existir. Existir no sentido de incomodar. E foi no final do século vinte que as mulheres trans começam a surgir como novas participantes dos feminismos. O fato não só trouxe como ainda traz incômodo, em um processo muitas vezes doloroso e que faz com que algumas feministas percebam seus próprios lugares como opressoras. Apesar disto, e por causa disto, a entrada de mulheres trans nos feminismos fez com que o próprio escopo feminista se alargasse (KOYAMA, 2003).

No *The transfeminist manifesto*, Koyama (2003) utiliza termos como *trans women*, *trans men* e *trans people* para se referir às pessoas trans, porém ressalta que muitas pessoas não se encaixam na dicotomia homem/mulher. O manifesto afirma que o Transfeminismo é um movimento feito por e para mulheres trans que veem sua liberdade como intrínseca à liberdade de todas as mulheres. Logo, o Transfeminismo é aberto a queers, indivíduos intersexuais, transhomens, mulheres não-trans, homens não-trans e a qualquer um que considere esta aliança importante para seu próprio processo de liberdade. E para Koyama, historicamente, os transhomens têm contribuído mais para os feminismos do que as mulheres trans.

Koyama escreveu o manifesto em 2000, após se mudar para Portland, Estados Unidos, e ter encontrado comunidades de pessoas trans. Começou então a explorar as interseções entre feminismos e as experiências trans. Inicialmente, ficou surpresa quando se deu conta do sentimento anti-trans entre algumas feministas, e um sentimento anti-feminista entre algumas pessoas trans. A surpresa se deu porque as pessoas que Koyama mais respeitava eram ambas feministas e ativistas trans. A escrita do manifesto foi uma tentativa de articular uma teoria feminista pró-trans com a retórica trans fundamentada nos feminismos (KOYAMA, 2003).

O Transfeminismo é só uma das muitas formas que pessoas trans encontraram para atuar na sociedade e dialogar. Por isto a importância de citá-lo e de outras feministas saberem de sua existência. Este movimento segue alguns princípios próprios, como: acreditar que toda pessoa tem o direito de expressar seu gênero sem medo da discriminação e da violência; nenhuma autoridade política, médica ou religiosa pode desrespeitar a individualidade de cada um sobre seus próprios corpos e decisões tomadas sobre ele.

Apesar destes princípios, o manifesto ressalta que ninguém é completamente livre da existência das dinâmicas social e cultural, pertencentes ao sistema de gênero instituído. Logo, quando alguém toma uma decisão que diz respeito a sua identidade ou expressão de gênero, não se pode escapar do fato de que isto se dá no contexto do sistema patriarcal e binário de gênero. E é por este motivo que muitas mulheres trans são encorajadas e até impelidas a adotar a definição tradicional de feminilidade, principalmente para serem aceitas e legitimadas pela comunidade médica, que irá decidir quem é genuinamente e suficientemente mulher, e quem não é. Assim, mulheres trans se veem tendo que provar uma certa condição, e o preço disto é interiorizar certos estereótipos de gênero, ou correm o risco de não serem reconhecidas como mulheres. Na visão do Transfeminismo, isto é opressivo tanto para mulheres trans quanto para mulheres cis, onde a singularidade de cada mulher é simplesmente apagada (KOYAMA, 2003).

Ninguém deveria tomar decisões considerando as demandas externas de ser um homem ou mulher “de verdade”. Nesta lógica, também não faria sentido tomar decisões pensando em ser “feminista de verdade”. Entra aí uma discussão cara aos feminismos e bastante delicada. As mulheres trans (e transhomens, também, porém com uma maior facilidade), dependem, para sua segurança pessoal, de uma certa *passabilidade*, ou seja, o quanto conseguem “se passar” por pessoas cis. Como feministas, estas mulheres estão sempre



tendo que negociar sua segurança em detrimento de alguns princípios feministas, que criticam intervenções estéticas e médicas que servem para moldar os corpos femininos à norma, ao padrão de beleza tão rigidamente exigente. Neste campo de disputas, o Transfeminismo desafia todas as mulheres (trans e cis, e também os transhomens), à medida que faz com que cada uma examine os modos de interiorizar as ordens patriarcais e hetero/cissexistas, que definem a feminilidade e masculinidade ideais, e quais as implicações disto nas suas vidas.

*Passabilidade* é um termo utilizado por algumas pessoas trans, para se referir à características corporais geralmente atribuídas ao homem ou à mulher. Quando alguém adquire a *passabilidade* ou é *passável*, significa que ela passa como pessoa cis, ou seja, estranhos e pessoas do convívio podem não se dar conta de que se trata de uma mulher trans ou transhomem.

A *passabilidade* é adquirida através da terapia hormonal, procedimentos cirúrgicos e estéticos que possibilitam a transformação corporal, muito associada à noção binária de sexo-gênero, assim como comportamentos relacionados aos papéis de gênero instituídos. Estereótipos e papéis fixados de gênero fazem parte desta construção de expressividade. A passabilidade para muitos e muitas trans, torna-se um ideal a ser perseguido. Obviamente, a noção de passabilidade deve ser questionada, já que ela se refere à norma, um padrão estabelecido de ser mulher ou homem. Também não é o objetivo de todas as pessoas que experimentam o trânsito entre gêneros.

Considerando que todas as pessoas, cis ou trans, performam gêneros, parodiam comportamentos há muito estabelecidos, para alguns, a *passabilidade* pode ser um objetivo a ser alcançado, por oferecer certa inteligibilidade aos corpos, permitindo que os indivíduos *passáveis* evitem certas situações transfóbicas. Entretanto, a busca pela *passabilidade* e pelo enquadramento em um dado padrão de beleza – feminino ou masculino – gera sofrimento, já que a norma é sempre inatingível.

Algumas feministas, particularmente as lésbicas radicais, têm acusado mulheres trans e transhomens de se beneficiarem do privilégio masculino. As mulheres trans são acusadas de terem sido socializadas como homens e os transhomens são acusados de abandonar a irmandade para desfrutarem do privilégio masculino. Na opinião do Transfeminismo, estas argumentações servem apenas para discriminar mulheres e homens trans nos feminismos. Entretanto, estas acusações devem assumir um propósito para pessoas trans, servindo para fazer pensar os próprios privilégios e convidar pessoas não-trans a fazerem o mesmo, só assim, poderá haver um ganho real para os feminismos (KOYAMA, 2003).

É importante olhar para estas acusações criticamente, pois é verdade que muitas mulheres trans são socializadas como homens, mas cada um tem sua particularidade e sua história de vida. Algumas começam o trânsito entre gêneros logo na infância, outras já na idade adulta. Também há a questão de que, falando especificamente das mulheres trans, muitas foram crianças que não se enquadravam nos padrões de gênero de sua cultura, sofrendo pressões da família, escola, igreja, e de sua comunidade para agirem conforme o sexo designado. Muitas sofreram punições e violências por desviarem-se da norma. Neste sentido, pessoas cis possuem o privilégio de terem sido socializadas e viverem a partir do gênero que possui maior concordância com o sexo designado ao nascer, devendo reconhecer este privilégio específico (KOYAMA, 2003).

Quanto aos transhomens, estes ainda possuem menos visibilidade e não têm ao seu alcance cirurgias e procedimentos satisfatórios para a construção de um pênis, o que muitos acusam ser má vontade médica, não dizendo respeito ao nível do desenvolvimento de tecnologias específicas para este fim ou estudos insuficientes. A medicina ocidental é feita por homens héteros e cis, logo, há uma recusa de realizar procedimentos para esta

transgenitalização. Além disto, os transhomens são constantemente lembrados de que não são homens “o suficiente” ou nunca serão “homens de verdade”, por não possuírem o símbolo maior da virilidade e do poder: o pênis.

Os exemplos de transfobia que Koyama (2003) dá referem-se aos feminismos, mas podem ser facilmente transpostos para situações cotidianas das pessoas trans. O Transfeminismo acredita que sexo e gênero são construções, e suas diferenciações ocorrem apenas por uma questão de conveniência. Um exemplo disto são os intersexuais, que continuam sendo mutilados ao nascer, na ânsia médica de definir um sexo para a criança. A transexualidade não é um transtorno pro Transfeminismo, mas sim parte de um grande espectro da experiência humana.

O Transfeminismo convoca à participação amigável das mulheres trans nos feminismos, buscando sempre o caminho de cooperação, acreditando nas possibilidades de transformar seu escopo, em uma visão mais inclusiva de mundo. Um ponto a ser ressaltado é o fato de que no manifesto, Koyama (2003) não utiliza termos como cisgênero, cisgeneridade, entre outros, para se referir à pessoas não-trans. Creio que no momento de sua escrita, tais termos ainda não eram muito utilizados e difundidos. Entretanto, ela aponta o fato de que pessoas não-trans devem sim reconhecer seus privilégios, obviamente falando da cisgeneridade e do privilégio cis. Pessoas trans estão buscando visibilidade em diversos espaços sociais, e atuar nos feminismos é só mais uma das muitas contribuições atuais que estas podem oferecer.

O envolvimento com o ativismo e o meio acadêmico, para muitas pessoas trans, é uma questão de sobrevivência. Uma questão é prática: são lugares seguros, onde suas vidas não estão em risco, há uma maior segurança para poder circular. A outra questão é subjetiva: estes espaços proporcionam trocas, possibilidades de falar sobre suas experiências e elaborá-las, conhecer pessoas que compartilham das mesmas vivências ou se interessam por elas. Esta rede de apoio tem sua importância real para a manutenção da sobrevivência destes indivíduos. Assim, pessoas trans de vários países estão se organizando, se dando suporte e produzindo as próprias demandas.

## 5.7 Transmasculinidades

Um exemplo da organização para gerar visibilidade e produzir demandas é o que atualmente João W. Nery faz nas redes sociais. Por ser o primeiro transhomem reconhecido como tal no país, tendo escrito duas biografias e sendo entrevistado constantemente, até pela grande mídia, João decidiu, através de seus perfis no *Facebook*, contabilizar, por conta própria, quantos transhomens existem atualmente. Transhomens, que por toda a história foram invisibilizados, muitas vezes questionados: não seriam lésbicas confusas sobre a própria sexualidade? Atualmente lutam para ter voz, inclusive dentro dos movimentos sociais<sup>14</sup>.

Por receber inúmeras mensagens através da internet, procura psicoterapeutas por todo Brasil que possam atender quem lhe pede por este tipo de auxílio. Evidentemente, nem todos os psicoterapeutas atendem adequadamente indivíduos que possuem vivências trans, mas muitos se disponibilizam e acabam criando esta rede de ajuda, em diversos estados. Muitos

---

14 Estas informações estão disponíveis em diversas entrevistas concedidas por João, como também no *Da viagem solitária ao ativista*, texto parcial disponível na internet da palestra apresentada no 7º Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias, ocorrido em 2014.



psicoterapeutas reproduzem o discurso da psiquiatria, além disto, como agravante, deixam que seus atravessamentos religiosos e morais fiquem claros durante o processo do atendimento, causando constrangimento e agravando os danos emocionais do paciente/cliente. Obviamente, a psicoterapia não deve ser um espaço de reprodução de preconceitos, julgamentos e imposição de valores do psicólogo, que ocupa um lugar de sujeito suposto saber<sup>15</sup> e, apesar de ter que sustentar esta função, não deve, de forma alguma, abusar de seu lugar de especialista (RIBEIRO, 2011).

Em agosto de 2005, entra em vigor o *Código de Ética Profissional do Psicólogo*, aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), através da resolução CFP nº 010/05. O Código estabelece padrões esperados quanto às práticas da categoria profissional, procurando fomentar a autorreflexão exigida a cada indivíduo acerca de sua práxis, e desta forma, responsabilizando o psicólogo pessoal e coletivamente. Vale salientar que o Código reflete o momento atual da sociedade brasileira, suas demandas e as necessidades da própria categoria profissional, que elaborou o documento em conjunto, durante três anos, representando assim, a Psicologia enquanto campo científico e profissional.

Em sua elaboração, foram consideradas a Constituição de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, servindo para, entre outras coisas, balizar o julgamento do profissional sobre suas ações, em suas diversas áreas de atuação, sob pena de aplicação de infração disciplinar caso o profissional não respeite alguma de suas diretrizes. As infrações disciplinares são penalidades ao profissional, que podem variar, indo desde uma advertência, à multa, censura pública, suspensão do exercício profissional por até trinta dias e, nos casos mais graves, cassação do exercício profissional.

Entre os princípios fundamentais que organizam a atuação do psicólogo, estão:

- VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade [...];
- VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.

E é vedado a este profissional: praticar e ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; induzir a convicção políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais. Isto diz respeito também à expressões/identidades de gênero. Sendo assim, no que se refere à clínica e ao atendimento das pessoas que transitam entre gêneros, o psicoterapeuta deve estar atento, para não causar um dano ainda maior à pessoa que chega fragilizada ao seu consultório, e para os discursos e modos de ser que legitima ou não em sua prática.

João é psicólogo, psicoterapeuta, ex-professor universitário, pesquisador de sexualidade e gênero, e viveu a maior parte da vida na clandestinidade, por ter em seus documentos o nome de registro e o sexo feminino. Apesar das dificuldades e do pioneirismo, hoje é referência para todos os transhomens<sup>16</sup> brasileiros, tornando-se um ativista de visibilidade nacional.

Declarar-se publicamente como transhomem, e não só como homem, também é uma

---

15 Para Lacan, o sujeito suposto saber é o eixo a partir do qual se articula tudo o que acontece com a transferência. Lacan refere-se ao analista, mas aponta para um aspecto que serve a todos os psicoterapeutas, quando diz que este jamais deve acreditar que é algum tipo de modelo de conduta ou educador, mesmo que seu papel seja sustentar a tensão promovida por seu lugar de sujeito suposto saber (LACAN, 2003 apud RIBEIRO, 2011).

16 Muitos se utilizam do termo transhomem, ao invés de homem trans, para afirmar politicamente esta vivência transexual, acreditando que não precisam enquadrar-se em uma masculinidade machista, excludente e violenta para sentirem-se homens, sendo assim, o termo trans precede o gênero masculino.

forma de reivindicar direitos, por meio das políticas públicas. Assim, João participou da fundação da extinta Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) e do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). O IBRAT foi criado em meados de 2013, com a função de controle social, incentivo à militância e formação política, possuindo um núcleo de pesquisa e produção acadêmica responsável por estas atividades. Pude perceber a presença de transhomens nos eventos acadêmicos que tive oportunidade de estar presente durante o período da pesquisa, mas em sua maioria jovens adultos. Seja na organização, como ouvintes ou palestrantes, eles estão ocupando estes lugares e compartilhando suas experiências.

Em 2013, os deputados federais Jean Wyllys (Psol/RJ) e Érika Kokay (PT/DF) protocolaram na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.º 5002/13, nomeado Lei João W. Nery – Lei de Identidade de Gênero, que dispõe sobre o direito à identidade de gênero. É significativo haver um PL que leva o nome de um transhomem brasileiro, ainda vivo, que luta por direitos e fala por tantos outros que estão construindo suas próprias transmasculinidades.

Em uma cultura onde a masculinidade ideal é exaltada a todo tempo, os transhomens permaneceram até pouco tempo invisíveis. Atualmente, ganham cada vez mais espaço, fazem-se visíveis e organizam-se para produzir demandas próprias e exigirem reconhecimento social. Muitas vezes a vivência da transmasculinidade é marcada por uma não-condição, esta sendo a de um homem que não possui pênis, tendo em vista que a sexualidade ocidental está ainda focada na genitália. E a medicina, inserida nesta cultura, ainda resiste e nega-se aperfeiçoar técnicas de construção de pênis funcionais para estes casos.

Transhomens relatam viver sua sexualidade e encarar seus próprios corpos de forma que, não ter um pênis não diminui suas “masculinidades”, como cada um se sente homem, e muitos até exploram a dita incongruência entre gênero e genitália, como o ativista e ator pornô Buck Angel. O pênis, neste caso, não define a masculinidade do homem, como ocasionalmente ocorre, mas sua ausência faz com que outras masculinidades sejam criadas, outras formas de identidades possam existir, sem a genitália como elemento central. Neste sentido, o PL facilitaria o reconhecimento legal e social destas outras masculinidades, também abrangendo mulheres trans e travestis.

O PL, até o presente momento, encontra-se aguardando parecer do relator, designado somente neste ano de 2015, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados. Com catorze artigos, o PL também conta com uma justificativa. O documento alega que a população LGBT conhece bem o significado das palavras visibilidade e invisibilidade, mas ao contrário das lésbicas, gays e bissexuais, travestis e trans não podem passar a vida toda no armário. Isto quer dizer que o próprio corpo apresenta as características do estigma, e que são estas pessoas que vão sofrer maior violência e situações de preconceito.

E a invisibilidade social das pessoas que habitam as margens é causada pela invisibilidade legal existente no país. É dado o exemplo das pessoas que adotam um nome social, o nome que escolheram, mas possuem em todos os seus documentos o nome de registro, fato que causa inúmeros constrangimentos, seja em hospitais, escolas e universidades e até mesmo em um condomínio, se por exemplo, a pessoa recebe as contas com o nome com o qual ela não se identifica e ninguém a chama, fato que talvez a pessoa não quisesse expor para quem não tem intimidade. E este tipo de exposição é inevitável para esta parcela da população. Além do constrangimento, a questão da documentação faz com que travestis e trans tenham seus direitos fundamentais negados.

Os autores do PL ainda citam o livro *Viagem solitária*, de João Nery, para homenageá-lo e ilustrar como uma pessoa pode viver na clandestinidade apenas por não ter sua aparência condizente com o sexo definido ao nascer. João não pôde mais atuar como psicólogo depois

de sua transição e adoção da identidade de gênero masculina, trabalhando então nas mais diversas áreas para poder se sustentar.

A ciência e o Estado têm o poder de legitimar certas identidades, sendo estas instituições que estabelecem critérios, ditos objetivos e neutros para reconhecê-las oficialmente. Sendo assim, já existem portarias, decretos, decisões administrativas de ministérios, governos estaduais, prefeituras, universidades e outros órgãos que preveem a utilização do nome social. Exemplos disto são o Ministério da Educação e o Sistema Único de Saúde. Mas a realidade é outra e sabe-se que, mesmo abrindo esta exceção, ainda há grande má vontade de se respeitar o direito a utilização do nome social. Ao mesmo tempo em que estas instituições reconhecem algumas identidades como verdadeiras e legais, excluem outras, logo, podem afirmar as diferenças positiva ou negativamente.

O PL utiliza como modelo a legislação argentina, que a exemplo de outros países, possui uma lei de identidade de gênero considerada a mais avançada do mundo, pois reflete os debates políticos, jurídicos, éticos e filosóficos sobre o tema. A identidade de gênero então, é definida como a vivência interna e individual do gênero, tal como cada pessoa sente, podendo ou não corresponder ao sexo atribuído no momento do nascimento, considerando também a vivência pessoal do corpo nesta construção de identidade.

Esta lei, se aprovada, prevê que qualquer pessoa possa alterar nos documentos o prenome, sexo e imagem, considerando a maioridade vigente. Serão abolidos requisitos como diagnóstico, tratamento hormonal, autorização judicial e intervenção cirúrgica de transexualização total ou parcial para que os trâmites possam ocorrer em cartório, considerando o crescente movimento de despatologização das identidades trans e travestis. Desta forma, direitos serão garantidos, assim como a dignidade humana.

O PL também tem o cuidado de especificar os casos em que os indivíduos sejam menores de idade, prevendo que estes também possam ser favorecidos, considerando detalhes como a participação dos responsáveis, assistência da Defensoria Pública orientada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entendendo que o processo de construção da identidade de gênero ocorre desde a infância.

A lei argentina, que inspirou o PL brasileiro é a Ley 26.743, sancionada em 2012, que estabelece o direito de identidade de gênero dos indivíduos. A lei propõe que todas as pessoas têm direito: ao reconhecimento de sua identidade de gênero, ao livre desenvolvimento de sua personalidade de acordo com a identidade de gênero e a ser tratada de acordo com ela.

A lei do país vizinho entende por identidade a vivência interna e individual do gênero, como cada pessoa sente, e que pode corresponder ou não ao sexo designado ao nascer, incluindo a vivência pessoal que cada um tem de seu corpo. Este processo pode envolver a modificação da aparência através de procedimentos farmacológicos, cirúrgicos ou de outra natureza, sempre que estes sejam de livre escolha do indivíduo.

Toda pessoa pode solicitar a mudança de prenome, assim como a retificação do registro (sexo e foto), quando estes não coincidirem com a identidade de gênero autopercebida. Para isto, devem seguir alguns requisitos definidos pela lei, que são: ter dezoito anos; apresentar ao *Registro Nacional de las Personas* uma solicitação, manifestando estar amparada pela lei e requerindo a alteração da certidão de nascimento e novo documento nacional de identidade, onde o número original será mantido. A pessoa interessada também deve expressar qual nome quer adotar, sem precisar se submeter a intervenção cirúrgica para redesignação sexual, bem como a terapias hormonais e psicoterapias.

Pessoas menores de idade deverão efetuar o pedido através de seus representantes legais, e só poderão ter seus registros modificados se expressarem vontade para tal. Mesmo assim, o indivíduo menor de idade deverá contar com um advogado. Deste modo, tanto para

maiores de idade quanto para crianças e adolescentes, o oficial público entra com o pedido de modificação dos documentos, sem necessidade de trâmites jurídicos ou administrativos. É proibida qualquer referência a modificação nos novos documentos expedidos e a publicidade sem autorização do indivíduo. Caso a pessoa queira mudar novamente os documentos, a próxima alteração só poderá ser realizada com autorização judicial. Todo este processo é gratuito.

A lei enfatiza que ao manter o número de registro de identidade original, garante-se a titularidade dos direitos da pessoa, assim como suas obrigações jurídicas, assim, mantém-se qualquer pendência judicial anterior a modificação dos documentos, estando incluída aí também a adoção. A lei também desvincula a terapia hormonal da cirurgia, assim, qualquer pessoa que deseje, pode realizar a terapia hormonal sem a necessidade de realizar a cirurgia total ou parcial de redesignação sexual, sendo o consentimento da pessoa o único item requerido. Percebe-se que o PL brasileiro é bastante semelhante a lei argentina, e se aprovado, terá como desafio o seu cumprimento. Uma questão a ser apontada é a de que a expressão “nome social” não aparece na lei argentina, fazendo crer que a própria noção de nome social é extinta quando a pessoa elege seu novo nome e altera seus documentos (que não mencionam tal modificação), devendo ser tratada assim em todos os locais.

O respaldo legal poderá oferecer a esta parcela da população condições de uma vida mais plena, onde carreira profissional, serviços de saúde e uma educação não-excludente possam ser uma realidade palpável e não um sonho distante. A criação deste tipo de legislação, em diversos países, só é possível porque há o diálogo entre políticos eleitos e representantes de movimentos sociais que se esforçam para que suas demandas e necessidades sejam respondidas. Neste sentido, as redes de apoio trabalham não só para acolher e apoiar seus membros, mas também para organizar agendas.

Apesar da crescente aparição dos transhomens em diversos espaços sociais, eles ainda são desconsiderados pelos feminismos (daí a importância do transfeminismo ao apontar estas questões), e dentro do próprio movimento LGBT, onde muitas vezes apenas os homens cis e obviamente gays têm o lugar de fala e protagonismo. Ainda não há um amplo entendimento de que, assim como a mulher trans, o transhomem pode ser hétero, gay, bissexual, em uma gama de possibilidades onde orientação sexual e gênero se cruzem. Marcadores sociais de cor e classe social também definem como estes homens são vistos pela sociedade.

Leonardo Peçanha, ativista, integrante do IBRAT, transhomem, negro, conta<sup>17</sup> que viveu grande parte da vida como mulher, se entendendo e sendo entendido como lésbica por família, amigos e amigas lésbicas. Até então, passava diariamente por situações que mulheres negras passam. Quando sua mudança corporal já indicava o marcador social de gênero masculino, começou a perceber que pessoas na rua mudavam de calçada e o encaravam como potencial fonte de perigo. O fato curioso, segundo Leonardo, é que passou a ser visto, por estranhos, como um homem negro cis, depois de ter adquirido certa *passabilidade*. Assim, o fato de ser trans muitas vezes não é uma questão, pois os outros marcadores sociais, “reais” ou apenas percebidos por desconhecidos ficam em evidência e o sobrepõem, como a questão da cor.

Na internet, é possível acompanhar o passo-a-passo de muitos transhomens jovens, de diversas nacionalidades, que postam as fases e mudanças de suas transições, através de fotos, vídeos e até áudios com as alterações na voz. Desta forma, podem servir de referência para outros transhomens, trocarem informações e se fazerem visíveis, fazendo com que outros

---

17 ANISTIA INTERNACIONAL. 2014. Rio de Janeiro. **Dia Internacional contra a homofobia e transfobia.** O evento contou com diversas atividades (exposição fotográfica, filmes e debates), contemplando também pessoas trans convidadas como palestrantes.

saibam que as transmasculinidades existem. No caso dos transhomens, não só as cirurgias e terapia hormonal podem servir como fator de mudança corporal, mas também os exercícios físicos, como a musculação.

## 6. A REDE DE APOIO E OS CUIDADOS DE SI

Os termos rede e apoio, tão caros a mim e que me auxiliaram pensar a pesquisa desde seu estágio embrionário, não serão abordados em suas totalidades. Não tenho a intenção de transpor seus significados para áreas além da saúde, e não acho que este esforço intelectual seria possível no momento. Logo, me utilizo das noções de rede e de apoio social para refletir acerca das transexualidades e processos de subjetivação. Obviamente, como mostrado anteriormente, as transexualidades não serão patologizadas, pois o que se propõe é pensar como os diversos espaços e relações auxiliam estas pessoas durante suas vidas. A expressão *rede de apoio* já vem sendo utilizada por algumas pessoas em seus relatos, de maneira informal – percebi ao ouvir as falas de pessoas travestis e trans em entrevistas, em seminários e rodas de conversas – quando fazem referência aos grupos de acolhimento.

### 6.1 Conceitos de rede e de apoio na área da saúde

A noção da rede de apoio é um dos elementos centrais desta pesquisa e das reflexões que a envolvem. Desde a elaboração do problema, à confecção do pré-projeto, me indagava sobre qual seria o papel da rede de apoio na vida das pessoas trans e nos seus processos de subjetivação. Mas o que é uma rede de apoio? Quais formas ela ganha na vida cotidiana?

Rede e apoio são conceitos comumente utilizado na área da saúde, principalmente no âmbito da saúde pública, podendo referir-se a uma rede de apoio familiar, social e até psicossocial. Foi lendo sobre pesquisas e trabalhos realizados na área da saúde pública que conheci esta noção de atenção, que me auxilia a pensar sobre indivíduos trans e seus processos de produção de subjetividades. Entretanto, o foco desta pesquisa não está na área da saúde e serviços prestados à esta população.

O significado de rede é amplo, pouco preciso, mas possui um valor fundamental enquanto ideia que permite a construção de um aparato que favorece, na área da saúde, tratamentos e apoio necessário. No campo da saúde mental, por exemplo, a noção de rede é relacionada com uma equipe multidisciplinar, que permite uma visão do paciente em seus diversos aspectos (THALENBERG, 2010).

Há uma produção teórica e a preocupação em definir *apoio social e rede*, por parte de diversos autores, e muitas vezes há a diferenciação entre apoio social e rede social, onde estes conceitos são entendidos como distintos. O apoio social compreende os recursos emocionais, informativos e instrumentais (funções do apoio, que também definem os tipos de apoio por estas mesmas nomenclaturas) que os indivíduos recebem das suas várias relações sociais, incluindo amigos, familiares, grupos de convivência. Na prática os tipos de apoio misturam-se, confundem-se (LACERDA, 2002). É importante destacar que não há aqui a intenção de esmiuçar o debate teórico/ técnico em torno dos conceitos de apoio e rede. Como dito anteriormente, esta pesquisa não pretende tratar dos serviços de saúde destinados à pessoas transexuais e nem se aproximar de uma área que já possui ampla discussão prévia para “pegar emprestado” conceitos sem a devida problematização disto.

### 6.2 A inserção no campo: primeiros passos

A pesquisa tem o recorte da cidade do Rio de Janeiro, mas, pelo que pode-se observar, estas dinâmicas dos encontros ocorrem em diversos estados do Brasil e também em outros países do ocidente, reservando a cada local suas particularidades culturais. No começo do processo da pesquisa, realizei uma busca tanto no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), quanto na Scientific Electronic Library Online (SciELO), tendo como palavra-chave da busca o termo “transexualidade”. Pude observar que grande parte das pesquisas realizadas no país ainda se refere aos serviços de assistência (de saúde ou jurídica) oferecidos à população trans. A partir desta constatação, creio ser válida a intenção de procurar outras óticas para entender o tema e, por este motivo, proponho uma pesquisa que foge do certame já traçado por outros pesquisadores.

Apesar do interesse pelo tema, não militava e também não conhecia nenhum ativista trans, ou professores que pesquisassem o campo ou minimamente demonstrassem interesse pelo assunto (ou por estudos de gênero em geral) em sala de aula. Logo, estava entrando em um território totalmente desconhecido. Quando formulei o problema da pesquisa, nos últimos meses da graduação, não sabia se realmente existiam instituições de acolhimento para pessoas trans. Então realizei uma busca na internet, na esperança de que aparecessem alguns resultados relacionados à cidade do Rio de Janeiro ou adjacências, visando a viabilidade da minha locomoção, e para a minha grata surpresa, encontrei alguns espaços. Sendo assim, minha inserção foi gradual e totalmente independente.

### 6.3 As redes de apoio: formal, informal e virtual

Antes de falar sobre algumas das instituições que encontrei, defino o que escolhi chamar de rede de apoio nesta pesquisa, fugindo das definições que autores se utilizam para a área da saúde. Rede de apoio é um espaço físico e subjetivo, que possui como finalidade o acolhimento de travestis e pessoas trans. Acredito que todos os espaços frequentados por pessoas que transitam entre gêneros, que eventualmente procuram auxílio jurídico, ou qualquer outro tipo de serviço/acolhimento, compõem uma rede de apoio mais ampla. Esta rede de apoio, que compreende uma instituição ou mais, pode ser formal ou informal. Pertencem à rede de apoio formal organizações não-governamentais, centros de referência, grupos de apoio. A rede de apoio informal diz respeito aos espaços que não são regidos segundo uma norma explícita interna, como um grupo de amigos.

Leila Dumaresq, mulher trans, expôs, por exemplo, que a rede de apoio é também uma rede de proteção, que pode dizer respeito à resolução de questões práticas, como as jurídicas ou problemas com a polícia (ativistas trans geralmente são detidos ao militar nas ruas).<sup>18</sup> Essas conexões vão sendo feitas e possibilitando a construção tanto de espaços formais quanto informais, tanto físicos quanto subjetivos. E, através dessas trocas, agenciamentos vão ocorrendo, subjetividades vão sendo produzidas. Quando fala-se de subjetividade e subjetivação, é bom lembrar que:

A subjetividade é constituída por múltiplas linhas e planos de forças que atuam ao mesmo tempo: linhas duras, que detêm a divisão binária de sexo, profissão, camada social, e que sempre classificam, sobrecodificam os sujeitos; e linhas flexíveis, que possibilitam o afetamento da subjetividade e

---

18 Sua fala foi parte do debate suscitado pela roda de conversa *Homens Trans: da invisibilização à legitimidade da identidade*, mediada por Leonardo Peçanha e Marcos Vinícius Belarmino, no evento Transemana 2014, que ocorreu de 3 à 7 de novembro na UERJ e UFRJ.

criam zonas de indeterminação, permitindo-lhe agenciar. Esse afetamento da subjetividade pelo que não é ela, pelas relações efetuadas, pela intersecção com o “fora”, forma um agenciamento. Quando isso ocorre, linhas de fuga são construídas, convergindo em processos que trazem o novo. Esses processos são sempre coletivos, conectando-se ao que está aquém e além do sujeito e construindo novos territórios existenciais (DELEUZE; PARNET, 1998 apud ROMAGNOLI, 2009, p. 170).

Considerando esta noção de produção de subjetividades, Suely Rolnik (1996), em seu livro escrito à muitas mãos – entre elas as de Félix Guattari –, *Micropolítica: cartografias do desejo*, fala do medo da marginalização, a que estamos todos submetidos. Marginalização que corremos o risco quando ousamos criar qualquer território singular, isto é, independente das serializações subjetivas.

Entende-se o território em um sentido amplo, onde os seres existentes organizam-se segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito sente-se “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos (GUATTARI, ROLNIK, 1996).

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” desfazem-se ininterruptamente com a divisão social do trabalho e outros processos sociais (GUATTARI, ROLNIK, 1996).

Por medo da marginalização, que em alguns casos compromete até mesmo a possibilidade de sobrevivência, acabamos reivindicando um território no edifício das identidades reconhecidas (GUATTARI, ROLNIK, 1996). No momento desta fala, Rolnik não refere-se a nenhum sujeito ou sujeito coletivo específico, mas esta passagem poderia ser, sem dúvida, relacionada à questão das expressões e identidades de gênero. A (im)possibilidade de sobrevivência retrata histórias pessoais de muitas travestis e mulheres trans (apesar de não serem veiculados casos de transfobia e assassinatos de transhomens na grande mídia, estes devem também ocorrer) que são mortas no Brasil.

As subjetividades dissidentes, dos que se dispõem a correr o risco de estar à margem, com seus modos de subjetivação singulares, se opõem a máquina de produção de subjetividade, presente nos modos de produção capitalísticos no qual vivemos. Os chamados processos de singularização recusam os modos de encodificação preestabelecidos, para construir modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção e modos de criatividade que produzem subjetividades singulares. Esta singularização existencial pode mais facilmente coincidir com o desejo (que não é o desejo da Psicanálise, entendido como falta, mas sim o desejo-produção esquizoanalítico), com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo em que se vive, instaurando assim dispositivos para mudar os tipos de sociedade já estabelecidos e os valores que nela existem e que não partilhamos (GUATTARI, ROLNIK, 1996).

Quem está à margem sofre todo tipo de violência. Os assassinatos brutais, caracterizados como crimes de ódio, mas nem sempre entendidos assim pela polícia e pelo jornalismo, são crimes transfóbicos. Mas a transfobia também ganha contornos menos extremos no cotidiano das pessoas que transitam entre gêneros. Histórias de preconceito na



família e expulsão de casa são recorrentes, assim como a expulsão velada da escola e falta de oportunidades no mercado de trabalho.

A organização não-governamental internacional *Transgender Europe* monitora os assassinatos desta população, através de um projeto chamado *Transgender Europe's Trans Murder Monitoring* (TMM), coletando e analisando os casos de homicídios reportados ao redor do mundo, desde 2009, com objetivo de ajudar ativistas de diversos países a causar uma sensibilização pública sobre o tema.

Em um infográfico disponível em seu endereço eletrônico, o Brasil lidera o *ranking* de assassinatos, no período relativo aos anos de 2008 à 2014, com 689 casos reportados (este número pode ser ainda maior). Curiosamente, a maior parte dos assassinatos ocorre em países que possuem fortes movimentos trans e monitoramento frequente. A maior parte das vítimas têm de 20 à 29 anos. Entre as vítimas, 65% eram trabalhadoras do sexo (considerando apenas os casos em que a profissão do indivíduo era conhecida) e a maior parte das mortes ocorreu por arma de fogo. Estes dados foram amplamente divulgados pela grande mídia, na televisão e principalmente na internet, no Dia da Visibilidade Trans, em 29 de janeiro dos últimos anos.

Realizando uma busca através do Google, procurando por espaços de acolhimento, locais como Rio Sem Homofobia, Projeto Damas, ASTRA-Rio, Grupo Arco-íris de cidadania LGBT surgem como resultado. O Rio Sem Homofobia é um programa criado para atender a demanda dos movimentos sociais, que exigiam que as políticas públicas dirigidas aos LGBT's deixassem de ser apenas ações pontuais e incipientes. É coordenado pela Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (SuperDir/SEASDH), e tem como objetivo combater a violência contra pessoas LGBT's e promover a cidadania dessa população, em todo território fluminense, respeitando as especificidades desses grupos populacionais – como é exposto em seu endereço eletrônico. A sede na cidade do Rio se encontra na Central do Brasil, um local de fácil acesso e grande circulação de pessoas, no centro da cidade, e recebe também denúncias de LGBTfobia. Além disso, produz, implementa e monitora políticas públicas transversais, em todas as áreas de governo.<sup>19</sup>

Este é um serviço público, organizado e gerido pelo poder político-partidário, assim como o Projeto DAMAS, que promove a reinserção social e profissional de travestis e mulheres transexuais na sociedade, através de capacitação, incentivo à escolaridade e empregabilidade. As atividades envolvem: oficina de trabalho, ética e comportamento, orientação vocacional, educação, informações sobre prevenção e reduções de danos à saúde, noções de direitos humanos e visitas guiadas. No conteúdo programático constam aulas de inclusão digital, noções de inglês e vivência profissional – uma espécie de estágio para que as alunas experimentem as relações numa atividade formal. Dentre os profissionais responsáveis pelas aulas ministradas no DAMAS estão psicólogos, fonoaudiólogos, professores, juristas, médicos, infectologistas e especialistas em hormonioterapia.

Este projeto faz parte da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual, pasta da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro (CEDS RIO), que pretende combater a

---

19 Como o programa faz parte da SuperDir/SEASDH, interesses político-partidários e religiosos perpassam a administração e manutenção do Rio Sem Homofobia. Enquanto este texto era finalizado, em janeiro de 2016, o programa foi praticamente desmantelado, quando o pastor evangélico defensor da “cura gay”, e deputado federal Ezequiel Teixeira (Partido da Mulher Brasileira - PMB) foi nomeado presidente da Secretaria e iniciou uma série de demissões em massa. A crise social e econômica que assola o estado foi utilizada como justificativa para o corte de verbas. O caso foi amplamente divulgado em diversas mídias e, após uma série de críticas vindas do ativismo e da população que utiliza seus serviços, o pastor/deputado foi exonerado do cargo. A inconstância das articulações e alianças político-partidárias fazem com que o futuro deste tipo de iniciativa seja incerto. Este é apenas um dos muitos impasses que programas voltados para a população LGBT enfrentam.

discriminação e o preconceito, obtendo visibilidade para estas questões através de campanhas e propondo políticas públicas de promoção de cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero. Este tipo de iniciativa é pioneira no país. E que outras iniciativas estão ocorrendo fora do âmbito governamental? Este é o tipo de rede de apoio que pode-se nomear formal.

Um fenômeno consideravelmente novo, que surge no final do século XX e ganha cada vez mais força é a rede de apoio virtual. Primeiro através de sites pessoais, depois nos blogs e também nas redes sociais, experiências pessoais são compartilhadas, e elas dizem respeito à muitos aspectos da vida das pessoas trans. Há atualmente, como é o caso da página *Travesti Reflexiva*, no *Facebook*, muitos pontos de encontro e debates *online*.

*Travesti Reflexiva* é criação de Sofia Favero, uma sergipana que afirma que as redes sociais possibilitam sua fala sem cortes e sem mediação, por isto considera sua página uma ferramenta de enorme alcance, pois qualquer um com acesso à internet pode participar<sup>20</sup>. Sofia fala da experiência de manter uma página *online* e aponta para o que há de positivo e negativo nesta nova forma de militância: se há um amplo alcance do que se quer comunicar, também há a transfobia dentro do próprio movimento LGBT e por parte de algumas feministas. E estes embates realmente estão sempre presentes na internet, e também em produções acadêmicas, porém nestas de forma camuflada e sutil. Há também o preconceito das próprias pessoas trans em relação às travestis, que geralmente estão em situação de maior vulnerabilidade social. A internet evidencia sem edição estes embates.

A jovem Sofia também conta que não considerava o que fazia como ativismo, até começar a receber mensagens de pessoas contando como ela ajudou a modificar a ideia do que era uma travesti. Além de dedicar seu tempo à página, participa presencialmente de uma ONG chamada Associação e Movimento Sergipano de Travestis e Transexuais, de sigla sugestiva: AMOSERTRANS, que em suas palavras “acredita que o bem estar da população Transgênera não é apenas distribuir camisinha e gel como algumas instituições acreditam”. E salienta que, como o assunto está em evidência, aparecerão pessoas oportunistas para tratar do tema e construir saberes, principalmente pessoas cisgêneras, tratando pessoas trans como “ratinhos na caixa de Skinner”.

A página *Travesti Reflexiva* é apenas uma entre muitos espaços que estão ganhando vida virtualmente. Pessoas passam a fazer parte de uma rede de apoio virtual a partir do momento em que conhecem outras e trocam experiências, em qualquer lugar do mundo, onde os espaços virtuais encurtam distâncias reais. Imagine uma ou um adolescente trans que mora em uma cidade pequena, afastada da capital, dos serviços de saúde específicos e de acolhimento, conectando-se através da internet, tendo a possibilidade de encontrar referências, outros indivíduos que passaram ou estão passando por um processo que ele se identifica e está também vivenciando. Situar-se na realidade a partir de modelos faz com que as pessoas trans sintam-se mais seguras para passar por todas as mudanças a que se dispõem.

No evento nomeado *Dia Internacional contra a homofobia e transfobia*, organizado pela Anistia Internacional na sua sede em Laranjeiras, em maio de 2014, Roberta fala “Nós somos como todo mundo, às vezes a gente chega em casa à noite, depois do trabalho, e se sente sozinha. Aí a gente entra na internet, fica no *Facebook*...” enfatizando a questão da solidão, a impossibilidade de falar sobre suas questões com facilidade ou certeza de aceitação e acolhimento. O caso da Roberta é apresentado neste texto, mais adiante, no subcapítulo *As reuniões transrevolucionárias e uma breve análise de implicação*.

---

20 Em entrevista concedida ao Neto Lucon.

## 6.4 Contatos iniciais e a ajuda inesperada

Creio ser necessária uma breve explanação de como cheguei ao ponto que me situo atualmente, contar um pouco dos encontros e desencontros que proporcionaram minha ida ao local que utilizo como exemplo de rede de apoio aqui. Nos meses finais da minha graduação, em 2013, comecei a preparar o pré-projeto da pesquisa, que iria enviar ao programa de pós-graduação. Acreditei ser importante contatar alguém da área, uma pessoa que estivesse inserida na “realidade trans” e que trabalhasse em uma instituição de acolhimento. Após a busca *online* por locais, relatada anteriormente, enviei o pré-projeto finalizado à presidente da ASTRA-Rio na época, com quem falei por telefone e *e-mail*.

Deixei claro que, apesar dela ter elogiado meu interesse e proposta, eu ainda não saberia se seria aceita no processo seletivo do mestrado e daria a resposta em alguns meses, quando tivesse o resultado, e então começaríamos a pesquisa na ASTRA-Rio, pois já havia recebido permissão para ir ao local como pesquisadora. Mas o que aconteceu a seguir, quando eu já havia sido aprovada na pós-graduação, foram tentativas frustradas de contato, pois a pessoa não mais respondeu às minhas mensagens ou telefonemas. Pelo pouco que sabia, esta instituição atendia pessoas trans e oferecia atividades, mas nunca cheguei a conhecer pessoalmente a instituição ou alguém que tenha frequentado. Sendo assim, recomecei a busca por um espaço que possuísse algum tipo de atividade frequente em que eu pudesse me inserir.

Após contar sobre este obstáculo ao meu orientador, Ronald me apresentou a um aluno cis e uma aluna trans da graduação de Psicologia da UFRRJ, que me auxiliaram na busca de um local. Foi através deles que conheci o Grupo Pela Vidda – Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids (GPV-RJ). O GPV-RJ foi o primeiro grupo fundado no Brasil por pessoas vivendo com HIV e Aids, seus amigos e familiares, em 1989.

## 6.5 Grupo TransRevolução: travestis e transexuais em ação

A aluna trans, que aqui chamarei pelo nome fictício de Vanessa, se encontrava no começo de seu processo de mudança corporal quando a conheci. Trocamos algumas palavras, junto ao aluno que chamarei de Augusto<sup>21</sup>. Ele me indicou o GPV-Rio, e comentou ligeiramente sobre a existência de um grupo de pessoas trans que lá se reunia: o TransRevolução. Neste meio tempo, entre nosso primeiro contato (Vanessa e Augusto já se conheciam), realizei mais alguns contatos telefônicos, afim de saber se existiam mais espaços que eu pudesse conhecer. Todas as pessoas com quem pude falar me indicaram o TransRevolução como o espaço mais adequado.

Eu e Vanessa combinamos de ir juntas, já que ela também estava procurando um espaço com este tipo de acolhimento. O único requisito para participar do grupo é realizar uma entrevista com algum profissional da equipe e logo após, o interessado está apto para participar de qualquer reunião que aconteça naquele local, sendo trans ou não, portando HIV ou não (também tive oportunidade de participar de uma reunião que não era do TransRevolução). A entrevista tem como objetivo conhecer as intenções da pessoa recém-chegada, explicar a dinâmica do local, serviços oferecidos e dar boas vindas. Fomos entrevistadas juntas, por uma psicóloga. Todos foram muito receptivos, desde o primeiro

---

21 Os nomes dos participantes e informantes foram trocados por nomes fictícios, escolhidos por mim, sem nenhum critério específico.

momento e me apresentei como psicóloga e pesquisadora.

O Grupo TransRevolução funciona na sede do GPV-Rio, mais especificamente na Avenida Rio Branco, centro do Rio, em uma sala do prédio comercial nº 135 (sala 709). As reuniões ocorrem na última sexta-feira de cada mês, às 17h45min. É fácil localizar a sala, pois esta fica de frente para o elevador e, do lado esquerdo da porta se encontra fixado um suporte de acrílico com preservativos em embalagens coloridas, para que quem quiser, possa pegar gratuitamente, antes de apertar a campainha e a entrada ser liberada. O ambiente é dividido, logo que se entra, à direita, vê-se a mesa das voluntárias que trabalham como secretárias, do lado esquerdo, poucas cadeiras, constituindo uma sala de espera. Em frente, há duas salas: a mais ampla, onde ocorrem as reuniões do GPV-Rio e TransRevolução, e a outra, menor, onde são realizadas as entrevistas.

Cada reunião possui suas próprias pautas, que são comunicadas com certa antecedência através do blog do grupo, na página do GPV-Rio e também no grupo do TransRevolução no *Facebook*. O blog do grupo não é atualizado com muita frequência. Exemplos de pautas discutidas nas reuniões são: “Violências sofridas por pessoas trans – institucional, social, física e demais tipos de violências” e “Normativas federais para o nome social”, onde são expostas e discutidas questões de interesse do grupo, podendo seguir a reflexão sobre situações do cotidiano, vivido pela maioria delas, como também questões que surgem a partir de mudanças na legislação, em um modo de se atualizarem e fazerem circular a informação. Algumas reuniões são mediadas por membros do IBRAT, o que está fazendo com que cada vez mais transhomens frequentem as reuniões e possam contribuir com as especificidades de suas vivências.

O GPV-Rio já realizava ações com pessoas travestis e transexuais, mas foi com a participação de Giselle Meirelles, mulher trans, e de mais alguns participantes, que o TransRevolução surgiu. O grupo foi criado em 2009, a partir da necessidade e demanda destas pessoas. A finalidade do Grupo TransRevolução, desde o início, era prestar pleno atendimento às demandas desta parcela da população. Conforme o grupo foi se estabilizando, os participantes perceberam ali uma oportunidade de acolhimento e resolução de suas questões. Assim, o grupo também passou a oferecer apoio jurídico e participar ativamente na reivindicação de direitos e criação de políticas públicas.

Em entrevista cedida ao blog *Mundo T-Girl*, uma das participantes, Alessandra Ramos diz:

Desde o início a preocupação principal era o indivíduo, Giselle Meirelles costumava dizer que “as palavras são muito bonitas, mas quero ver ação”. A maior parte das demandas de início eram com respeito a problemas com a rede de saúde, o respeito no atendimento e tratamento adequado, principalmente na questão do silicone injetável, realizávamos verdadeiras forças tarefa para poder fazer com que as Travestis e Transexuais, que pediam ajuda fossem atendidas e respeitadas. Conseguimos muitos atendimentos e também a maior parte daquelas que procuraram empregos hoje, se encontram empregadas graças as ações do TransRevolução.

Giselle faleceu em 2013, e logo após, o TransRevolução institucionalizou-se como organização não-governamental, sendo sua diretoria formada por travestis, mulheres trans e Leonardo Peçanha, transhomem, já apresentado anteriormente neste texto. Atualmente, o grupo conta com Indianara Alves Siqueira como presidente. A presença e atuação de Giselle são lembradas até hoje, em algum comentário saudoso que os participantes tecem durante as

reuniões, como pude presenciar.

### **6.5.1 As reuniões transrevolucionárias e uma breve análise de implicação**

Participam do TransRevolução travestis, mulheres trans, transhomens e pessoas cis, inclusive pesquisadoras e pesquisadores trans e cis. Há pessoas que realizaram a readequação de gênero há muito tempo, como também pessoas que realizaram recentemente ou acabaram de iniciar o processo, com variedade também de faixas etárias. Portanto, o grupo é heterogêneo e visa a participação e protagonismo de travestis e pessoas trans. Cada reunião dura cerca de duas horas, ocorre mensalmente e um tema diferente é eleito previamente por quem está organizando, para ser debatido. As reuniões são mediadas por algum participante do grupo que possua uma espécie de liderança ou atuação mais intensa.

No período que antecedeu à ida a primeira reunião, pude perceber algumas das minhas idealizações estereotipadas de como seria. Imaginei que iria conhecer mulheres trans e travestis maquiadas, super-produzidas, repetindo que “nasceram no corpo errado”. Isto se deu devido ao discurso do senso-comum, repercutido pela mídia e reproduzido por algumas pessoas que vivenciam a transexualidade e se baseiam nesse modelo para construir sua própria identidade, talvez com a expectativa de que sejam respeitadas se estiverem, pelo menos, dentro de um espectro reconhecido pela maioria dos indivíduos.

O primeiro impacto foi este: perceber que no grupo havia uma heterogeneidade não imaginada por mim. Diferentes idades, cores de pele, tipos de roupa e histórias davam vida aquela sala. As cadeiras estavam em círculo e não havia distinção de posição de quem mediava o grupo para os demais participantes. Todos foram convidados a se apresentar, inclusive dizendo como se identificavam em relação a expressão de gênero. Me apresentei como psicóloga e pesquisadora, contando um pouco sobre o que se tratava minha pesquisa, o que me movia até ali, já que não tenho nenhuma vivência trans.

Um fato curioso, no momento da minha apresentação, foi que me senti completamente incomodada em ter que me identificar como mulher cisgênero, e não o fiz. Não houve nenhum movimento ou tentativa de correção ou alteração da minha fala por parte dos outros participantes. Creio que de algum modo demonstrei o desconforto em assumir uma categoria ou me identificar como cis, pois encerrei dizendo que eu estava em um processo de reflexão. A mediadora completou com algo como: “É muito complexo né? Quando a gente começa a estudar...” e a próxima pessoa, ao meu lado, deu início a sua apresentação.

Senti-me bem recebida desde o começo, me coloquei em diversos momentos das discussões, sempre que acreditei ser pertinente. Não demorou muito para perceber que ali, como em qualquer outro espaço social, não há unanimidades. Quase todos tinham a vivência trans como ponto em comum, mas cada um trazia sua particularidade, sua disponibilidade ou não para compartilhar suas experiências e tudo era muito respeitado, explicitamente verbalizado que ninguém se colocaria de forma obrigatória. A auto-gestão do grupo chamou minha atenção, assim como o fato de que ali as pessoas queriam utilizar aquelas duas horas disponíveis, o que muitas vezes fazia com que o tema, previamente escolhido, não fosse estritamente elaborado até extrapolado por questões que surgiam no momento.

Vanessa claramente chegou ao TransRevolução com necessidade de trocar, de receber informações de todos os tipos, e a primeira reunião que fomos, passamos boa parte do tempo anotando contatos cedidos, referentes ao apoio jurídico que é essencial para questões como a alteração dos documentos.

Neste dia, também foram discutidas duas questões que julgo fazerem parte de um pensamento crítico sobre a própria condição: a identidade travesti e a expressão “mulher biológica”. Uma das participantes, negra e de meia-idade, se apresentou como travesti e, a partir daí, houve a problematização do não-uso do termo, que remete, quase sempre, à uma situação de precariedade, prostituição e marginalidade. Creio que, por este fato, e também pela atual facilidade de acesso à interferências estéticas, as pessoas mais jovens preferiram se identificar como transexuais (não por coincidência que algumas mulheres trans presentes se identificavam como tal, mesmo alegando não terem realizado cirurgia para “redesignação sexual”). Deste ponto seguiu-se a questão do uso da expressão “mulher biológica” por mulheres cis em geral, seguindo de uma fala da moderadora “biológico todos nós somos”.

Apesar disto, também senti que havia uma necessidade de que eu me auto-identificasse. Ao me perguntarem no momento da apresentação, ou ao preencher uma ficha em que todos deveriam responder (cada um em sua folha, sem a necessidade de identificação), minha identidade estava sendo requerida a todo momento. Esta é mais uma observação do que uma crítica, já que em nossas vidas diárias, nossas identidades estão sempre sendo questionadas, assim como a exigida coerência entre sexo-gênero-desejo sexual-prática. Pode ser que aquele espaço estivesse somente reproduzindo esta lógica. Ou, indo adiante na reflexão, pode ser que as pessoas travestis e trans estivessem me pedindo um posicionamento de algo que, na minha vida cotidiana, não é tão enfaticamente exigido – em comparação com suas vivências “inadequadas”. Pode ser que estivessem me exigindo (mas a seu modo), uma identidade de gênero, com o mesmo rigor que são exigidas a todo tempo, uma posição na trama discursiva.

Como dito anteriormente, uma das características deste grupo é a heterogeneidade. E me deparei com um exemplo claro: ao final de uma das reuniões, algumas mulheres trans vinham me cumprimentar dizendo “você quer saber o que é transexualidade?” e começavam a repetir definições dos manuais médicos, sem nem me dar o tempo de responder “sim” ou qualquer outra coisa. Ao escutar, outra participante, exaltada, veio dizer que este viés era patologizante e fiquei ali, observando o embate e seu desfecho (a discussão rapidamente se dissipou).

O fato de haver participantes trans que também são pesquisadores, com certeza dá ao grupo um caráter desafiador, aos próprios membros e às teorias que estão dispostos à desconstruir, levando um refinamento ao debate. Outro fato importante de ressaltar é o de que, ir à uma reunião do GPV-RJ que não fosse do TransRevolução também fez com que eu observasse que muitas daquelas pessoas que eu havia conhecido também lidam com a questão do HIV/Aids.

Todas as reuniões possuem atas, com a data da reunião e assinaturas dos presentes. Este foi o segundo sinal que tive do senso de organização do grupo. O primeiro, com certeza foi a entrevista de triagem/boas-vindas/apresentação do GPV-Rio. A sala em que as reuniões ocorrem é ampla, suas paredes possuem pôsteres informativos sobre o TransRevolução e a inauguração do GPV-Rio. Os horários de começo e término são respeitados e ao final, sempre organizam no fundo da sala uma mesa bem arrumada com café e biscoitos. É um ambiente agradável, e apesar de estar localizado na região central da cidade, não se ouvem ruídos externos e a sala possui ar-condicionado, oferecendo conforto nos dias mais quentes.

Ao final das reuniões, o grupo geralmente se reunia para tirar fotos, com os celulares dos próprios participantes. Algumas fotos também eram tiradas durante as reuniões, por algum membro do GPV-Rio. Estes registros eram prontamente colocados nas redes sociais, e este momento final das reuniões sempre me remetiam a uma confraternização, daquelas que as pessoas combinam previamente e com algum motivo para comemorar, mas ali elas estavam

celebrando o fato de estarem mais uma vez, reunidas. Apesar da organização, o grupo possui uma atmosfera de espontaneidade (não que um anule o outro). As relações extrapolam aquela sala, o encontro mensal, e vão se estendendo por espaços virtuais, outros eventos e territórios...

Nas reuniões em que estive, ninguém se identificou como intersexual. Na maior parte dos eventos acadêmicos ou não-acadêmicos em que estive presente, apenas uma pessoa quis dar seu testemunho publicamente e se identificar como intersexual<sup>22</sup>. Há um certo desconhecimento sobre a intersexualidade e mesmo em trabalhos acadêmicos que abordam o tema do trânsito entre gêneros, esta, em geral não é contemplada nas pesquisas. Pode-se ilustrar:

Para muitos e muitas elas nem sequer são reais. Nem sequer existem. Suas vidas parecem transcorrer pra lá da diferença sexual, pra lá do gênero, em um lugar nebuloso [...]. (Fragmento do texto político “As Inominadas” veiculado pela Área Trans e Intersex da Internacional Gay and Lesbian Human Rights Commission, que circulou em 8 de março de 2006. Traduzido do espanhol por Aline de Freitas). (MACHADO, 2006, p. 15)

Segundo Paula Sandrine Machado (2006), pesquisadora do tema, inúmeros trabalhos que se debruçam sobre as narrativas das pessoas intersexuais e seus familiares, demonstram o quanto estas narrativas apontam para histórias de segredos, de vergonha, não-ditos e mal entendidos (e até mesmo *não entendidos*).

A intersexualidade tem em comum com a transexualidade e travestilidade o fato de serem campos hegemônicos da medicina, fato que dificulta e elimina outras possibilidades de compreender tais fenômenos, como outras éticas, estéticas e eróticas que estão presentes nestas vivências (MACHADO, 2014). A patologização, os segredos e a vergonha que cercam a intersexualidade contribuem para que pessoas intersex permaneçam invisíveis.

As cirurgias “corretivas” a que são submetidos, assim como as hormonais, são uma tentativa de inscrição no modelo binário de sexo e gênero, o que pode ocorrer logo após o nascimento da criança. Muitas das pessoas que passam por esta experiência, pressentem que a notícia de seus nascimentos não foi bem vinda. Algumas descobrem sua história espiando registros médicos sem o conhecimento dos profissionais, outras só podem contar com a própria memória para remontarem seu passado (MACHADO, 2006).

Em seu ensaio, publicado no livro *Antropologia e Direitos Humanos 4*, Machado (2006) apresenta os resultados e reflexões acerca de sua investigação no Hospital do Rio Grande do Sul, um hospital-escola. Seus sujeitos foram: familiares de crianças diagnosticadas como intersexuais, jovens que já haviam sido submetidos a alguma cirurgia “corretiva” e/ou tratamento hormonal e os profissionais da saúde envolvidos. A pesquisadora revela que nenhum dos jovens e familiares possuíam qualquer envolvimento com o ativismo e nem mesmo se reconheciam (ou aos seus filhos) como intersexuais.

Apesar do ativismo político intersex ter como base o mesmo objetivo do ativismo trans: a despatologização de seus corpos e vivências, e também reivindicarem a diferença como uma possibilidade, outro modo de existir, apontando para o grupo dominante como a

22 ANISTIA INTERNACIONAL. 2014. Rio de Janeiro. **Dia Internacional contra a homofobia e transfobia.** Fala espontânea de Roberta, durante uma das palestras que participava como ouvinte. Apresentou-se como intersexual, contando que foi designada assim ao nascer, sendo submetida a procedimentos médicos para ser criada e identificada socialmente como menino. Quando jovem-adulta, decide assumir a expressão de gênero feminina. Este trânsito entre gêneros esbarra nas noções de transexualidade e intersexualidade, demonstrando a complexidade do tema e vivências.

norma, mas não a única forma de ser, estes constituem distintos movimentos no que diz respeito a grupos organizados. Mesmo que algumas pessoas intersexuais também se identifiquem como trans, pessoas intersex possuem demandas específicas, para além das que compartilham com indivíduos trans. Por este motivo, alguns ativistas intersexuais preferem que a intersexualidade fique de fora do guarda-chuva trans<sup>23</sup>, conceito que abrange a multiplicidade de expressões de gênero e muitas formas de se auto-identificar.

Esta escolha/estratégia pode ser vista no endereço eletrônico do grupo *Intersex Initiative*, onde respondem especificamente à questão “*Is intersex part of “transgender” community?*”. Esta organização não-governamental foi fundada por Koyama (2008), já citada anteriormente, por militar também por causas trans. Talvez estas características da rede de apoio e movimentos sociais norte-americanos possam existir também no contexto do Rio de Janeiro e demais localidades do Brasil, explicando, deste modo, a ausência de pessoas intersexuais nas reuniões do TransRevolução.

As reuniões constituíram um pequeno espaço de tempo, e meu contato com as pessoas não se deu estritamente neste momento. O tempo de espera até que uma reunião iniciasse, no caminho até o ponto de ônibus, por exemplo, pude conhecer melhor alguns dos participantes, entre eles, Vanessa e Sofia. Como Vanessa mora em um município localizado à 50 quilômetros do Rio, nas duas vezes em que participou das reuniões, nos encontramos antes. Nos encontrávamos no centro da cidade, em uma parada de ônibus que funciona até determinado horário da noite. Vanessa e eu parávamos em uma lanchonete *fast food* para que ela comprasse algo, e dali íamos direto para a sede do GPV-Rio.

Na volta, tínhamos que nos apressar, pois seu último ônibus saía as nove da noite, no terminal da Central do Brasil. Este local é conhecido pelo comércio informal, roubos, uso de drogas e prostituição. Andamos boa parte do trajeto e Vanessa chegou a usar o banheiro feminino da estação de trem, que é pago e tem a entrada autorizada por uma funcionária. Aliás, em todas as vezes que fomos ao banheiro juntas, não presenciei nenhuma situação de proibição ou preconceito, mas ao andar na rua lateral ao terminal rodoviário, ouvimos alguns comentários, que tentei ignorar, para que Vanessa não se sentisse ainda mais insegura. Segurei na mão de Vanessa e assim fomos caminhando.

Uma situação estranha se deu quando ainda estávamos na Avenida Presidente Vargas e anoitecia. Um homem branco e vestido com um terno preto aparentava nos seguir, enquanto falava ao celular. Não havia percebido até Vanessa, muito nervosa, me avisar. Nestas situações não há muito o que fazer, a não ser ficar alerta e apertar o passo. A medida em que anoitece e vai ficando mais tarde, o centro da cidade, região predominantemente comercial, fica deserta e mal iluminada. Assim como eu, Vanessa já havia passado por situações de violência na cidade, e ela, por ser do interior, não se sentia à vontade circulando por aqui. Este foi um dos fatores que me desmotivou a continuar frequentando as reuniões, e talvez à Vanessa também.

Na reunião em que fui sozinha, Sofia e eu conversamos nos minutos que a antecederam e, voluntariamente, ela me acompanhou até meu ponto de ônibus quando a reunião chegou ao fim. Sofia estava no começo da transição, sendo um pouco mais velha que eu. Branca, magra, de olhos azuis, cabelo curto e liso, quando nos conhecemos, estava vestida “como mulher”, inclusive maquiada. Nesta primeira situação, eu e Vanessa saíamos do elevador e, para minha surpresa, víamos Sofia e sua namorada se beijando. Sofia, pelo que percebi, ainda não fazia uso de terapia hormonal e sua barba e voz eram aparentes. Nesta reunião, sua mãe foi convidada a participar, assim como a namorada, que não ficou até o final.

A mãe de Sofia não entendia muito bem o que estava acontecendo com seu filho/filha,

---

23 Chamado de Transgender umbrella, ou guarda-chuva Trans\* no Brasil, já que o termo transgênero aqui não é muito utilizado.



e contava como ele/ela ainda se vestia “cada dia de uma coisa”, e achava que isto confundia as pessoas ao redor, como vizinhos e porteiros do prédio onde moravam. Sofia demonstrava um certo incômodo com a presença da mãe e com algumas de suas falas. Chegamos a conversar, todas juntas, quando a reunião terminou, na porta do prédio comercial.

Sofia foi a pessoa do grupo com quem mais conversei, e descobri que ela participava há pouquíssimo tempo, tinha ido a uma reunião a mais que eu, e que havia conhecido sua namorada na internet. Quando se conheceram, já havia começado a transição, logo, as duas conversavam sobre isso. A namorada era mais nova e o relacionamento também era recente. Em uma outra reunião, encontrei Sofia vestida “como homem”, sem maquiagem, de calça jeans, blusa de manga e tênis. Me disse que nem sempre tinha dinheiro pra comprar lâmina e fazer a barba e me contou que trabalhava com compra e venda de livros, o que entendi ser um emprego informal. Foi neste dia que Sofia, vestida de “ele”, me acompanhou até meu ônibus chegar, e não fomos alvo de olhares, perseguições ou comentários, como acontecia quando estava com Vanessa.

Vanessa comentou, quando estávamos sozinhas, que era difícil, até para ela, tratar Sofia sempre no feminino – embora Vanessa nem tenha visto Sofia vestida “como homem”, pois neste mês não pôde vir ao Rio para participar da reunião. Esta situação nos mostrou o quanto é difícil lidar com a ideia cristalizada que temos dos gêneros, por mais que se estude ou vivencie seus trânsitos e experimentações. Eu, como pesquisadora e Vanessa, como trans, ainda nos pegávamos escorregando na forma de tratamento enquanto conversávamos com Sofia, e nos sentíamos mal por isto.

A rua pode apresentar ao cartógrafo elementos que a própria ida à campo não evidencia, ou apresenta de outro modo. Ela se torna cenário de eventos que estão fora de controle e mediação, e que vão acontecendo sucessivamente, sugerindo uma elaboração posterior. Na presente pesquisa, a rua foi parte fundamental do processo de conhecer mais de algumas pessoas trans e também de enxergar e sentir como é, para elas, habitar a cidade, percorrer e estar em diferentes espaços, receber os olhares, comentários e lidar com os sentimentos por estes suscitados.

A rua foi importante não só durante a pesquisa como foi quem despertou o interesse para o tema, muitos anos antes, ao ver uma mulher trans ou travesti andando durante o dia, apressada e sem olhar para os lados em uma calçada movimentada, ser abordada por um vendedor de rua que lhe falou algo rindo. Não ouvi o que foi, mas como mulher, fiquei extremamente incomodada com o assédio. No ano de 2010 estagiei em uma delegacia e pude notar o tratamento, ou o não tratamento que os policiais deram à uma senhora trans ou travesti que buscava ajuda por ser vítima de preconceito e situações de coerção no bairro onde morava, pois também era portadora do HIV.

Durante o período do mestrado, percebi também um certo tom de escárnio sempre que falava do meu tema de pesquisa com os próprios colegas de pós-graduação, em sua maioria, também psicólogos. Além disto, sempre há um questionamento de qual seria o *real* motivo do meu interesse pelo tema, o que pude notar ser um fato em comum com outras colegas que também estudam questões relacionadas à sexualidade e gênero.

Quando se investiga estes temas, há uma tendência de terceiros, de procurar a motivação do interesse *no* próprio pesquisador, como se ele pudesse carregar uma experiência ou vivência que justifique, ou pior, uma curiosidade a ser aplacada, ou questão a ser resolvida, que seriam muito diferentes do que outras pessoas poderiam ter, pesquisando outros temas e até mesmo fora do ambiente acadêmico.

Raramente vi (na realidade, não me recordo de ter visto) um colega inquirir outro sobre pesquisar velhice, doença mental e até mesmo questões relacionadas à religião. Neste

sentido, não me senti impelida a desenvolver neste texto uma análise de implicação mais densa, proposta para aqueles que adotam a cartografia como metodologia.

A implicação é menos a vontade consciente do indivíduo ou a intenção, estando relacionada ao inconsciente institucional e as forças inconscientes que se atravessam, constituindo valores, crenças, interesses, expectativas, compromissos, desejos, e dizendo respeito também as condições materiais da pesquisa, como recursos fornecidos e etc. A análise das implicações é então a quebra destas formas instituídas, naturalizadas (PASSOS, BARROS, 2010). No contexto da pesquisa, a pesquisadora ou pesquisador deve estar atento e fazer as análises de suas próprias implicações no campo.

Como a cartografia acredita na inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir, toda pesquisa é intervenção. A intervenção, por sua vez, sempre se dá por um mergulho na experiência, que agencia sujeito e objeto, teoria e prática em um mesmo plano de produção – o próprio plano da experiência. Como metodologia, a cartografia propõe-se a acompanhar este processo. Deve-se então considerar objeto, sujeito e conhecimento como efeitos coemergentes no pesquisar.

René Lourau, fundador da Análise Institucional – uma das modalidades mais difundidas do movimento Institucionalista no Brasil –, movimento francês de meados da década de 70, que enfatiza a dimensão política da pesquisa, é quem define a implicação e a necessidade da análise. As diversas correntes do movimento têm em comum a tentativa de propiciar, apoiar e deflagrar nas comunidades, coletivos e conjuntos de pessoas, processos de autoanálise e autogestão (BAREMBLITT, 2002).

O movimento Institucionalista coloca em questão os ideais de objetividade, neutralidade, imparcialidade do conhecimento, justamente porque o conhecimento é produzido em um campo de implicações cruzadas. Neste sentido, a intervenção indica o trabalho de análise das implicações coletivas, que são sempre locais e concretas (PASSOS, BARROS, 2010).

Pode-se então afirmar que não há neutralidade no conhecimento, e toda pesquisa intervém sobre a realidade, mais do que a representa ou constata seus objetos. Neste processo de produção de conhecimento, deve-se colocar em análise os atravessamentos que compõem o campo – a estas forças atravessadoras nomeia-se implicações. O pesquisador, assumindo o papel de observador, está implicado no campo de observação, e isto já é suficiente para intervir no campo e por consequência, modificar o objeto (PASSOS, BARROS, 2010).

A própria escolha de abordar um tema por um certo viés e não por outro, será influenciada pelas implicações de quem pesquisa. Em nenhum momento pretendi ir à campo para apreender algo que me serviria como prova de uma verdade última sobre o trânsito entre gêneros, ou simplesmente mapear instituições pela cidade. Deste modo, as reuniões transrevolucionárias (termo que inventei para me referir aos encontros), assim como as tentativas de entrevistas, foram me guiando para novas reflexões e modos de ver aqueles indivíduos, permitindo-me acompanhar seus processos de produção de si.

A auto-análise e autogestão, conceitos compartilhados por diferentes escolas do movimento Institucionalista, pretendem que as comunidades e grupos, como protagonistas de seus problemas, necessidades, interesses, desejos, e demandas possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um pensamento e vocabulário próprio, que lhes permita saber a cerca de suas vidas. Para estas perspectivas, não trata-se de alguém vindo de fora ou hierarquicamente de cima, para dizer aos indivíduos da comunidade quem são, o que podem, o que sabem, o que podem fazer e pedir. Ambos os processos, autogestão e auto-análise são simultâneos, e possibilitam que a comunidade articule-se, se institucionalize e se organize para construir os dispositivos necessários para, produzir ela mesma, o que precisa para a manutenção e

melhoria de sua vida (BAREMBLITT, 2002).

O especialista, que também é chamado de *expert*, pode realizar a auto-análise junto com a comunidade, e não somente em espaços acadêmicos e em laboratórios. Para isto, deve entrar em contato com coletivos que estão se auto-analisando e auto-gerindo, fazendo então uma crítica aos postos, posições e hierarquias que ocupam dentro de aparelhos acadêmicos ou jurídico-políticos do Estado. Assim, o especialista deve reformular sua condição profissional, o saber específico que produz e reproduz, tarefa que só será realizada quando entrar em contato com a comunidade estabelecendo uma relação de horizontalidade (BAREMBLITT, 2002).

Estes processos permitem que tanto especialista, quanto comunidade organizem-se, para que saber, capacidade e potência produtiva estejam integrados ao movimento de auto-análise e autogestão. Assim, poderão reformular seus saberes, aprendendo e ensinando em uma situação inédita e de reinvenção. Não pode haver organização sem saber e saber sem organização, e o saber do especialista deve se aproximar dos interesses do coletivo, em uma produção compartilhada do saber. Creio ter conseguido, através da inserção no TransRevolução e constante presença em eventos acadêmicos e não-acadêmicos, atingir este objetivo, repensando a todo momento meu lugar de *expert* (BAREMBLITT, 2002).

O Grupo TransRevolução, pode então, ser compreendido como uma rede de apoio virtual, formal e informal. Virtual pois possui espaços *online*, como o *blog* e o grupo no *Facebook*; formal pois possui toda uma organização que permite a frequência das reuniões, registros como as atas já citadas e por fim, informal, pois os participantes acabam se relacionando em outros espaços que não as reuniões. Desta forma, a rede de apoio constitui-se como espaço de multiplicidade, tanto em relação as pessoas que acolhe, quanto nas diferentes formas que assume. O espaço que pode ser pensado primeiramente como apenas de acolhimento, é na verdade território da diferença, criação, onde as pessoas passam de “acolhidas” e usuárias de alguns serviços para protagonistas da própria história, bem da luta por criação e garantia de direitos. Assim, se fazem visíveis.

## 6.5.2 A noção do cuidado de si e o corpo como potência

A noção de rede de apoio e seus múltiplos espaços e territórios, sendo estes existenciais, físicos, e *online* podem ser relacionados a um conceito e práticas que remontam a antiguidade. A Grécia Clássica formulou pela primeira vez o projeto de uma estética da existência. Mas o que pode-se entender por Grécia Clássica? A Grécia Clássica ou Antiga é um termo utilizado para tratar e descrever o mundo grego e áreas próximas, como Chipre, Anatólia, sul de países como França e Itália, a costa do mar Egeu e os assentamentos gregos em diversos lugares, como o Egito. Refere-se como Grécia Antiga os períodos entre 1100 a. C. até a dominação romana, em 146 a. C. Os antigos gregos autodenominavam-se helenos, sendo Grécia e gregos palavras latinas, utilizadas pelos romanos para designar este povo. A cultura grega clássica, principalmente a filosofia, influenciaram fortemente o Império Romano, que espalhou versões de sua cultura para locais como Europa e regiões do Mediterrâneo. É devido a este fato que a cultura grega é considerada a origem da cultura ocidental moderna (GIORDANI, 2000).

Foucault (2006) tenta traduzir, através do termo *epiméleia heautoû*, uma noção bastante complexa e rica e que perdurou em toda cultura grega. Esta noção é a de cuidado de si mesmo, e o autor escolheu tratar dela por achar que esta foi excluída da historiografia da

filosofia. Seu objetivo era o de desconstruir a fórmula fundadora da noção entre sujeito e verdade, na história do pensamento ocidental. O cuidado de si não cessou de constituir um princípio fundamental para caracterizar a atitude filosófica ao longo de quase toda a cultura grega, helenística e romana. Ao mesmo tempo que ilumina a noção de cuidado de si mesmo, mostrando sua relevância, o autor expõe a máxima “conhece-te a ti mesmo”, eleita e enfatizada pelos pesquisadores até então.

O princípio do cuidado de si adquiriu um alcance bastante geral, sendo um imperativo que circulava entre diferentes doutrinas. Tomou forma de uma atitude, modo de se comportar, impregnou formas de viver, desenvolveu-se em procedimentos, práticas e receitas, constituindo assim uma prática social, proporcionando um certo modo de conhecimento e elaboração do saber.

Este tema foi consagrado por Sócrates e retomado pela filosofia que se seguiu, situando-se no cerne dessa “arte da existência” que ele pretendeu-se. Mas, progressivamente, o cuidado de si desliga-se de suas origens e significações filosóficas, adquirindo as dimensões e as formas de uma verdadeira cultura de si (FOUCAULT, 2014a). O ocupar-se de si era o que Sócrates incitava nos atenienses, acreditando ser esta uma atividade confiada a ele pelos deuses, ou seja, o cuidado de si era da vontade dos deuses. Sócrates assumiu uma posição de mestre, situando-se em um paradoxo: ao mesmo tempo em que incitava o cuidado de si nos outros, negligenciou grande parte de sua vida na cidade, como um ateniense comum, para exercer esta atividade. Para Epicteto, o cuidado de si era um privilégio, dom-obrigação, nos assegura a liberdade, entretanto, obriga o indivíduo a tomar a si próprio como objeto. Diferente do que poderia-se pensar, as recomendações dos filósofos sobre o cuidado de si não eram reservadas a homens que quisessem seguir seu estilo de vida, sendo um princípio válido a todos (FOUCAULT, 2014a).

Para os gregos clássicos, o cuidado de si exigia tempo, implicava um labor por parte do indivíduo. O tempo disposto não era vazio, ocioso, mas povoado de exercícios, tarefas práticas e atividades diversas, como o cuidado de si com o corpo, a saúde, os exercícios físicos sem excesso e a satisfação das necessidades. O cuidado com o corpo não excluía o trabalho intelectual, que dizia respeito as leituras, anotações destas e também dos diálogos com os outros, afim de posterior reflexão, assim como a meditação.

Em torno dos cuidados de si, a atividade da palavra e da escrita desenvolveu-se, se estabelecendo e desenvolvendo um trabalho de si para consigo e a comunicação com o outro. Logo, o cuidado de si não é um exercício solitário, onde o estabelecimento de vínculos e o outro têm papel fundamental. Um exemplo disto é Galeno, que em seu texto sobre a cura das paixões, aconselha quem quiser ter cuidado consigo a procurar ajuda de um outro – não um técnico conhecido por sua competência e saber, mas um homem de boa reputação, tendo a franqueza como virtude. Desta forma, o cuidado de si, ou o cuidado que se tem com o cuidado do outro intensificam as relações sociais (FOUCAULT, 2014a).

E é na prática de si que o sujeito constitui-se a si próprio, sendo entendido não como um indivíduo imperfeito, ignorante e que precisa ser corrigido, formado e instruído, mas como alguém que sofre de certos males e deve deles cuidar, seja por si mesmo ou com auxílio de alguém com competência para tal. Havia então, entre mestre e cidadãos comuns, um exercício, uma troca, onde, ao procurar o mestre para dialogar, o mestre podia cuidar de si próprio atualizando os valores e práticas que incitava nos outros. Tais conversas também podiam ocorrer com algum confidente, com amigos ou o próprio guia, servia de meio para expor estados da própria alma, pedir conselhos, o que favorecia não somente quem pedia, mas também quem auxiliava, pois tratava-se de um exercício de revalidar seus próprios valores (FOUCAULT, 2014a).

O cuidado de si possui um princípio de agitação, de movimento e permanente inquietude no curso da existência. Era somente cuidado de si que se poderia conhecer a si mesmo, e esta noção chegou até o limiar do cristianismo, podendo ser encontrada em diversos textos cristãos, onde o cuidado de si toma forma de celibato. Assim, a noção de cuidado de si ampliou-se, multiplicaram-se suas significações e estas se deslocaram.

Foucault, ao questionar diretamente a construção de sujeito e verdade, afirma:

Parece-me que a aposta, o desafio que toda história do pensamento deve suscitar, está precisamente em apreender o momento em que um fenômeno cultural, de dimensão determinada, pode efetivamente constituir, na história do pensamento, um momento decisivo no qual se acha comprometido até mesmo nosso modo de ser de sujeito moderno (FOUCAULT, 2006, p. 13).

A *epiméleia heautoû* constituiu então uma atitude, para consigo, para com os outros e com o mundo, caracterizando-se também como uma forma de atenção, uma forma de olhar, que se conduz do exterior para si. Finalmente, ela designa ações, que são exercidas de si para consigo, ações através das quais nos “assumimos, nos modificamos [...], nos transformamos e nos transfiguramos” (FOUCAULT, 2006, p. 15). Com esta noção grega, tem-se um *corpus* definindo uma maneira de ser, uma atitude, forma de reflexão, práticas que constituem uma espécie de fenômeno extremamente importante, não somente na história das representações ou das teorias, mas na própria história da subjetividade, ou melhor, na história das práticas de subjetividade. Do exercício filosófico ao asceticismo cristão, mil anos se passaram e o cuidado de si foi um dos possíveis fios condutores (FOUCAULT, 2006).

As crenças do cuidado de si foram aclimatadas, transpostas para os nossos dias, para o interior de um contexto que é o de uma ética geral do não-egoísmo, sob a forma cristã de uma obrigação de renunciar a si ou sob a forma de uma obrigação para com os outros (FOUCAULT, 2006). Para o autor, uma das causas do “esquecimento”, ou do apagamento da noção de cuidado de si, é o que ele chama de “momento cartesiano” (FOUCAULT, 2006, p. 18), que requalificou filosoficamente o “conhece-te a ti mesmo” e desqualificou o cuidado de si. Originalmente, o preceito “conhece-te a ti mesmo” fazia parte de uma visão geral da noção de cuidado de si, dizendo respeito a ocupação consigo, seria uma das consequências ou forma concreta assumida pelo cuidado sobre si mesmo.

O conhecer estava estreitamente relacionado a espiritualidade grega, sendo parte das práticas do cuidado de si. E ela postulava que a verdade jamais seria dada ao sujeito por um ato de conhecimento, ou seja, o sujeito não possuía tal capacidade de acesso à verdade. A espiritualidade grega previa a necessidade do sujeito se modificar, se transformar, deslocar, em certa medida, que se torne outro, para que assim tivesse acesso à verdade.

O cuidado de si tratava tanto da alma quanto do corpo e Foucault (2014a) afirma que não se encontrará nos filósofos gregos uma legislação coercitiva e geral dos comportamentos sexuais, logo, não previam medidas que coagissem os indivíduos e nem mesmo castigos. O que chama atenção nos textos dos primeiros séculos, mais do que novas interdições, é a insistência sobre a atenção que convém ter para consigo mesmo.

A cuidado com o corpo e a alma, assim como o respeito a si mesmo, dizia respeito ao próprio ser racional, que deveria suportar a privação dos prazeres e sua limitação ao casamento e a procriação. Pode-se dizer que a ênfase estava no cuidado de si para consigo, onde o sujeito constitui-se enquanto sujeito de seus atos, e não em uma intensificação das proibições.

Em suas origens, o cuidado de si teve ligação estreita com o pensamento e a prática médica, correlação antiga que cada vez mais foi ampliando-se. Disse Plutarco, no início dos *Preceitos de saúde* que filosofia e medicina lidam, ambas, com “um único e mesmo campo” (FOUCAULT, 2014a, p. 70). A afirmação diz respeito ao elemento comum as duas disciplinas: o conceito de *páthos*, que se aplica tanto a paixão como a doença física. Corpo e alma poderiam se influenciar mutuamente, e *páthos* dizia respeito tanto à perturbação do corpo quanto da alma. Nos dois casos, há um estado de passividade – para o corpo, toma forma de afecção, perturbando o equilíbrio de seus humores e qualidades, para a alma, toma forma de um movimento capaz de arrebatá-la. A partir deste conceito em comum, foi possível construir uma grade de análise que reuniu males do corpo e da alma (FOUCAULT, 2014a).

Na cultura de si, o aumento do cuidado médico foi determinando uma forma particular e intensa de atenção com o corpo. Atenção que precisa ser diferenciada da valorização do vigor físico, em uma época em que a ginástica, o treinamento esportivo e militar faziam parte da formação de um homem livre. Mas esta mesma cultura também abrigou uma moral em que a morte, a doença ou sofrimento físico não constituem males em si, mas sinal de uma necessidade de maior atenção à alma (FOUCAULT, 2014a).

Sobre qualquer relação que se possa estabelecer entre cuidado de si e o individualismo, é preciso estar atento e distinguir três itens: a atitude individualista, caracterizada pelo valor absoluto que se atribui ao indivíduo em sua singularidade e pelo grau de independência que lhe é atribuído, em relação ao grupo que pertence ou as instituições de que depende; a valorização da vida privada, ou seja, a importância reconhecida das relações familiares, das formas de atividades domésticas e ao campo de interesses patrimoniais; a intensidade das relações consigo, ou seja, das formas nas quais se é chamado a tomar-se a si como objeto de conhecimento e campo de ação e transformação, correção, purificação e busca pela salvação (FOUCAULT, 2014a).

Apesar de distintos, estas atitudes podem estar, por vezes, relacionadas, deste modo: “pode ocorrer de o individualismo exigir a intensificação dos valores da vida privada; ou ainda que a importância atribuída às relações consigo seja associada à exaltação da singularidade individual. Mas esses vínculos não são constantes nem necessários” (FOUCAULT, 2014a, p. 55). Por exemplo, nas burguesias dos países ocidentais no século XIX, o individualismo era fraco e as relações de si para consigo não eram desenvolvidas, ainda que a vida privada fosse dotada de grande valor, tendo sido cuidadosamente protegida e organizada, havendo um centro de referências das condutas.

Há também sociedades ou grupos nos quais as relações consigo é intensificada e desenvolvida, sem que por isso os valores do individualismo ou da vida privada encontrem-se reforçados. A cultura de si caracteriza-se pelo fato de que a arte da existência está sob um princípio de que é preciso “ter cuidado consigo”, e este princípio do cuidado fundamenta sua necessidade, comanda seu desenvolvimento e organiza sua prática (FOUCAULT, 2014a).

O momento cartesiano, descrito por Foucault (2006), estabelece que a verdade não é obetida sem condições, mas estas já não estão relacionadas a espiritualidade – há condições internas do ato de conhecimento e regras a serem seguidas, para que se possa ter acesso a verdade, ou seja, existem condições formais, objetivas, regras formais do método. Contudo, agora é o conhecimento quem guarda as condições de acesso a verdade pelo sujeito, ou seja, o sujeito deixa de ser o centro do exercício de conhecer.

Há também algumas condições extrínsecas ao conhecimento, como quando, por exemplo, sujeito é considerado louco, e conseqüentemente inábil para conhecer. Além disto, há condições culturais: para ter acesso a verdade, é preciso ter estudado, ter uma formação, inscrever-se em algum consenso científico. E as condições morais: é preciso esforçar-se, não

enganar seus pares, é preciso que os interesses financeiros, de carreira ou status ajustem-se de modo inteiramente aceitável às normas da pesquisa desinteressada. Nesta perspectiva que surge e ganha força após o “momento cartesiano”, a verdade não é capaz de salvar o sujeito.

A elaboração de si, como forma de conhecer e alcançar a verdade, através do movimento, da transformação de si mesmo, dialoga tanto com as pistas cartográficas quanto com o posicionamento desta pesquisa e de outras pesquisadoras e pesquisadores que acreditam que as pessoas que transitam entre gêneros não precisam de tutela para modificarem seus corpos e seus modos de viver, e que estes vão se conhecendo a medida em que vão modificando seus corpos, seus modos de entender o mundo e a própria experiência enquanto experimentação, já que todos nós performamos gênero.

Mesmo que o indivíduo tenha decidido que sua redesignação está terminada, fazendo apenas a manutenção de hormônios, por exemplo, ele nunca estará completo, pois é no movimento de transformação que ele entra em contato com a sua verdade, ou seja, ele não tem o status de sujeito apenas por possuir uma racionalidade e ter acesso à sua consciência. Os que vão contra a performatividade de gênero dominante também vão contra a noção de sujeito, consciência e verdade vigentes na nossa sociedade, ainda que tutelados em todas as suas decisões que dizem respeito a redesignação.

Pode-se pensar a ética como uma tentativa de pensar a produção da subjetividade a partir do cuidado de si. As práticas de si visam garantir uma subjetividade formada por atividades criadoras de si. Esta ética tem como objetivo, construir uma existência livre e prazerosa: uma existência estética. Para Foucault, quando se fala do sujeito, não se trata de uma categoria ontologicamente invariável, e sim de modos de agir plurais e modificáveis. Neste sentido, o cuidado de si pode indicar a possibilidade de resistência e enfrentamento frente aos modos de sujeição. As rotas de fuga permitem enxergar o sujeito de outro modo, a partir de sua interação com o mundo, vendo no indivíduo a existência de um corpo transformacional que se opõe ao corpo capturado pelo biopoder (HAETINGER, GUTERRES, RUIZ, 2010).

Já sabendo da importância que a cultura de si obteve na cultura grega e romana, importância e sobretudo, autonomia muito maiores do que tiveram nos momentos históricos que vieram a seguir, quando foram, até certo ponto, investidas pelas instituições religiosas, pedagógicas, ou do tipo médico e psiquiátrico (FOUCAULT, 2004).

O cuidado de si, no mundo grego-romano, constituiu o modo através do qual a liberdade individual ou a liberdade cívica, até certo ponto, foi pensada como ética. Para os gregos, a liberdade individual era algo muito importante – não ser escravo, de uma outra cidade, dos que governavam, das próprias paixões – , constituindo um tema absolutamente fundamental nos oito grandes séculos da cultura antiga. Não que a ética fosse o cuidado de si, mas que, na Antiguidade, a ética como prática racional de liberdade girou em torno do imperativo “cuida-te a ti mesmo” e se cuidar envolve também conhecer, então, a ética pode ser considerada a prática refletida da liberdade. Não ser escravo de si e de suas paixões demandava uma certa relação de controle, domínio de si, chamado *arché*: poder, comando. (FOUCAULT, 2004).

Cuidar de si implica conhecer a si mesmo, mas também um outro conhecimento, o de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições. E cuidar de si é se munir destas verdades: neste caso, a ética se liga ao jogo da verdade. Entende-se por jogo da verdade o conjunto de regras de produção da verdade. O *êthos*, dizia respeito a maneira de ser do sujeito, de se conduzir, e que era visível para os outros, traduzindo-se através dos hábitos da pessoa. (FOUCAULT, 2004).

O *êthos* da liberdade também é uma forma de cuidar do outro e aqui, pode-se, sem

esforço, articular a noção de rede de apoio ao *êthos* da liberdade. Na dinâmica do grupo que compõe determinada rede de apoio – no caso desta pesquisa, o TransRevolução – o “eu” e o “outro” não constituem uma dicotomia. As relações que ali se estabelecem, extrapolam o território físico e só se dão através do encontro, do “eu” *com* o “outro” e das trocas que passam a acontecer.

Mesmo que não haja a figura do mestre – do filósofo que, por função, dissemina a vontade dos deuses – há a presença das figuras trans e travestis que possuem maior visibilidade do ativismo, as mulheres e homens trans acadêmicos que assumem uma postura crítica, as pessoas mais velhas, que por passarem por diferentes gerações podem ensinar através de suas vivências. E apesar disto, não percebi uma relação de hierarquia entre os participantes, como comumente se pode esperar de um grupo como este. Desde as informações práticas, como as jurídicas, até um pedido de ajuda como este: “eu sei que você não quer contar a sua história, mas seria muito importante pra mim”, o cuidar de si, conhecer a si mesmo, conhecer e cuidar do outro são imanentes, e estão sempre presentes. O transformar para se conhecer, princípio grego, está impregnado e é vivido intensamente por estas pessoas que, muito possivelmente, nem saber que exercem a noção de cuidado de si mesmo.

Cuidar de si, cuidar do outro, transformar-se para conhecer a si mesmo, para estes sujeitos, é uma questão de sobrevivência, e, mais que isso, de busca pelo desejo. A produção de si, o constante deslocamento, a reflexão sobre vivências próprias, do grupo e sobre a própria sociedade são movimentos existenciais que esses indivíduos exercitam na maior parte do tempo, colocando em prática, na vida cotidiana, conceitos acadêmicos que para muitos dos próprios pesquisadores, são subjetivos demais, nebulosos, de difícil compreensão e por isto, muitas vezes, preteridos em suas escolhas metodológicas.

Foucault (2004) elucida que a vertente da filosofia crítica é justamente o que questiona todos os fenômenos de dominação, em qualquer nível ou forma que tome, seja política, econômica, sexual, etc. Creio que esta função da filosofia, nos nossos tempos, deva ser incorporada por outros saberes e modos de fazer, para que se possa não só questionar fenômenos de dominação como também exigir e garantir direitos, cidadania e visibilidade de determinados grupos sociais.

Esta retomada da noção de cuidado de si e de suas práticas, não enriquece apenas a historiografia da filosofia como um campo, mas também permite que se possa olhar para o trânsito de gêneros e a rede de apoio a partir de uma nova e inusitada perspectiva. O constante movimento dos indivíduos e do grupo, o *vir-a-ser*, a transformação de si como ferramenta para o auto conhecimento e o conhecimento de uma realidade, e assim, poder novamente se transformar e modificar o meio social em que estão localizados, é o próprio movimento da vida, em que ninguém e nada permanecem iguais.

Cuidar de si, e simultaneamente do outro, é justamente a função assumida na rede de apoio, proporcionando agenciamento e bons encontros, onde cada um pode significar sua própria história, existir e resistir. No plano de imanência, em que todos nós nos situamos, quando um corpo encontra outro corpo, uma ideia, as duas relações compõem-se para formar um todo mais potente. Eis o que há de mais prodigioso no corpo: os conjuntos de partes vivas que se compõem, segundo leis complexas (DELEUZE, 2002).

Quando um corpo encontra outro e estes se compõem, quando uma ideia encontra com outra, sentimos alegria – e também podemos sentir tristeza, se um corpo ou uma ideia ameaçam nossa própria coerência. Assim, podemos afirmar os corpos enquanto modos, enquanto relações complexas entre velocidade e lentidão, poder de afetar e se afetado, e não por sua forma, seus órgãos ou funções. É exatamente por afetar e ser afetado que um corpo se



define em sua individualidade (DELEUZE, 2002).

Este poder de ser afetado apresenta-se como potência para agir, quando, segundo Espinosa, se preenche por afecções ativas ou paixões alegres. Desta forma, afirma o filósofo, devemos desvalorizar as paixões tristes, em proveito da alegria, devemos procurar ter mais bons encontros do que maus, encontros que possibilitem a ação, aumentem nosso grau de potência. Aqueles que se esforçam para organizar encontros, na tentativa de se unir ao que convém a sua natureza, aqueles que se compõem com relações combináveis e por meio destas, aumentam suas potências, são os indivíduos que procuram ter bons encontros.

Pode-se dizer que a rede de apoio e as pessoas que nela promovem seus encontros alegres, aumentam suas potências, fazem da própria vida a militância, a resistência, ao negarem-se maus encontros, encontros tristes – estas pessoas não se contentam em apenas sofrer as consequências, mas criam para si e para sociedade um panorama que seja mais satisfatório, mais digno, através, não só de portarias e leis que garantam direitos, mas também da construção de um novo modo de entender questões relacionadas ao gênero e sexualidade.

O corpo-potência também é o ator principal de todas as utopias. Uma das mais velhas utopias que os homens contam para si mesmos é o sonho dos corpos imensos, desmensurados, como Prometeu e Gulliver, a velha utopia dos gigantes, encontrada no coração de tantas lendas pela Europa, Ásia, Oceania e África. O corpo está sempre ligado em todos os lugares do mundo e é em torno dele que as coisas estão dispostas, é em relação a ele que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um atrás, um diante, um próximo e um longínquo. O corpo é o ponto zero do mundo, é nele que os caminhos e os espaços se cruzam. “Meu corpo [...] não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos.” (FOUCAULT, 2013, p. 13).

Os gregos de Homero não tinham uma palavra para designar a unidade do corpo. A palavra grega para falar do corpo só aparece em Homero para designar o cadáver. Foram os cadáveres que ensinaram aos gregos que eles tinham corpos, corpos com formas, espessuras e que ocupavam lugares no mundo (FOUCAULT, 2013).

Mas o corpo se inscreve em um paradoxo, pois ele mesmo também é o contrário de uma utopia. Não se pode deslocar-se sem um corpo, não se pode deixar ele onde está e ir para outro lugar. “Posso até ir ao fim do mundo, posso, de manhã, sob as cobertas, encolher-me, fazer-me tão pequeno quanto possível, posso deixar-me derreter na praia, sob o sol, e ele estará sempre comigo onde eu estiver. Está aqui, irreparavelmente, jamais em outro lugar.” (FOUCAULT, 2013, p. 7).

Da utopia, do lugar que não existe, para os lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los: as *heterotopias*. Estas são *contraespaços*. As crianças conhecem bem estes lugares, as utopias localizadas: o fundo do quintal, o jardim, a cabana erguida com lençóis. Mas os contraespaços não são invenções das crianças, são criações dos adultos, que também inventaram as crianças. A sociedade adulta produziu seus próprios contraespaços, estes lugares reais fora de todos os lugares. Há os asilos, os cemitérios, as colônias de férias, os prostíbulos (FOUCAULT, 2013).

Foucault (2013) revela então seu sonho, o de uma ciência que teria por objeto estes espaços diferentes, estes outros lugares, estas contradições míticas e reais do espaço em que vivemos. Esta ciência estudaria os espaços absolutamente outros, as *hetero-topias*, por isso poderia chamar-se *heterotopologia*. Creio que eu mesma tenha participado de uma heterotopologia, ao pesquisar o contraespaço do TransRevolução e falar das utopias localizadas que são as redes de apoio.

Cada sociedade pode ser reconhecida pelas heterotopias que prefere, através das heterotopias que constituem. Os povos originários, por exemplo, têm lugares privilegiados ou

sagrados e até mesmo os proibidos. Em nossa sociedade, entretanto, estes lugares são reservados aos indivíduos em “crise biológica” (as casas de parto, os colégios para rapazes), mas aos poucos tendem ao desaparecimento. Estas heterotopias de crise, heterotopias biológicas, estão sendo substituídas por heterotopias do desvio.

As heterotopias do desvio são lugares que a sociedade dispõe em suas margens, nas paragens vazias que a rodeiam, lugares reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante relativamente à norma exigida. São as casas de repouso, as prisões, as clínicas psiquiátricas e os lugares não-nomeados, ocupados por aqueles considerados ininteligíveis, os que desorganizam as noções de sexo-gênero (FOUCAULT, 2013). Somos parte de um paradoxo, corpos utópicos, de carne e sangue, em que estamos presos, mas que nos possibilitam criar outros mundos, dentro e fora de nós mesmos – as heterotopias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendo aqui realizar uma conclusão, no sentido de encerrar uma ideia ou proposta. Muito menos dar a pesquisa como terminada, assim como este texto, que condensa a complexa e rica experiência do pesquisar. Estes irão, com certeza, ter desdobramentos, ainda que agora, enquanto escrevo estas linhas, não saiba quais.

A cartografia como metodologia, assim como meu flerte com a etnografia e a história de vida, e a utilização da perspectiva genealógica, permitiram-me conhecer como certos saberes científicos foram forjados, bem como a transexualidade. Permitiram-me tatear um campo, me inserir nele e percorrer caminhos até então por mim desconhecidos. O corpo da cartógrafa, meu corpo, esteve sempre presente, afetando e sendo afetado todo tempo. O corpo que conta aos outros que sou mulher, cis, branca, e que me confere alguns tantos privilégios.

Foi a partir deste corpo que pude estabelecer conexões com outros sujeitos, ter com eles encontros alegres e desterritorializantes. Ele também me permitiu não só pensar a produção de modos singulares de existência, como viver e criar minha própria existência singular. Este corpo foi quem possibilitou produzir a pesquisa, com todas as suas especificidades, seus desvios, embates, angústias e uma enorme felicidade de estar fazendo parte *deste* momento, em que, como mulher e pesquisadora, posso estar na academia ou fora dela, pensando, debatendo e produzindo saberes e práticas, elegendo como temas de interesse as questões LGBT's, de gênero, feministas, sobre privilégios e expor a cisheteronormatividade.

O arcabouço teórico escolhido, como as reflexões suscitadas pelos estudos queer, por autoras feministas e transfeministas, a noção esquizoanalítica de desejo como produção, e principalmente, as autoras ativistas travestis, trans e intersexuais que compartilham suas produções *online*, auxiliaram na reflexão do trânsito entre gêneros e na compreensão de como a transexualidade foi produzida na cultura ocidental moderna. Assim, pôde-se expor a norma e as relações de poder, que possibilitam também modos de resistência e construção de outras realidades.

A intenção primeira desta pesquisa, a de afetar a academia, mostrou-me que apesar do crescente número de pesquisas, publicações, grupos e núcleos de estudos sobre gêneros e sexualidades, tais produções causam grande comoção em pesquisadores que acreditam e afirmam que o que estamos fazendo não passa de “ativismo na academia”, e que “a academia não é lugar disso, é lugar de neutralidade”. Desta forma, nomeio esta experiência acadêmica como pesquisa-denúncia, à medida em que ela expõe o incômodo de certos colegas, tanto com a escolha do tema, quanto com a escolha teórico-metodológica-política.

Apondo, assim, para a necessidade da Psicologia, ciência e profissão, feita por mulheres e homens, em sua maioria cisgêneros, de se desvencilhar do paradigma androcêntrico no qual ainda está situada. Há a necessidade de, além de considerar as relações de poder, em seus manuais e códigos, realizar o recorte de gênero (racial e tantos outros), não só apontando genericamente para os “condicionantes históricos e sociais”. E que quando se faça referência às orientações sexuais, como por exemplo, no *Código de Ética Profissional do Psicólogo*, também sejam mencionadas as identidades de gênero – não para que novas identidades sejam cristalizadas, mas para que travestis e pessoas trans não sejam apagadas, esquecidas.

Precisamos garantir uma Psicologia que não se constitua asséptica, que efetivamente volte-se para os grupos marginalizados. Neste sentido, a epistemologia feminista pode oferecer enormes contribuições, se psicólogas e psicólogos estiverem dispostos ao diálogo. A

Psicologia e a epistemologia feminista podem ser aliadas na criação de um novo projeto de ciência, entendendo esta como uma instituição que legitima, de modo pretensamente neutro, saberes, práticas e subjetividades, embora seja produzida por homens e mulheres, que possuem seus próprios valores e crenças. Neste sentido, esta pesquisa pode também atuar como um dispositivo de análise da própria ciência, auxiliando em sua desconstrução e na legitimação dos discursos localizados, subalternos.

O conceito chave de rede de apoio e as diversas formas que esta pode tomar – formal, informal, virtual – foi determinante para entender como pessoas que vivenciam o trânsito entre gêneros estão se dando suporte. A rede de apoio pode ser um centro de referência, grupo de apoio e cuidado de si e do outro, local para troca de informações, criação de demandas e organização da agenda do ativismo. O que é produzido nestes espaços, de alguma maneira, ganha projeção na sociedade. Ganham forma de Projetos de Lei, portarias, programas governamentais, propagandas de conscientização e etc. A rede de apoio não se limita a ser apenas um local de acolhimento. Em todas as múltiplas e simultâneas formas que esta pode tomar, os encontros e os modos de subjetivação singulares ocorrem e afetam os sujeitos desejantes, que reinventam a si e o mundo ao redor.

O TransRevolução, rede de apoio em que me inseri, pode servir de inspiração para que outros grupos sejam criados, considerando as diferentes realidades existentes no nosso país. Na cidade do Rio de Janeiro, o TransRevolução é referência e deve ter sua importância conhecida e reconhecida. As noções de auto-análise, autogestão e horizontalidade servem de norte, onde a descolonização dos discursos de travestis e trans é a máxima vigente.

Com este trabalho, podemos perceber que as exigências da cisnorma são inatingíveis, até mesmo para pessoas cis. E que as identidades de gênero pertencem à travestis, trans e pessoas cis, já que todos nós somos cooptados de forma compulsória, todos nós parodiamos gêneros e produzimos identidades, sempre inacabadas, pois somos em devir. Apesar do panorama favorável, com a crescente discussão destas temáticas (se seu olhar for otimista), o Brasil ainda é o país que mais mata travestis e pessoas trans no mundo. Caminhemos!

## REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association: **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. 5. ed. Arlington, VA. American Psychiatric Association. 2013.

**American Psychiatric Association**. Disponível em: <<http://www.psychiatry.org/practice/dsm/dsm-history-of-the-manual>>. Acesso em: 23 maio 2015.

Associação Americana de Psiquiatria. **DSM-IV-TR: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed. 2003.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**. Rio de Janeiro. v. 9. n. 1. p. 49-63. 2006.

BAREMBLITT, Gregorio. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari. 2002.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Pista 3: Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina. 2010. p. 52-75.

BARROS, Regina Benevides de. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina. 2007.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond. 2006.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 17. n. 10. p. 2655-2664. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2014.

**Câmara dos Deputados.** Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>>.

Acesso em: 31 out. 2015.

CASSAL, Luan Carpes Barros; GARCIA, Aline Monteiro; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **Psico**. v. 42. n. 4, p. 465-473. 2011.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” 1910-1995. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 21. n 41. p. 77-111. 2001.

Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **CAPES**. Disponível em:

<<http://bancodeteses.capes.gov.br/>> . Acesso em: 07 set. 2014.

CULT. **Dossiê teoria queer: o gênero sexual em discussão**. Ed. Bregantini. n. 193. ano 17. agosto 2014.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: BALBIER, E. DELEUZE, Gilles (Orgs.). **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa. 1990. pp. 155-161.

\_\_\_\_\_. **Espinosa: filosofia prática**. 1. ed. São Paulo: Escuta. 2002.

\_\_\_\_\_. **Foucault**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense. 2005.

**Despatologização das identidades trans e travestis - CFP**. Disponível em:

<<http://despatologizacao.cfp.org.br/>>. Acesso em: 23 maio 2015.

DUARTE, Rosália. **Cinema e educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal. 1999.

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: **Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004. p. 265-287.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2006.

\_\_\_\_\_. **O corpo utópico, As heterotopias**. São Paulo: n-1. 2013.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2014a.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2014b.

GABRIEL, Alice. **Parler Femme**. Disponível em:  
<<http://parlerfemme.wordpress.com/2010/07/13/traducao-a-missao/>>. Acesso em: 18 ago. 2014

GIORDANI, Mario Curtis. **História da Grécia**. Petrópolis: Vozes. 2000.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP. 2000.

**Grupo Pela VIDDA- RJ**. Disponível em: <<http://www.pelavidda.org.br>>. Acesso em: 19 set. 2015.

**Grupo TransRevolução**. Disponível em:<<http://grupotransrevolucao.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes. 1996.

HAETINGER, João Francisco; GUTERRES, Juliana Schneider; RUIZ, Castor Bartolomé. **A ética do cuidado de si como prática de liberdade e exercício da virtude em Michel Foucault**. XI Salão de Iniciação Científica. PUCRS. 2010. p. 1370-1372.  
HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Ethnography: principles in practice**. 3. ed. London: Routledge. 2007.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **cadernos pagu**. v. 22. p. 201-246. 2004.

**Intersex Initiative**. Disponível em: <<http://www.intersexinitiative.org/articles/intersex->

[faq.html](#)>. Acesso em: 01 dez. 2015.

JUNIOR, Jorge Leite. **Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP. 2008.

\_\_\_\_\_. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Estudos Feministas**. v. 20. n. 2. p. 559-568. 2012.

KAAS, Hailey. BAGAGLI, Bia Pagliarini. **Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões trans\***. Disponível em: <<http://transfeminismo.com>>. Acesso em: 23 maio 2015.

KASTRUP, Virgínia. Pista 2: O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina. 2010. p. 32-51.

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Regina Benevides de. Pista 4: Momentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina. 2010. p. 76-91.

KOYAMA, Emi. The transfeminist manifesto. In: **Catching a wave: reclaiming feminism for the twenty-first century**. Boston: Northeastern University Press. 2003.

\_\_\_\_\_. **Eminism**. Disponível em: <<http://www.eminism.org>>. Acesso em: 4 jul. 2015.

LACERDA, Alda. **Apoio social e a concepção do sujeito na sua integração entre corporemente: uma articulação de conceitos no campo da saúde pública**. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, RJ. 2002.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2001.

Ley 26.743. **Ley de Identidad de Género**. Disponível em:



<<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/195000-199999/197860/norma.htm>>.

Acesso em 04 jan. 2016.

MACHADO, Paula Sandrine. No fio da navalha: reflexões em torno da interface entre intersexualidade, (bio) ética e direitos humanos. In: **Antropologia e direitos humanos 4**. GROSSI, Miriam Pillar. HEILBORN, Maria Luiza. MACHADO, Lia Zanotta. (Orgs.). Blumenau : Nova Letra, 2006. p. 15-56.

\_\_\_\_\_. (Des)fazer corpo, (re)fazer teoria: um balanço da produção acadêmica nas ciências humanas e sociais sobre intersexualidade e sua articulação com a produção latino-americana. **cadernos pagu**. Dossiê antropologia, gênero e sexualidade no Brasil: balanço e perspectivas. v. 42. p. 141-158. 2014.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**. v. 16. n. 2. p. 333-357. 2008.

MATTHEWS, Donna Lynn. **Donna's Hideout**. Disponível em:

<[http://cydathria.com/ms\\_donna/tg\\_def.html](http://cydathria.com/ms_donna/tg_def.html)>. Acesso em: 19 ago. 2014.

**Mundo T-Girl**. Disponível em: <<http://mundot-girl.blogspot.com.br/2014/01/conheca-o-grupo-transrevolucao.html>>. Acesso em: 01 maio 2015.

**NLucon**. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2014/08/travesti-reflexiva-sofia-favero-transfobia.html>>. Acesso em: 17 out. 2015.

NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. **Cadernos de Pesquisa**. v. 1. n. 112. p. 137-153. 2001.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina. 2010.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1: A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina. 2010. p. 17-31.

PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. Pista 6: Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da

(Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina. 2010. p. 109-130.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Ed. 34. 1999.

PRECIADO, Beatriz. **Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual**. Madrid: Opera Prima. 2002.

**Projeto DAMAS**. Disponível em: <[www.cedsrio.com.br](http://www.cedsrio.com.br)>. Acesso em: 19 set. 2014.

**Resolução CFP N.º 007/2003**. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003\\_7.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2016.

RIBEIRO, Carolina Nassau. A contribuição do conceito de transferência para as medidas socioeducativas. **CliniCAPS**. vol. 5. n. 15. p. 61-72. 2011.

**Rio sem homofobia**. Disponível em: <[www.riosemhomofobia.rj.gov.br](http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br)>. Acesso em: 19 set. 2014.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade. 1989.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**. v. 21. n. 2. p. 166-173. 2009.

SERANO, Julia. **Whipping Girl**. Disponível em: <<http://juliaserano.blogspot.com.br>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

Scientific Electronic Library Online. **SciELO**. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 07 set. 2014.

**Stop Trans Pathologization**. Disponível em: <<http://www.stp2012.info/old/pt>>. Acesso em: 23 maio 2015.

THALENBERG, Luciana Geyer Kopelman. A rede de apoio no tratamento oncológico. **Interface comunicação saúde educação**. v. 14. n. 34. p. 713-715. 2010.

**Transgender Europe**. Disponível em: <<http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>>. Acesso

em: 17 nov. 2015.

**Travesti Reflexiva.** Disponível em:<<https://www.facebook.com/travestilidade/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

VERGUEIRO, Viviane. **Pela descolonização das identidades trans.** IV Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH.